



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 348/04 (AMIANTO)

Auditório Menor do Ministério da Agricultura, Esplanada dos Ministérios, Bl. "D"
Brasília, DF 10 de maio de 2006,

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotípia

1 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Bom dia a todos. Bom dia Senhores.
2 Quería dar início aos trabalhos da reunião do GT. Inicialmente, eu gostaria de dar um
3 bom dia a todos. Desculpe o atraso, mas foi problema de avião. São 10 horas e 15
4 minutos. Meu nome é Bertoldo Silva Costa, eu, nesse momento, estou como
5 Coordenador do GT, tenho a função de coordenar o GT de Amianto designada pela
6 Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Resíduos Sólidos do qual sou presidente.
7 Na oportunidade houve a recomendação que eu ficasse também coordenando esse
8 trabalho. Inicialmente eu gostaria aqui de nomear já o relator dos trabalhos do GT e,
9 pelo Regimento, o relator tem que ser alguém da Câmara mesmo. Então, eu gostaria
10 que o Sérgio Gonçalves do Ministério das Cidades, que é o nosso Conselheiro da
11 Câmara, já convidei democraticamente, a gente já negociou e ele vai assumir a relatoria
12 pelo Ministério das Cidades, dentro da sua agenda complicada, mas ele vai nos dar
13 apoio. A Ruth da Assessoria Técnica do CONAMA vai me dar o apoio técnico e com
14 isso eu gostaria de começar. Eu vou falar o seguinte, essa reunião está sendo
15 totalmente gravada, vai ter que ser discutida no microfone, identificação de pessoas,
16 nomes. Aqui na plenária nós estamos com o representante da CNI, o Wanderlei e não
17 sei se tem mais alguém do Conselho que é representante de alguma ONG que tem
18 assento no CONAMA. O Lino do Ministério do Trabalho. Gostaria que de convidar você
19 para vir para a mesa. Tem mais algum Conselheiro aqui presente? O Helder. Vem
20 também. Tem alguma entidade governamental aqui presente? Está chegando. Então,
21 vou convidar os Conselheiros para participar e nos ajudar aqui na reunião. Segundo o
22 Regimento do CONAMA essa matéria, especificamente, foi mérito, todos conhecem o
23 contexto, esse assunto já foi objeto de discussão em 2004, foi objeto de uma revisão da
24 resolução 307 aonde classificou o amianto como resíduo de classe D. Ele passou já por
25 um GT de um dia, na oportunidade aonde houve o entendimento desse procedimento.
26 Passou, depois, pela Câmara Técnica de Saúde e Saneamento também aonde foi
27 encaminhado e aprovado, a Câmara Jurídica aprovou e foi a Plenária e lá houve uma
28 discussão, foi pedido vista do processo, esse processo final foi julgado e o Conselho,
29 como um todo, definiu pelo enquadramento do amianto como resíduo perigoso. Agora,
30 este ano, um novo processo foi aberto, houve solicitação de segmento pedindo para
31 rediscutir a matéria e houve pareceres da Secretaria de Qualidade Ambiental, do
32 próprio segmento através de um documento jurídico, manifestando esse assunto e a
33 Câmara discutiu esse assunto na reunião da Câmara Técnica, foi encaminhado à
34 Câmara Técnica para discutir esse assunto, esse assunto foi debatido amplamente e
35 como a gente tinha uma dúvida da clareza do âmbito do processo que o segmento se
36 diz, apesar da gente entender que não, mas diz que não foi ouvido suficiente, a gente, a
37 Câmara ela entendeu que nós devíamos reabrir um novo processo de discussão, de
38 maneira mais curta, no GT para que a gente pudesse ouvir as partes para verificar se
39 existe algum fato novo, algum processo que justifique a mudança do Regimento. Isso
40 passa por uma reunião do nosso GT. Havendo esse entendimento, esse
41 encaminhamento ou havendo divergências, eu quero dizer que o GT não vota, ele
42 busca colher informações técnicas, científicas sobre o assunto para qualificar a Câmara
43 Técnica a tomar uma posição e encaminhar à Plenária. Então, é nesse sentido que
44 esse Grupo de Trabalho vai funcionar, vai tentar buscar, primeiro, um entendimento
45 técnico, dentro do possível, e caminha para frente. Aonde houver divergências, definir
46 as divergências e ele caminha para frente. Então, esse assunto, basicamente, vai estar
47 nesse âmbito, uma discussão técnica que é a função do GT é técnica, não vamos

48 entrar em discussão política ou outras que possam porventura haver, nós vamos usar a
49 função da coordenação no sentido de não deixar mudar o foco da discussão e nós
50 estarmos focados no objeto. Eu vou usar desse instrumento, peço já antecipadamente
51 até a compreensão de todos para que a gente possa discutir o assunto de forma
52 técnica e podermos até nivelarmos conhecimentos e podermos, cada um, colocar seus
53 argumentos sobre as suas teses que estão defendendo para que a gente possa levar à
54 Câmara Técnica uma decisão ou à Plenária. Pelo Regimento do CONAMA, nós
55 teríamos que definir um cronograma de atividades, não vou definir agora, na abertura,
56 porque eu acho prematuro, mas antes do encerramento desse primeiro dia de GT a
57 gente vai definir a necessidade de números de reuniões, tentar fazer uma agenda
58 prévia. Eu vou abrir a discussão e começar o processo. Primeiro eu gostaria de saber
59 se algum Conselheiro quer falar algum ponto específico. Depois eu vou abrir para as
60 partes que solicitaram a revisão, eu gostaria que algum segmento que solicitou a
61 revisão para poder colocar para a gente de uma maneira mais clara aqui no GT essa
62 revisão. Eu vou pedir que todos assinem a lista de presença. Gostaria que uma pessoa
63 do segmento industrial pudesse encaminhar, talvez até através da CNI, define o
64 representante. De acordo com o Regimento, nós temos uma pessoa do segmento para
65 falar. Eu gostaria que estivesse autorizada a defender a tese para que a gente pudesse
66 ter um assunto que aqui, infelizmente, no Regimento anterior, ele deixava isso em
67 aberto, ele não definia qual era o representante oficial do segmento. Eu gostaria que a
68 CNI definisse para a gente um ou dois representantes que pudessem estar formalmente
69 autorizados e falar e defender a matéria. Depois, claro, podem ser ouvidas outras
70 pessoas, mas essa pessoa, numa palavra final, vai estar tendo um diálogo direto com o
71 processo. Mas todos poderão se manifestar, apenas que eu tenho um foco definido,
72 pelo Regimento, de uma pessoa representante. Até para nós termos um
73 procedimento... Não tem um microfone sem fio aqui? Não tem. Nós estamos tendo
74 dificuldade, mas eu gostaria que todos... Primeiro vou passar para a CNI, gostaria que a
75 CNI colocasse, mas gostaria que as entidades todas pudessem falar, mas eu gostaria
76 de conhecer todos que estão aqui, saber qual é a origem e a entidade que
77 representam. Vou passar para a CNI, mas depois eu gostaria que cada um falasse,
78 dissesse o nome e a entidade que representa, para nós podermos ter idéia do universo
79 que temos aqui e todos se conhecessem. Vou começar por mim, inclusive, eu sou da
80 ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, não sou
81 governamental. Então, estou aqui na situação como sociedade civil.

82
83

84 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Ministério das Cidades)** – Sérgio Antônio
85 Gonçalves, Ministério das Cidades, membro da Câmara Técnica e Conselheiro do
86 CONAMA.

87
88

89 **O SR. DOMINGOS LINO (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Domingos Lino,
90 Represento o Ministério do Trabalho e Emprego no Conselho Nacional do Meio
91 Ambiente e fui coordenador da Comissão Interministerial para o desenvolvimento de
92 uma política para o asbestos amianto.

93
94

95 **O SR. HELDER NAVES TORRES (Ministério de Minas e Energia)** – Conselheiro
96 suplente do Ministério de Minas e Energia.
97
98
99 **O SR. WANDERLEI BAPTISTA (CNI)** – Wanderlei Baptista, analista da CNI,
100 representante do doutor Maurício Mendonça.
101
102
103 **O SR. MARCELO RIBEIRO (Instituto Brasileiro de Mineração)** – Marcelo Ribeiro,
104 Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM.
105
106
107 **O SR. RUI INOCÊNCIO (Instituto Brasileiro do Crisotila)** – Rui Inocêncio,
108 representando o Instituto Brasileiro do Crisotila.
109
110
111 **A SR^a. MIRIAM CRUXEN BARROS DE OLIVEIRA (Instituto de Pesquisas**
112 **Tecnológicas)** – Miriam Cruxen, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São
113 Paulo.
114
115
116 **A SR^a. RENATA JANAZZI (APROMAC)** – Renata Janazzi, represento aqui a
117 Conselheira Zuleica da APROMAC, em nome das organizações não governamentais.
118
119
120 **A SR^a. GRÍCIA GROSSI (Ministério do Meio Ambiente)** – Grícia Grossi do Ministério
121 do Meio Ambiente.
122
123
124 **O SR. MARCO ANTÔNIO PERES (Ministério da Saúde)** – Marco Peres, área de
125 saúde do trabalhador do Ministério da Saúde.
126
127
128 **A SR^a. TÂNIA PINTO (Ministério do Meio Ambiente)** – Tânia Pinto, representante do
129 Ministério do Meio Ambiente.
130
131
132 **A SR^a. SÍLVIA GUEDES (Ministério do Meio Ambiente)** – Sílvia Guedes do Ministério
133 do Meio Ambiente.
134
135
136 **A SR^a. SUELEN VARELA (ELABORE)** – Suelen Varela representante da ELABORE,
137 empresa que faz assessoria a projetos ambientais.
138
139
140 **O SR. JOSÉ LEOMAX ARAÚJO** – José Leomax Araújo, fiscalizo o acordo do uso
141 seguro do amianto.

142 **O SR. DIÓGENES DEL BEL (ABETRE)** – Diógenes Del Bel, da ABETRE, Associação
143 de Empresas de Tratamento de Resíduos.
144

145
146 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e
147 do Imobiliário de Brasília.
148

149
150 **O SR. WILSON LIMA (Sindicato da Construção Civil)** – Wilson Lima, diretor do
151 Sindicato da Construção Civil.
152

153
154 **O SR. PAULINO ALVES (Sindicato da Construção Civil)** – Paulino Alves. Também
155 sou dos diretores do Sindicato da Construção Civil do Distrito Federal.
156

157
158 **O SR. NORMANDO CLAUDINO (SAMA)** – Normando Claudino, SAMA, mineração de
159 amianto.
160

161
162 **O SR. SEBASTIÃO (CNTI)** – Sebastião, Confederação Nacional Trabalhadores nas
163 Indústrias.
164

165
166 **O SR. NILTON ALVES (Sindicato da Construção Civil e imobiliário de Brasília)** –
167 Nilton Alves, diretor do Sindicato da Construção Civil e imobiliário de Brasília.
168

169
170 **O SR. WANDERLEI DELFINO (Sindicato Não Metálico de Minaçú)** – Wanderlei
171 Delfino, diretor do Sindicato Não Metálico de Minaçú.
172

173
174 **O SR. MARCOS ANTÔNIO (Sindicato dos Trabalhadores da SAMA)** – Marcos
175 Antônio, sou diretor do Sindicato dos Trabalhadores da SAMA, mineração de amianto.
176

177
178 **O SR. JOÃO BARBOSA (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de**
179 **Brasília)** – João Barbosa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil
180 de Brasília.
181

182
183 **O SR. EMÍLIO ALVES FERREIRA JÚNIOR (Comissão Nacional dos Trabalhadores**
184 **do Amianto)** – Emílio Alves Ferreira Júnior, sou presidente da Comissão Nacional dos
185 Trabalhadores do Amianto e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da
186 Construção Imobiliária do Estado de São Paulo.
187

188

189 **O SR. ADILSON SANTANA (Sindicato dos Mineiros de Minaçu)** – Adilson Santana
190 do Sindicato dos Mineiros de Minaçu do amianto, crisotila, e diretor da Comissão
191 Nacional dos Trabalhadores do Amianto.
192
193
194 **O SR. MARCONDES BRAGA (Instituto Brasileiro de Crisotila)** – Marcondes Braga,
195 do Instituto Brasileiro de Crisotila.
196
197
198 **O SR. CARLOS ROBERTO CRESPO (Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional)** –
199 Carlos Roberto Crespo, Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional.
200
201
202 **O SR. TARCÍSIO DE PAULA PINTO (Ministério das Cidades)** – Tarcísio de Paula
203 Pinto, consultor do Ministério das Cidades.
204
205
206 **O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINEZ (Ministério de Minas e Energia)** – José Eduardo
207 Martinez, pelo Ministério de Minas e Energia, e suplente da Comissão Interministerial do
208 Amianto.
209
210
211 **A SRª. DORALICE ASSIRATI (DNPM/MME)** – Doralice Assirati do DNPM/MME.
212
213
214 **O SR. ALEXANDRE TRAJANO DE ARRUDA (DNPM/MME)** – Alexandre Trajano de
215 Arruda, DNPM/MME.
216
217
218 **A SRª. ROSIMERE ZAMATARO (PROJECONTRO)** – Rosimere Zamataro, da
219 PROJECONTRO Consultoria Empresarial e Serviços.
220
221
222 **A SRª. MARINA JÚLIA DE AQUINO (Instituto Brasileiro de Crisotila)** – Marina Júlia
223 de Aquino, Presidente Executiva do Instituto Brasileiro de Crisotila.
224
225
226 **A SRª. MARIA CECÍLIA PIRES (CETESB)** – Maria Cecília Pires, sou da CETESB, da
227 Divisão de Resíduos Sólidos.
228
229
230 **O SR. CARLOS** – Carlos (...) presidente da (...).
231
232
233 **O SR. RAIMUNDO SILVA DA LUZ (Sindicato dos Mineiros de Minaçu)** – Raimundo
234 Silva da Luz, representando o Sindicato dos Mineiros de Minaçu.
235

236 **O SR. MILTON DO NASCIMENTO (Eternit)** – Milton do Nascimento, Gerente de Saúde
237 Ocupacional das empresas do grupo Eternit.

238

239

240 **A SR^a. DENISE DURVAL (Eternit)** – Denise Durval, Gerente Jurídica do grupo Eternit.

241

242

243 **O SR. JOSÉ ALBERTO (Consultor)** – José Alberto, consultor.

244

245

246 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Então, eu gostaria que a... Está se
247 indicando o Inocêncio, do Instituto Brasileiro de Crisotila, para fazer uma exposição
248 para a gente e ser o porta-voz dos fatores que levaram à solicitação da reunião.

249

250

251 **O SR. RUI INOCÊNCIO (Instituto Brasileiro de Crisotila)** – Atendendo a pedidos, vou
252 segurar o microfone. Bom, bom dia senhor coordenador, bom dia senhor relator,
253 senhores Conselheiros presentes aqui à mesa, senhoras, senhores aqui presentes.
254 Meu nome é Rui Inocêncio, eu sou engenheiro formado em Engenharia Mecânica pela
255 Universidade Federal de Santa Catarina em 1979, espero que o senhor tenha tido uma
256 boa estada na ilha de Santa Catarina. Conclui meu curso em 1979 e, logo em seguida,
257 passei a trabalhar numa empresa de telhas e caixas d'água de cimento amianto que
258 está sediada em Santa Catarina e tenho trabalhado nessa empresa nos últimos 26
259 anos, é o meu emprego e é onde eu milito até hoje. Nessa atividade eu tenho tido a
260 oportunidade de militar em todos os segmentos que um engenheiro passa por uma
261 atividade industrial. Eu trabalhei na fábrica, na produção, na manutenção, no controle
262 de qualidade, na Gerência de Produção, na Gerência Técnica, passei para parte de
263 assistência técnica, enfim, exerci praticamente tudo aquilo que é permitido a um
264 engenheiro, na atividade de engenheiro, fazer dentro de uma empresa. Nesse período
265 todo que estou nessa atividade, uma coisa eu mantenho em comum que é o fato de ter
266 o meu local de trabalho no chão de fábrica, aonde as atividades de produção
267 acontecem. Até hoje eu trabalho dentro da fábrica e tenho o privilégio de trabalhar
268 como engenheiro. Estou aqui hoje tendo a honra de representar o Instituto Brasileiro do
269 Crisotila e gostaria de iniciar a minha fala, em primeiro lugar, propondo uma correção.
270 Foi colocado aqui, no início da apresentação, senhor coordenador, que esse Grupo de
271 Trabalho tem como objetivo discutir os resíduos das fibras e nós gostaríamos de
272 registrar o nosso entendimento e a nossa convicção de que nós estamos aqui
273 discutindo os resíduos da construção civil contendo amianto e, mais especificamente,
274 os resíduos de fibro-cimento com amianto, que é o objeto do nosso pleito para a
275 reabertura dessa discussão. Gostaria de fazer esse registro. Gostaria de, inicialmente,
276 expor aos senhores o que vem a ser o Instituto Brasileiro do Crisotila. O Instituto
277 Brasileiro do Crisotila foi fundado em 2002 e é uma OSCIP, uma Organização da
278 Sociedade Civil de Interesse Público. Recebeu essa qualificação em 15 de maio de
279 2003 pelo Ministério da Justiça. Uma OSCIP é uma organização que está sujeita à
280 auditoria do Ministério Público e é dessa forma que nós conduzimos as nossas
281 atividades, tendo todo esse cuidado na condução de uma organização. Somos, e isso é
282 importante ressaltar, somos o único representante das empresas do setor de fibro-

283 cimento com amianto. Somente o Instituto Brasileiro do Crisotila está habilitado a falar
284 em nome das empresas que produzem produtos de fibro-cimento com amianto.
285 Qualquer outra entidade que se apresente para falar em nome dessas empresas não
286 estará falando em nosso nome. A nossa missão é “promover a excelência do
287 conhecimento técnico-científico, é promover o uso controlado e responsável do amianto
288 crisotila e de todos os produtos que o contém, visando garantir a saúde e a segurança
289 de trabalhadores e também de usuários, visando garantir a proteção ao meio ambiente
290 e à informação para a sociedade”. Em outras palavras, nós buscamos que essa
291 questão do amianto seja discutida com mais informação e com menos paixão. Somos
292 uma organização tripartite, com participação igualitária de trabalhadores, de
293 empresários e de órgãos do Governo. Os trabalhadores são representados no Instituto
294 através da CNTA, Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto. Essa entidade é
295 representada por 24 entidades sindicais e apoiada por 15 federações estaduais de
296 trabalhadores da construção civil. Essas federações representam 85% dos
297 trabalhadores da construção civil no Brasil. Os trabalhadores são, dentro do Instituto,
298 mas antes mesmo da existência do Instituto, os grandes responsáveis e grandes
299 avalizadores de um dos instrumentos mais importantes que nós temos na relação
300 capital/trabalho no Brasil que é o Acordo Nacional dos Trabalhadores da CNTA. Esse
301 acordo é um acordo firmado entre todas as empresas do setor do fibro-cimento com
302 amianto, mais a mineração e todos os sindicatos dos trabalhadores. Os trabalhadores
303 também estão representados através das comissões fiscalizadoras do uso controlado
304 do amianto em todas as fábricas de fibro-cimento com amianto do Brasil, sem exceção,
305 e também na mineração de amianto. Essas comissões fiscalizadoras, além das
306 prerrogativas de fiscalização, têm a prerrogativa de paralisação das atividades na
307 eventualidade de apresentar condições de trabalho que sejam consideradas inseguras,
308 à luz do Acordo Nacional dos Trabalhadores para uso Seguro do cimento amianto. No
309 lado dos empresários, nós temos, dentro do Instituto Brasileiro do Crisotila, os
310 empresários da mineração, empresários do fibro-cimento, do transporte e de outros
311 segmentos da cadeia produtiva. Nós temos, entre o escopo de empresários que fazem
312 parte do Instituto Brasileiro do Crisotila, a única mineração de amianto crisotila em
313 operação no Brasil, que é a SAMA e temos 100% das empresas do setor do fibro-
314 cimento com amianto no Brasil. Todas, sem exceção, todas as empresas que produzem
315 fibro-cimento e que utilizam amianto no Brasil, são associadas ao Instituto Brasileiro do
316 Crisotila. Isso é um universo de 14 empresas que têm 17 fábricas e que chega seus
317 produtos ao mercado através de 25 mil pontos de venda. São 170 mil empregos na
318 cadeia produtiva, que vai desde a extração do amianto até a aplicação do produto lá na
319 ponta. São empresas que detém um ativo como o Acordo Nacional do Amianto
320 Crisotila, que é uma peça que vem, desde 1989, sendo renovada e aperfeiçoada e que
321 estabelece diversos princípios que estão em acordo com a Convenção 162 da
322 Organização Internacional do Trabalho e que estabelece todos os procedimentos,
323 ações para que o uso do amianto crisotila seja feito em condições de segurança para
324 os trabalhadores. São empresas que recentemente aderiram, voluntariamente, a um
325 programa chamado PAC que é um Programa de Parceria para Uso Controlado do
326 Amianto Crisotila. É um programa de certificação assinado entre todas as empresas e
327 tendo como órgão certificador um conjunto formado pelo Instituto Brasileiro do Crisotila,
328 por auditoria independente e pela CNTA, pelos trabalhadores. Essas empresas, de
329 forma voluntária, estabeleceram metas de certificação para que haja uma comprovação

330 de que está sendo praticado o uso seguro do amianto, dentro de uma regra pré-
331 estabelecida e pública. São empresas que possuem certificações como a ISO 9000 e
332 como a ISSO 14.000 de gestão ambiental. Algumas empresas já detém essa
333 certificação e outras empresas estão em vias de obter a certificação. Então, é um setor
334 que vem caminhando, cada vez mais, para um processo de aperfeiçoamento das suas
335 instituições, principalmente naquilo que se refere ao uso seguro do amianto crisotila.
336 Também temos a representação do Governo dentro do Instituto Brasileiro do Crisotila,
337 tanto na esfera federal, quanto na esfera estadual, como na esfera municipal. Na esfera
338 federal o Departamento Nacional de Produção Mineral e o Ministério de Minas e
339 Energia são associados do Instituto Brasileiro do Crisotila. Na esfera estadual, a
340 Secretaria de Industriai e Comércio do Estado de Goiás e, na esfera municipal, a
341 Prefeitura de Minaçu, no estado de Goiás, aonde opera a mina de amianto, SAMA.
342 Geograficamente, os associados do Instituto Brasileiro do Crisotila estão aqui no mapa.
343 Os senhores poderão verificar a mineradora no Estado de Goiás, as empresas
344 associadas em azul e os sindicatos dos trabalhadores associados em branco. Ou seja,
345 nós estamos representados em grande parte do Brasil. Feita essa apresentação do
346 Instituto, eu gostaria de, inicialmente, registrar um agradecimento em parte do Instituto
347 à Câmara Técnica pela aprovação do nosso pedido de revisão da resolução CONAMA
348 348. No nosso entendimento, e nós temos convicção, durante as discussões da
349 resolução 348 a indústria do fibro-cimento com amianto e os trabalhadores da indústria
350 do fibro-cimento com amianto não tiveram a oportunidade de ampla manifestação e
351 também temos convicção de que não foram apresentadas evidências científicas de que
352 os resíduos de fibro-cimento contendo amianto sejam um risco ao meio ambiente e à
353 saúde. Então, essas foram as razões que nos levaram a propor e, com a aprovação da
354 Câmara Técnica, estarmos aqui hoje discutindo. Então, o nosso propósito nessa
355 discussão será sempre trazer esse conceito. Nós não queremos aqui, até porque
356 entendemos não ser o fórum, discutir se amianto é perigoso ou não. Todos sabem que
357 amianto é uma substância perigosa. A discussão de que se o amianto pode ser
358 trabalhado com segurança ou não é uma outra discussão. Mas o que nós queremos
359 discutir nesse Grupo de Trabalho e o que é importante para que se chegue a uma
360 resolução que discorre sobre os resíduos de fibro-cimento contendo amianto é se esses
361 resíduos podem representar um risco ao meio ambiente e é isso que nós gostaríamos
362 de ter oportunidade de demonstrar. Também proponho ao senhor coordenador que
363 essa apresentação seja feita sem apartes, que a gente possa conduzir a nossa
364 apresentação e levá-la até o fim e, depois, estaremos abertos, após a apresentação,
365 para que sejam encaminhadas perguntas, comentários e os debates que possam
366 surgir. Gostaríamos de contar com essa possibilidade.

367
368

369 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Rui, só para eu me organizar, quanto
370 tempo vai levar a exposição?

371
372

373 **O SR. RUI INOCÊNCIO (Instituto Brasileiro de Crisotila)** – Acredito que uma hora.

374
375

376 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Se você puder ser mais conciso e depois,
377 nos debates, a gente poder avançar, mais espaço vai ser concedido para você.

378

379

380 **O SR. RUI INOCÊNCIO (Instituto Brasileiro de Crisotila)** – OK. A resolução 348, que
381 é objeto da nossa discussão, não vamos entrar em debates nesse momento, mas eu
382 acredito que é importante, muitas pessoas que estão aqui conhecem profundamente
383 amianto. Outras pessoas podem não conhecer. Eu gostaria de fazer alguns
384 comentários básicos e importantes para que nós situemos alguns termos importantes
385 sobre o assunto amianto. Amianto ou asbesto é um termo genérico de um grupo
386 heterogêneos de minerais naturais que apresentam diversas composições químicas e
387 cristalográficas tendo o formato fibroso como sua principal característica. Às vezes
388 parece muito óbvio isso, mas tem gente que pensa que amianto é vegetal. Os usos do
389 amianto no Brasil, esses são os últimos dados que foram fornecidos pela SAMA
390 mineração de amianto, atualmente nós temos 97% do consumo de amianto no Brasil
391 destinado aos produtos de fibro-cimento com amianto, 2%, ou menos ainda, destinado
392 aos programas de fricção, freios, embreagens, discos de fricção e 1% destinado a
393 produção de cloro sodri e outras aplicações. Outra coisa que é importantíssimo a gente
394 definir, o que é fibro-cimento com amianto? O fibro-cimento com amianto é um
395 compósito constituído de uma matriz de cimento portland endurecido com a presença
396 de quantidade adequada de água, reforçada por fibra de amianto. Esse produto final
397 contém, aproximadamente, 92% de cimento e 8% de amianto. Os principais produtos
398 de fibro-cimento são as telhas onduladas, as caixas de água, as calhetas, os calhetões
399 e as placas planas, atualmente são esses os produtos de fibro-cimento com amianto
400 que são produzidos e comercializados no Brasil. Quando nós começamos a discutir
401 amianto, e nós não vamos nos aprofundar nessa questão, há uma questão que é
402 fundamental no entendimento do que é o amianto no produto e o que é o amianto no
403 meio ambiente. O amianto é um produto natural e por ser um produto natural, por ser
404 uma substância natural, está presente no solo, está presente na água e no ar e isso
405 não é um evento agora da era industrial. A presença do amianto no meio ambiente vem
406 desde a pré-história. Desde que o homem desceu das árvores e passou a andar sobre
407 dois pés, o amianto já estava presente na nossa vida. Na crosta terrestre nós temos
408 que as ocorrências de amianto na forma de jazidas ou de afloramentos geológicos, que
409 são muito comuns, são verificados em praticamente 2/3 da crosta terrestre. Eu não vou
410 listar, mas nós temos aqui uma relação que é apresentada contendo todos os países
411 onde existe jazidas ou afloramentos geológicos importantes identificados no mundo
412 inteiro. Inclusive dois dos maiores afloramentos geológicos conhecidos no mundo estão
413 na Califórnia e na Austrália, dois afloramentos que são bastante grandes e conhecidos
414 dos meios geológicos. Na água nós também temos a presença do amianto.
415 Independente de haver atividade industrial ou não, as ocorrências fazem com que o
416 amianto seja transportado pela água subterrânea e que venha a ser transportado pelos
417 rios. Então, nós temos aqui uma citação do próprio critério ambiental 203 da
418 Organização Mundial da Saúde que afirma que concentrações de até centenas de
419 milhões de fibras por litro são valores padrões na maioria dos rios que cortam regiões
420 de rochas serpentínicas. Lembrando que as rochas serpentínicas são formações
421 geológicas comuns na crosta terrestre. Um levantamento que foi feito em 1971 aponta
422 alguns exemplos da presença de amianto na água potável. Os senhores percebam que

423 nós temos, por exemplo, em regiões como o lago Ontário, no Canadá, temos a
424 presença de até 4 milhões e 400 mil fibras de amianto por litro d'água. Outros dados
425 que são revelados também que mostram refresco de laranja, cerveja, vermute que são
426 materiais que utilizam a água que contém também fibras de amianto. A Organização
427 Mundial da Saúde, numa nota à imprensa emitida em 1994, afirmou que substâncias
428 químicas podem produzir diferentes efeitos sobre a saúde, dependendo da forma de
429 exposição. No caso do amianto, dados experimentais e epidemiológicos indicam que
430 não existe evidência consistente de que o amianto ingerido é perigoso à saúde. Assim,
431 não há necessidade de se estabelecer um valor limite para água potável. Essa é uma
432 informação muito importante porque eu creio que ela esvazia o debate sobre a
433 existência ou não de riscos no amianto ingerido através da água potável.
434 Levantamentos de fibras de amianto que foram feitas em amostras de neve colhidas no
435 continente Antártico revelam, e esse levantamento foi publicado em 99 pelo
436 pesquisador Kohiama, mostram que nós temos amostras de neve, inclusive amostras
437 com mais de 10 mil anos de idade, as amostras de neve representam aquilo que havia
438 no ar naquela época em que se formou e representam, naquele tempo, a presença de
439 até 583 mil fibras de amianto por litro, isso há 10 mil anos atrás, aonde não havia
440 atividade industrial e onde o amianto que por acaso estivesse presente no ar
441 atmosférico estaria ali por consequência de afloramentos geológicos naturais. Mesmo
442 antes da industrialização do amianto, nós já tínhamos a presença de fibras de amianto
443 no ar atmosférico. No ar urbano os pesquisadores Felber Maier e Ussar realizaram um
444 trabalho em 1980 e apresentaram medições de fibras de amianto no ar urbano e
445 chegaram a esses números, que numa área com predominância de residências
446 cobertas com telha de cimento-amianto havia uma quantidade de 0.0001 fibra por
447 mililitro. E numa outra área urbana com predominância de residências cobertas com
448 telhas cerâmicas, esses valores foram muito similares, também da ordem de 0,0001
449 fibra por mililitro. Levantamentos similares que foram feitos em regiões rurais também
450 mostraram que em regiões sem ocorrências naturais de amianto e em regiões com
451 ocorrência natural de amianto, os valores foram muito similares e igualmente baixos, da
452 ordem de 0,0001 ou 2 fibras por mililitro. São trabalhos mesmos autores. Em 2003, a
453 Agência Ambiental Americana concluiu um *workshop* de avaliação dos riscos
454 relacionados ao amianto. Entre diversas afirmações que foram feitas no relatório final
455 desse trabalho, uma afirmação é muito interessante, ela diz que “estudos mostram que
456 qualquer indivíduo tem fibras de amianto no pulmão”. Uma fibra de amianto por litro de
457 ar é uma concentração que nós podemos considerar, em face dos levantamentos e das
458 pesquisas que foram feitas sobre o nível de fibras de amianto em suspensão no ar, é
459 um valor que nós podemos considerar um valor típico, um valor médio. Nesses valores,
460 algumas entidades se manifestaram a respeito desse valor. Por exemplo, a ORCA do
461 Canadá considera “aceitável” a quantidade de uma fibra de amianto por litro de ar na
462 atmosfera. A Organização Mundial da Saúde classificou como “não significativa” essa
463 quantidade. A Sociedade Real de Londres afirmou que “não há necessidade de demais
464 controles para concentrações dessa grandeza”. E a Academia Nacional de Medicina da
465 França afirmou que “naquilo que concerne à população em geral, a situação para uma
466 taxa média de uma fibra por litro é perfeitamente segura”. Então, nós podemos aqui
467 admitir a presença ou podemos imaginar um cenário com uma fibra de amianto por litro
468 de ar e que é um limite considerado seguro. Se nós podemos assumir a presença
469 média de uma fibra de amianto por litro de ar e se nós considerarmos que o ser

470 humano adulto inala em média 12 litros de ar por minuto, um dia terá 1440 minutos, ou
471 seja, 12 litros de ar por minuto, num dia, nós inalamos aproximadamente 17 mil litros de
472 ar. Havendo uma fibra de amianto por fibra de ar, significa que nós estaríamos inalando
473 cerca de 17 mil fibras de amianto por dia, isso em decorrência do amianto que existe na
474 natureza. Entrando na discussão da resolução CONAMA 348 propriamente dita, o
475 Instituto Brasileiro do Crisotila entende, e tem convicção, de que ela conflita com outras
476 normas referentes a resíduos em vigor, não só no Brasil, mas em outros países, como,
477 por exemplo, na União Européia, que é tão frequentemente citada como uma referência
478 daquilo que se deve fazer em relação ao amianto. Eu cito a resolução CONAMA 006 de
479 88, que fala sobre controle de resíduos gerados nas atividades industriais, no seu
480 anexo 3, tabela 1, quando tem o código de resíduos não perigosos, classe 1 e 2. E lá,
481 nessa tabela, no código A-011 essa resolução classifica como resíduos não perigosos
482 os resíduos de minerais não metálicos, o caso do amianto, o amianto é um mineral não
483 metálico. A resolução CONAMA 005 de 89, que criou o Programa Nacional de Controle
484 de Qualidade do Ar e que, depois gerou, em sua complementação, a resolução
485 CONAMA 003 de 1990, que estabelece os padrões de qualidade do ar e as
486 concentrações de poluentes atmosféricos que, se ultrapassadas, poderão afetar a
487 saúde, a segurança ou o bem-estar da população, no seu item 3, que fala sobre
488 partículas inaláveis e que estabelece o padrão primário e secundário, estabelece uma
489 concentração média aritmética anual de 50 microgramas por metro cúbico de ar de
490 partículas inaláveis para caracterizar um risco à segurança e ao bem-estar da
491 população. E a resolução 348 não leva em consideração nenhum levantamento
492 relacionado a essas medições, não levou em consideração uma própria resolução do
493 CONAMA. O decreto regulamentador 2.350 que regulamenta a lei 9.055, no seu art. 18,
494 regulamenta que a destinação de resíduos contendo asbesto ou amianto, decorrentes
495 do processo de extração ou industrialização, obedecerá o disposto em regulamentação
496 específica que, no caso, se referia à resolução CONAMA 006 de 88. A resolução 420
497 de 2004, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que fala de provisões
498 especiais para transportes de certos artigos ou substâncias, classifica o amianto imerso
499 ou fixado num ligante natural ou artificial como não perigoso para fins de transporte. A
500 NBR 10.004 da ABNT, que trata de resíduos sólidos, classifica, no seu anexo A, no
501 código F-041, somente a fibra "in natura", ou seja, pós e fibras de amianto, lembrando a
502 todos que nós estamos falando de resíduos da construção civil, não de pó e fibras. Em
503 outros países, em 97, o Ministro do Meio Ambiente da França emitiu uma circular e
504 nessa circular é afirmado que a passagem de fibras de amianto para o lençol freático ou
505 águas superficiais, após o depósito em aterro e recobrimento não tem importância e as
506 consequências verificadas no aterro de substância solúveis ou perigosas para ingestão.
507 Ou seja, a passagem de fibras de amianto eventual para o lençol freático não
508 representa um risco ao meio ambiente. Ainda na União Européia, o regulamento 2.150
509 de 2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de 11 de 2002, no seu anexo 3
510 que é a nomenclatura estatística de resíduos, classifica como não perigosos os
511 resíduos de peças com cimento-amianto. Ainda na União Européia, a Diretiva para
512 aterros do Conselho da Comunidade Européia, de 19 de dezembro de 2002, no item
513 2.3, critérios para resíduos perigosos admissíveis em aterros para resíduos não
514 perigosos, art. 6º, sub-alínea 3, alínea C também afirma: "os materiais de construção
515 que contenham amianto e outros resíduos com amianto agregado podem ser
516 depositados, sem verificação, em aterros para resíduos não perigosos". No texto da

517 resolução CONAMA 348 é apresentado como justificativa, como consideração para a
518 classificação dos resíduos de material de construção civil como resíduos da classe C, é
519 apresentado a Convenção de Basiléia sobre controle de movimentos transfronteiriços
520 de resíduos perigosos e também a resolução CONAMA 235. No entanto, essa
521 Convenção e essa resolução se referem ao amianto “in natura”, como nós vamos ver
522 agora no próximo *slide*. Na Convenção de Basiléia sobre controle de movimentos
523 transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito, que foi promulgada no Brasil
524 pelo Decreto Federal 875 de 19 de julho de 1993, classifica, em seu anexo 1, na
525 categoria de resíduos a serem controlados, classe Y36, amianto em pó ou em fibras. Já
526 a resolução CONAMA 235, de 7 de janeiro de 98, que trata da classificação de resíduos
527 para gerenciamento de importações, classifica como resíduos perigosos de importação
528 proibida, no seu anexo 10, amianto em pó (asbesto) e outros desperdícios de amianto.
529 Senhores, fibro-cimento não é pó, fibro-cimento não é fibra. Fibro-cimento, como nós já
530 vimos, é constituído de uma mistura homogênea, com aproximadamente 92% de
531 cimento, 8% de fibras que estão encapsuladas ao cimento, encapsuladas entendemos
532 como estando firmemente presas ao cimento e de difícil desprendimento. Mas o nosso
533 foco aqui, senhor coordenador, é discutir resíduos da construção civil. Diversos estudos
534 demonstram que a liberação de fibras de amianto, a partir de telhados e resíduos de
535 fibro-cimento, não é significativa. Não representam níveis que possam ser considerados
536 um perigo ao meio ambiente e à saúde humana. Nós apresentamos aqui esse estudo
537 de 1986 que estudou uma série de telhados, com telhas revestidas e não revestidas.
538 Esse estudo revelou baixas concentrações de fibras de amianto. As concentrações de
539 amianto que foram medidas estão bem abaixo de 0,001 fibra por mililitro, ou seja,
540 valores muito baixos, muito abaixo daquilo que é praticado nos ambientes
541 ocupacionais. Um outro, também feito na Alemanha, em 1988, mostra que a medição
542 de fibras de amianto realizado em regiões de bota-fora, ou seja, em depósito de
543 materiais de construção, de resíduos de construção, essas medições revelaram valores
544 similares àqueles encontrados em ambientes rurais, da ordem de 0,0005, a 0,0003
545 fibras por mililitro, dentro da área de bota-fora. Ou valores da ordem de 0,0001 a 0,0009
546 fibras por mililitro em regiões nas proximidades dessas áreas de bota-fora, valores,
547 mais uma vez eu ressalto, extremamente baixos e muito abaixo daqueles que são
548 observados nos ambientes ocupacionais hoje. Um estudo feito em 1990, na Austrália
549 também concluiu que a possível contribuição dos telhados de fibro-cimento na liberação
550 de fibras de amianto concluiu que os valores são, em sua maioria, da ordem de 0,0002
551 fibras, nunca excedendo 0,002 fibras por mililitro, ou seja, valores extremamente baixos.
552 E por que há essa baixíssima liberação de fibras a partir das telhas e dos resíduos,
553 porque os resíduos são compostos de telhas ou pedaços de telhas e caixas d’água?
554 Porque há uma forte adesão entre as fibras de amianto e a matriz de cimento, como
555 esse trabalho, é uma tese de doutorado que foi apresentada na Escola Politécnica de
556 São Paulo em 91, atesta. Que as fibras ficam fortemente aderidas ao cimento, forma-se
557 uma parede de monocristais em torno das fibras, chamado tobermorita, e essa
558 tobermorita é que proporciona uma forte ligação entre a fibra e a matriz, o que contribui
559 para que não haja o desprendimento das fibras a partir do produto em uso ou a partir do
560 resíduo. Na tese de doutorado apresentada em 1996, pela geóloga Miriam Cruxen de
561 Oliveira, também há essa afirmativa de que o descolamento e o arrancamento de fibras
562 no cimento-amianto envolve uma combinação complexa de mecanismos de fratura. Ou
563 seja, traduzindo para o português, isso seria que não é fácil essa fibra sair da matriz,

564 ela só sai da matriz através de um esforço, ou de um impacto, ou de um agente
565 mecânico muito forte e muito importante. Nessas baixas concentrações que nós
566 verificamos que ocorrem a partir da utilização dos produtos e também do manejo de
567 resíduos, nós podemos dizer que diversos estudos mostram não haver excesso de risco
568 de doença asbesto-relacionadas para baixas exposições ao amianto. Um estudo feito
569 em 89 que apresentou um COORT de 36 anos de acompanhamento de trabalhadores
570 com fábrica de fibro-cimento com amianto no Reino Unido demonstrou não haver
571 excesso de mortes por câncer de pulmão ou outros tumores relacionados ao amianto
572 ou de doenças respiratórias crônicas para níveis de exposição inferiores a 1 fibra por
573 mililitro. Nós já estamos falando aqui em 1 fibra por mililitro, enquanto em ambiental nós
574 estávamos falando em valores mil vezes menores. O próprio Critério de Saúde
575 Ambiental 203, que é citado no corpo da resolução CONAMA 348, no seu item 1.6, que
576 trata de efeitos em humanos, faz duas afirmações, uma: que “as alterações por
577 exposição a fibras de amianto são decorrentes de exposições prolongadas em níveis de
578 5 a 20 fibras por centímetro cúbico”. Aqui há dois aspectos, o longo período de
579 exposição e a alta dose, muito acima daquelas doses que nós vimos quando tratamos
580 de exposições ambientais. E também que “não houve ocorrência de mesoteliomas em
581 trabalhadores expostos ao amianto por menos de dois anos”, que vem na contramão da
582 tese, muitas vezes levantada, de que a aspiração de 1 fibra de amianto pode provocar o
583 mesotelioma. Paulo Devuist e Pierre Gevenois no seu livro “Doenças Ocupacionais do
584 Pulmão, publicado em 2002, afirmam que no futuro, com exposições ocupacionais
585 controladas, até os limites de tolerância permitidos atualmente nos países
586 industrializados, que são limites abaixo de 1 fibra por centímetro cúbico, o
587 desenvolvimento de asbestose é improvável durante a vida profissional de um
588 trabalhador e até mesmo após a sua aposentadoria. Esses mesmos autores afirmam
589 que, para baixas concentrações de fibras, da ordem de 10 fibras por litro, e quando nós
590 estamos falando de 10 fibras por litro, estamos falando em valores ainda pelo menos
591 100 vezes acima daqueles valores que a gente viu nas questões de exposição
592 ambiental. Eles afirmam que para exposições dessa ordem, o desenvolvimento de
593 asbestose é virtualmente impossível. Os mesmos autores, na mesma obra, também
594 afirmam que é improvável que a exposição ambiental ou doméstica em regiões
595 localizadas nas proximidades de afloramentos geológicos de amianto seja
596 suficientemente alta para causar qualquer risco de asbestose. Considerando ainda que
597 não há base jurídica e científica para a classificação dos resíduos de fibro-cimento
598 contendo amianto como resíduos perigosos, por quê? A lei 9.605, que fala sobre crimes
599 ambientais, no seu art. 54, combinado com o art. 56 define como poluição o que causa
600 danos à saúde humana três possibilidades: tornar uma área improdutiva para a
601 ocupação humana, exemplo, aqui o caso de Goiânia do caso do céσιο 137. Segunda
602 possibilidade: poluição do ar que provoque a retirada da população ou que cause danos
603 à saúde, como foi o caso célebre em Cubatão, do nascimento de fetos anencéfalos, há
604 anos atrás. E a terceira possibilidade: poluição hídrica, que torne necessária a
605 interrupção do abastecimento de água. Como foi o caso que aconteceu em Uberaba,
606 Uberlândia. Aqui são as questões que nós temos que pensar. A exposição de telhas e a
607 exposição de resíduos que têm a mesma composição provocará alguma dessas
608 situações? Essa é a indagação que a gente coloca e que nós entendemos e temos
609 convicção de que não é o caso que se refere aos resíduos de fibro-cimento. Bom,
610 senhores, considerando então, um, que o amianto está presente no solo, que o amianto

611 está presente na água, que o amianto está presente no ar ambiental, que o amianto
612 está presente nos pulmões de todo ser humano habitantes do planeta Terra desde a
613 pré-história; considerando que a resolução CONAMA 348 conflita com outras normas
614 no Brasil e em outros países; considerando hora a Convenção de Basiléia e a resolução
615 CONAMA 235 se referem a amianto “in natura” e não se referem a resíduos de fibro-
616 cimento contendo amianto; considerando que os resíduos de fibro-cimento com amianto
617 são compostos aproximadamente de 8% de fibras de amianto, o restante cimento e de
618 que essas fibras estão encapsuladas firmemente na matriz de cimento e que
619 dificilmente se desprendem; considerando que diversos estudos demonstram que a
620 liberação de fibras de amianto a partir de telhados e resíduos de fibro-cimento não é
621 significativa - e aqui eu gostaria de fazer um parênteses. Nós temos aqui hoje a
622 presença da doutora Miriam Cruxen, do Instituto de Pesquisa Tecnológica que está
623 finalizando um imenso trabalho a respeito da liberação de fibras a partir da degradação
624 de telhas de fibro-cimento. Esse trabalho ainda não está concluído, mas eu deixo a
625 sugestão ao senhor coordenador de que ouça as colocações da doutora Miriam. Esse
626 trabalho foi feito coletando telhas de 20 a 70 anos de uso, em diversos locais do Brasil,
627 na região da Grande São Paulo, na região do Rio de Janeiro, em Belém do Pará, em
628 Curitiba e essas telhas foram examinadas e foram trabalhadas no sentido de identificar
629 qual foi a degradação que elas sofreram e qual a liberação de fibras que esse material
630 sofreu. Eu acredito que agregaria bastante valor às nossas discussões, a apresentação
631 desse trabalho por parte da doutora Miriam. E, finalmente, considerando que diversos
632 estudos, alguns dos quais nós apresentamos aqui, mas existem muitos e muitos, que
633 demonstram que não há excesso de risco de doença asbesto-relacionada para baixas
634 exposições ao amianto. Eu chamo a atenção aos senhores para o termo “excesso de
635 risco de doença asbesto-relacionada”, não significa que não haja risco em nada. Eu já
636 vi pescadores morrerem de câncer do pulmão e isso não tem nada a ver, com certeza,
637 com sua atividade. A questão é sempre estarmos comparando a quantidade de
638 ocorrências de doenças que acontecem num determinado grupo e qual seria a taxa
639 padrão de mortalidade daquele grupo por aquela doença. Esses estudos demonstram
640 que, para baixas exposições ao amianto, não há um excesso de risco para as pessoas
641 desse grupo. E que não há base jurídica e científica para a classificação dos resíduos
642 de fibro-cimento contendo amianto como resíduos perigosos o Instituto Brasileiro do
643 Crisotila, em nome dos empresários que o compõem, em nome dos trabalhadores que
644 o compõem e que eu vejo aqui diversos presentes, em nome dos órgãos do Governo
645 que lhe são associados e que o compõem, nós pleiteamos, junto a esse Grupo de
646 Trabalho, que apresente à Câmara Técnica do CONAMA uma recomendação para que
647 o amianto, para que os resíduos da construção civil de fibro-cimento sejam
648 reclassificados como classe A e que se retorne ao texto original, anterior da resolução
649 CONAMA 307, que fala “os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para
650 efeito desta resolução, da seguinte forma: Classe A - resíduos reutilizáveis, recicláveis
651 como agregados tais como de construção, demolição, reformas, reparos, edificações,
652 componentes cerâmicos, tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa e
653 concreto”. Senhores, essa é a mensagem do Instituto Brasileiro do Crisotila. Nós
654 gostaríamos de nos colocar à disposição para os debates e para as perguntas que
655 certamente irão surgir. Nós temos diversas pessoas que participam de diversas áreas
656 do Instituto e que poderão responder mais detidamente sobre questões médicas,

657 questões jurídicas, sobre as questões que envolvem os ambientes ocupacionais.
658 Agradecemos a atenção dos senhores e muito obrigado a todos. (Palmas)

659
660

661 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Rui, eu gostaria de agradecer a tua
662 exposição, a profundidade do assunto. Volto a informar que nós vamos fazer uma
663 rodada de ouvir, não vou abrir debate nesse momento. Acho que o espírito do momento
664 é nós ouvirmos todas as partes e para, juntos, ter um entendimento da importância e da
665 necessidade da revisão. Eu gostaria de saber se a Grícia quer falar pela SQA, vai fazer
666 a exposição de motivos. Vamos ouvir a Grícia da SQA/MMA.

667
668

669 **A SR^a. GRÍCIA GROSSI – SQA/MMA** – Bom dia a todos. Para nós foi com grande
670 surpresa que esse tema entrou na Câmara Técnica na reunião que foi aprovada a
671 criação desse Grupo. Nós, na ocasião, depois da aprovação desse grupo, a gente até
672 fez um histórico da resolução 307 até os dias de hoje. A gente constatou que, para nós,
673 esse tema já foi discutido porque na ocasião, em 2002, quando, no dia 5 de julho de
674 2002, o doutor Paulo Nogueira Neto coloca que verificou que foi cometida uma omissão
675 grave na referida resolução, a qual constituiu na aprovação sem mencionar os cuidados
676 que devem ser tomados em relação ao amianto. Nesse encaminhamento, o doutor
677 Paulo Nogueira Neto sugere uma nova redação do art. 3º que classifica como D,
678 inserindo telas e demais objetos que contenham amianto como resíduos perigosos
679 justificando pela poeira que se desprende de sua manipulação. No dia 28 de maio de
680 2003 foi realizada a primeira reunião da Câmara Técnica de Saúde e esse tema entrou,
681 foi pautado. E os assuntos que antes... Porque nessa época foi criada a Câmara
682 Técnica de Saúde, porque não tinha antes, era só de controle, foi criada a Câmara
683 Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos e esse tema foi
684 pautado nessa primeira reunião. Então, na pauta da reunião constatou a proposta de
685 revisão da 307, foi respondido o ofício do doutor Paulo Nogueira Neto, justificando que
686 a lista de classificação de resíduos é apenas exemplificativa e que o amianto estaria
687 sendo discutido no CONAMA em resolução específica. Aí, em 31 do 07 de 2003 foi
688 realizada a segunda reunião da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e
689 Gestão de Resíduos, na qual foi aprovada a sugestão do doutor Paulo, por
690 unanimidade, a inclusão. A gente vai dar um tempo. Na revisão do art. 3º da resolução
691 307 de 2002, para o enquadramento do resíduo de produtos oriundos da classe D foi
692 aprovada com emenda na 4ª reunião da Câmara de Assuntos Jurídicos. Então, foi
693 aprovada a inclusão. Aí, em 10 do 12 de 2003, na 62ª Reunião Ordinária do CONAMA,
694 foi feito o pedido de vista pela CNI para estar discutindo, para verificação. O pedido de
695 vista foi oficializado na 63ª Reunião Ordinária do CONAMA, realizada nos dias 24 e 25
696 do 3 de 2004, mas não houve, não foi disposto a matéria, não houve uma discussão da
697 matéria ampla. Em 2004, 30 do 04 de 2004, o Conselheiro titular da CNI faz retomar os
698 autos processuais com pareceres em anexo até do Ministério de Minas e Energia, a
699 favor da solicitação da CNI. Em maio de 2004 foi realizada a 6ª reunião da Câmara
700 Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos na qual a SODEMA
701 solicita elaboração de proposta de revisão dilatando o prazo estabelecido no art. 11
702 para que haja um real cumprimento e elaboração da moção, endereçada à Prefeitura
703 Municipal. A Câmara Técnica deliberou pelo encaminhamento da matéria para análise e

704 parecer da ANAMMA. Em 11 de 6 de 2004, o MME solicita retirada da pauta da
705 Reunião Ordinária do CONAMA o assunto da revisão da resolução 307, justificando que
706 o mesmo deve ser discutido mais amplamente na Câmara Técnica. Em 5 do 7 de 2004,
707 o Ministério do Trabalho e Emprego envia documento relatando a sua posição sobre o
708 mesmo assunto, concluindo que a crisotila deve ser incluída na classe de resíduos
709 perigosos, justificando que sua não inclusão vai contra a lei de 9055 que disciplina a
710 extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte de abastecimento de
711 amianto e dos produtos que o contenham. Nas reuniões do CONAMA, em 6 e 7, foi
712 aprovada a proposta de resolução que alterou a 307. Então, a 348, que o amianto foi
713 incluído como resíduo perigoso. Em setembro de 2004, o Grupo de Profissionais de
714 Meio Ambiente da indústria do Vale do Paraíba solicita cancelamento da resolução 348,
715 justificando que sua matéria merece atenção, mas não por parte de um colegiado,
716 voltado para as questões ambientais e acrescentou que essa resolução deve ser
717 cancelada para não pôr em risco o alto renome alcançado pelo CONAMA como órgão
718 que alavanca a evolução das políticas públicas ambientais do País. Ainda em 11 de
719 2004, o governador do Estado de Goiás, por meio de ofício, solicita apresentação de
720 estudos que determinem a inclusão do amianto como resíduo perigoso para que as
721 partes interessadas possam avaliar a questão. Em 25 de fevereiro de 2005, o Instituto
722 do Crisotila, representado pelo doutor Maurício Corrêa Advogados, solicita revisão da
723 348. Aí, já nesse ano, esse tema entrou de novo. Em julho de 2005, houve em parecer
724 técnico da SQA reiterando a importância e a necessidade de isso ficar como ser
725 classificado como resíduo perigoso e aí esse tema retoma agora no início de janeiro
726 para a criação desse Grupo de Trabalho. A gente vê que esse tema foi discutido, foi
727 apresentado. Olha, gente, muito me admitira o senhor assumiu, o doutor Rui, na sua
728 exposição reconhece que amianto é um resíduo perigoso e se reconhecendo como
729 resíduo perigoso quer que as empresas que trabalham tenham uma gestão adequada
730 dos seus produtos, por que não considerar um resíduo que contenha o amianto
731 também não tem que ser trabalhado e, na gestão, ser considerado como um resíduo
732 perigoso para você poder ter segurança naquilo que está sendo? Porque a questão da
733 segurança e a prevenção está em primeiro lugar. Se a gente assume que um resíduo é
734 perigoso, a gente tem que tomar as medidas de segurança que são necessárias. E a
735 gente não pode pensar pelo fato dele estar junto, impregnado junto com cimento, isso
736 não nos dá a garantia de que isso não venha causar algum dano. Se a gente observar
737 o trabalho da construção civil no nosso País, em que condições se trabalha e se a
738 gente pensar nas usinas de reciclagem que estão sendo instaladas, em que níveis de
739 qualidade se trabalha, fica muito difícil a gente não pensar que a gente tem que
740 trabalhar com segurança sim na gestão desses materiais. Então, eu acho que é muito
741 difícil, quando a gente assume... O fato de ser uma fibra natural não significa que ela
742 não vai causar. A gente sabe que cádmio, mercúrio também são elementos naturais e
743 nem por isso a gente vai não considerar os seus riscos que apresentam. Então, esse
744 argumento para gente é muito frágil. Eu acho que a gente tem que considerar sim a
745 realidade, principalmente a realidade em que nós vivemos. E eu acho que se a gente
746 está falando em segurança, em gestão adequada, a gente tem que levar todo o ciclo e
747 não só parcialmente. Eu acho que nós, esse tema, para nós, já foi amplamente
748 discutido, eu acho que talvez não tenha sido somente aqui discutido amplamente. A
749 gente sabe que esse tema, as pessoas que estão aqui, todo mundo se conhece porque
750 a gente vai em vários fóruns e a gente sempre se encontra. E é reconhecido que o

751 amianto, mesmo a crisotila, é cancerígena. O fato de estar num resíduo, ser diferente,
752 isso não modifica. A gente sabe que a hora que você fura, você pode estar liberando,
753 existe uma série de situações que a gente pode imaginar que isso esteja ocorrendo. Eu
754 acho que, para nós do Ministério do Meio Ambiente, esse grupo não deveria e a nossa
755 proposta, enquanto Ministério do Meio Ambiente, é que a posição da gente, vamos
756 discutir hoje, mas a nossa proposta é não ter mais discussão. A gente já discutiu. Eu
757 acho que esse tema já está... Para nós, essa discussão já se encerrou, para nós
758 estamos perdendo tempo porque a resolução já foi feita e já foi discutida. Então, uma
759 posição que a gente pode estar encaminhando é o seguinte, é levar ao âmbito da
760 Câmara Técnica a posição porque o Grupo de Trabalho ele não vota, ele não delibera.
761 Então, se não chega a consenso, leva-se propostas e a nossa proposta é que não há
762 necessidade de se discutir mais. Essa é a nossa posição.

763

764

765 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Eu não vou abrir debate. Eu gostaria de
766 ouvir as partes, respeitar a opinião de cada um. Eu gostaria de convidar o nobre
767 Conselheiro Roberto Monteiro para vir aqui para a mesa aqui comigo. Prazer estar com
768 você aqui, saber que nós estamos com presença de bastantes Conselheiros que
769 possam dar respaldo a gente tomar a decisão. Conselheiro Lino, do Ministério do
770 Trabalho, está com palavra para fazer a exposição.

771

772

773 **O SR. DOMINGOS LINO (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Não vou fazer
774 nenhuma exposição, não vou utilizar uma hora, mas apenas fornecer algumas
775 informações enquanto ao coordenador da Comissão que vem tratando dessa questão
776 no âmbito do Governo. Em primeiro lugar, quero chamar a atenção para o que os
777 senhores vão ver e ouvir hoje aqui neste recinto sobre o tema. Quero chamar a atenção
778 para isso. Isso para justificar o que eu vou dizer e a sugestão que farei ao final.
779 Primeiro, o amianto é um dos produtos mais discutidos, mais debatidos, mais
780 analisados nos últimos 50 anos, podemos dizer assim. Ao debatermos a questão da
781 resolução 348, muitas das pessoas colocam que o que está em discussão não é o
782 amianto e sim o resíduo, mas acho que é interessante, acho que todos perceberam e
783 concordam, que as coisas se confundem entre si. Basta ver a exposição anterior aonde
784 o objeto principal é a 348, mas grande parte da abordagem é em relação ao amianto.
785 Fico contente inclusive com a exposição feita porque em alguns momentos procura-se
786 dissociar crisotila de amianto. E hoje aqui na exposição eu ouvi “amianto”, “amianto”,
787 “amianto” e em alguns momentos crisotila. Achei muito interessante porque nos últimos
788 períodos tenta se fazer essa dissociação que crisotila inclusive não é amianto, basta ver
789 até o Instituto do Canadá que era Instituto do Amianto e hoje é Instituto Crisotila
790 também. No Brasil nasce o instituto relacionado ao tema como Instituto do Crisotila.
791 Então, gente, na verdade, trata-se de um produto, as características, as formas,
792 afloramento, isso nós estamos cansados de discutir. Todos aqui que entendem
793 minimamente do tema, eu, particularmente, desde a década de 80, amado e odiado em
794 relação ao tema, basta lembrar, Adílson, quando saiu a decisão de Governo pela
795 criação da Comissão Interministerial, alguns companheiros diziam o seguinte: “É o Lino
796 que está lá? Vão empurrar esse negócio com a barriga até”. E lembro do Adílson e
797 Emílio que diziam: “Ah, é o Lino que está lá, dessa vez vai”. Mas o assunto é complexo

798 e acho que deve ser tratado em todas as esferas com seriedade, tendo em vista os
799 riscos. Então, falar em legislação, cada um puxa para seu lado. O engenheiro aqui,
800 anteriormente, só parte boa da coisa. A OMS claramente tem colocado em suas
801 resoluções: “Olha, é um cancerígeno, em todas as suas formas e não há limite de
802 exposição”. Então, estas são as controvérsias, por isso eu chamo a atenção para o
803 debate que vocês vão ouvir hoje. Há diversas controvérsias que existam. Fala-se da
804 resolução, não citou a Resolução do próprio CONAMA que obriga os empregadores a
805 carimbar as peças produzida com fibro-cimento amianto dizendo que é perigoso, que é
806 cancerígeno que deve. Então, só a parte boa da coisa, digamos assim. Preocupado
807 com essas questões, o Governo criou a Comissão Interministerial. Eu chamo a atenção
808 disso, Sr. Presidente, para o resultado final das discussões nesse grupo. Muito bem,
809 comporam essas Comissão 8 Ministérios: Saúde, Trabalho, Previdência, Meio
810 Ambiente, Minas e Energia, o MDIC, Casa Civil da Presidência da República, Ministério
811 das Relações Exteriores. Dois anos de trabalho, um relatório com 1.399 páginas, mais
812 alguns vídeos. Obedecendo a orientação de Governo, participação de todos os setores
813 envolvidos. Houveram várias pessoas que nós interagimos durante esse processo, ou
814 seja, com empregadores, aqui Milton, várias pessoas que interagiram durante esse
815 processo enquanto empregadores. Não ouvimos só os empregadores favoráveis ao
816 amianto, ouvimos os dois setores, tanto as empresa, visitamos empresas, visitamos a
817 mina, visitamos a Prefeitura de Minaçu, estivemos lá no Sindicato dos Trabalhadores de
818 Minaçu, fomos a todas as centrais sindicais, inclusive até à própria CNTI. Realizamos
819 diversas atividades, uma delas relacionada aos riscos, por exemplo, trazendo
820 profissionais indicados pelos próprios setores empregadores, trabalhadores e Governo.
821 Não só nacional como internacional, inclusive OMS e OIT, inclusive doutor Ericson
822 Bagatin que tem um trabalho todo feito em relação a SAMA mineração. Professor René
823 Mendes, enfim, uma gama de profissionais que atuam diretamente, que têm trabalhos
824 produzidos, teses, coordenam teses sobre o tema. Pegando a Convenção 162 da OIT e
825 não é só a parte que nos interessa não, por quê? A Convenção 162 da OIT diz
826 claramente que havendo produtos menos nocivos, que o amianto deve ser substituído.
827 Baseado nisso, o que nós fizemos? Chamamos diversas instituições e pesquisadores
828 que atuam com produtos alternativos, tecnologias alternativas ao amianto. Lá estiveram
829 defendendo a tecnologia com os 8% de amianto, outras tecnologias que vão desde de
830 fibras naturais também, desde o bambu sisal até o PVA e o PP. Chamamos em
831 audiência órgãos públicos como Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, o
832 IDEC, Ministério Público do Trabalho para que eles se posicionassem a respeito do
833 tema. Senhores, qual foi a conclusão dessas 1.399 páginas? Por isso, mais uma vez,
834 chamo a atenção para o resultado aqui de hoje. Claramente 4 Ministérios (Saúde,
835 Trabalho, Previdência e Meio Ambiente) uma posição da substituição progressiva do
836 amianto e 2 Ministérios (Minas e Energia e o MDIC) pelo uso controlado. Este foi o
837 resultado das discussões. Como é que se posicionaram os trabalhadores? Claríssima
838 divergência entre eles. Ou seja, as Centrais Sindicais, por exemplo, CUT, Força
839 Sindical e CGT, com a posição clara pela substituição. A SDS, a CNTI pelo uso
840 controlado, o Sindicato da Mineração, pelo uso controlado, sindicatos da construção
841 civil, pode dizer que a maioria pelo uso controlado, mas com sindicatos também pela
842 substituição. Governo, eu já disse, empregadores a mesma situação, a mesma
843 situação. E é bom lembrar que nós encaminhamos Termo de Referência que todos
844 devolveram assinado com as suas posições. Se mudaram, eu acho que tem que ter a

845 clareza e dizer: “Olha, eu pensava assim, mas agora é uma outra”, mais claramente,
846 assinado, termos de referência, os empregadores claramente também com as suas
847 divergências. Sr. Presidente, o que eu quero dizer com isso? Que o resultado daqui não
848 vai ser diferente, senhores e senhoras, não vai ser diferente neste grupo do que a
849 situação que eu apresentei. Temos aqui o Ministério da Saúde, Trabalho, Meio
850 Ambiente, Minas e Energia. Claramente. Alguém mudou de posição nesse período?
851 Desconheço. Nós sabemos claramente o resultado que poderia sair daqui. Levando em
852 consideração que o grupo não vota e uma outra questão, Sr. Presidente, que já adianto
853 que vou encaminhar à presidente do CONAMA, à Ministra Marina Silva, algo que eu
854 acho, sinceramente, essa é a minha opinião pessoal, inadmissível por participar em
855 diversos órgãos de regulamentação e revisão de normas, revisão de legislação, seja
856 governamental, seja bipartite, seja tripartite ou, até mesmo em alguns, quadripartite. O
857 que eu acho inadmissível? Que a gente construa, que a gente fique quatro anos, às
858 vezes, para construir uma norma, uma resolução e alguém, por achar que seus
859 interesses não ficaram muito bem atendidos em relação àquele objeto, solicita, num
860 grupo, numa quanto Câmara Técnica a sua revisão, 2, 3 meses depois. Gente, isso é
861 inadmissível. O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? Não estou dizendo que a
862 culpa é sua, que é do grupo, de forma alguma. Temos aqui inclusive mais dois
863 Conselheiros. No meu entender, qual deveria ser o processo e é isso que eu sugiro ao
864 Sr. Presidente. É que essa questão retorne à Câmara Técnica e que vá ao Plenário do
865 CONAMA porque o Plenário do CONAMA, no meu entender, é quem teria todas as
866 referências, todas as condições para decidir se vai revisar ou não determinada. Insisto,
867 nós acabamos de aprovar uma resolução complicadíssima, no caso de APPs, que
868 demandou um trabalho terrível nosso aqui, Conselheiro Roberto. Amanhã ou depois
869 pode chegar para a Câmara, novamente, de Gestão, dizendo: “Olha, nós queremos
870 revisar”. Isso, 1 mês, 2 meses após. Todo o trabalho que os senhores fizeram na
871 Câmara Técnica, no Grupo de Trabalho, todo o trabalho que nós fizemos durante anos
872 de negociação corre o risco de ficar perdido. Nesse sentido que eu coloco, Sr.
873 Presidente, que vou estar encaminhado, à presidência do CONAMA, solicitação de
874 revisão do Regimento porque o *start*, o início de revisão, criação, extinção de qualquer
875 resolução do CONAMA, o início dela tem que passar, no meu entender, pelo CONAMA
876 e não ficar como decisão de Câmara Técnica ou de grupos. Então, agradeço, Sr.
877 Presidente, a oportunidade, peço desculpas a todos e todas as presentes em relação à
878 minha fala aqui, mas essas seriam as considerações que tenho a fazer. Muito obrigado.

879
880

881 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Agradeço o Conselheiro Lino. Só quero
882 reforçar, você já falou, que nós estamos cumprindo integralmente o Regimento do
883 CONAMA, não estamos fazendo nenhum ato ilegítimo, ilegal, estamos totalmente
884 amparados nessa discussão, inclusive a própria criação desse grupo aqui, teve uma
885 manifestação favorável da Secretaria Executiva do CONAMA. Queria passar à
886 representante da APROMAC. É uma manifestação. Defesa ou contra a matéria, mas
887 não quero abrir debate e discussão.

888
889

890 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Bom dia a
891 todos. Eu quero aqui agradecer a oportunidade que nos foi permitida pela Conselheira

892 Zuleica da APROMAC referente a esse tema. Sou auditora do Ministério Trabalho há 23
893 anos, trabalho nessa área, a maior parte dos trabalhadores aqui presentes me
894 conhecem e aqui estou na condição de representante das organizações não
895 governamentais, a convite da Conselheira Zuleica. Eu queria, inicialmente, dizer que
896 esse fórum do CONAMA, para nós, é extremamente importante porque, dentre as
897 instituições governamentais, ainda nós não conquistamos, a não ser na área ambiental
898 e na saúde, de uma maneira bastante ativa, a participação de representantes da
899 sociedade civil. Então, eu acho esse fórum extremamente importante, democrático e eu
900 acho que é por aí que nós vamos avançar nesse debate. Eu vou passar alguns *slides*
901 porque eu entendi que a reunião era sobre a questão da resolução 348, então, eu não
902 vou falar e peço ao presidente que me conceda um tempo semelhante ao que foi do
903 primeiro apresentador, meu colega engenheiro, pelo seguinte, eu me preparei para
904 debater a resolução da qual a gente fez parte, nós fomos, naquele momento,
905 convidados pela diretora do CONAMA para auxiliar na elaboração do texto e eu trouxe
906 para aqueles, porque foi comentado pelo meu colega que muitos não conhecem o
907 problema do amianto. Eu creio que quem veio até aqui, Brasília, provavelmente somos
908 todos nós muito interessados e conhecemos, mas se houver qualquer dúvida sobre o
909 amianto, eu trouxe, como contribuição, um material que foi, semana passada, lançado
910 pela Prefeitura de Osasco que é um dos primeiros municípios a banir o amianto. Então,
911 com o auxílio do prefeito, Emídio, de Osasco, nós republicamos a cartilha da
912 Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto, são 55 mil exemplares que nós
913 estamos distribuindo. Osasco tem essa característica, a nossa lei que banuiu o amianto
914 prova também que todo ano a municipalidade deve promover campanhas anti-amianto.
915 Através de uma iniciativa do vereador Marcos Martins do Partido dos Trabalhadores,
916 esta data agora vai ser comemorada, todo ano, a semana anti-amianto de Osasco,
917 durante a semana do 28 de abril que, para nós, para os trabalhadores, para aqueles
918 que militam na área de saúde do trabalho tem um significado muito grande porque é o
919 dia internacional em memória das vítimas de acidentes e doenças provocadas pelo
920 trabalho. Então, todo ano nossa semana anti-amianto irá, em Osasco, promover atos
921 dessa magnitude. Estou trazendo para o senhor, presidente, esses são os trabalhos
922 que foram apresentados no último Congresso Mundial do Amianto, em Tóquio, com a
923 presença de 1.000 participantes de centenas de países e eu trouxe para o senhor. E o
924 último documento elaborado pelo grupo da Esquerda Unitária Européia, a Esquerda
925 Verde Nórdica, o grupo parlamentar europeu, nós temos isso publicado em 8 línguas,
926 inclusive está acessível na *Internet*, eu trouxe cópias em espanhol e que faz, deste ano
927 de 2006, o ano europeu anti-amianto. Então, aqui tem um resumo das apresentações
928 que foram levadas em setembro e eu estive debatendo um aspecto da Diretiva
929 Européia que trata de uma concessão ou de uma dilatação de prazo para o setor de
930 cloro-soda, os diafragmas. Como eu estou trabalhando sobre esse assunto em
931 especial, eu fui representante do Brasil onde também debati a não necessidade da
932 ampliação do prazo para os diafragmas de amianto além de 2008. Trago para o senhor
933 essa contribuição, tenho alguns exemplares, de preferência eu gostaria que ficasse
934 com os trabalhadores porque eu creio que a indústria do amianto já conhece isso. É um
935 material dedicado a vocês. Bom, eu queria, sem polemizar, só lembrar o seguinte, que
936 a cadeia produtiva do amianto gera menos de 5 mil empregos no Brasil. Os demais
937 empregos não são gerados pela indústria do amianto. Então, nós não podemos contar
938 aí transportadores, trabalhadores da construção que fazem montagem, instalações, o

939 comércio, por quê? Porque esses trabalhadores podem trabalhar com a tecnologia com
940 amianto e sem amianto. Então, dados do Ministério do Trabalho, nós temos menos de 5
941 mil empregos em toda a cadeia produtiva gerada diretamente pela indústria do amianto.
942 Uma outra questão que eu queria, antes de falar especificamente do amianto, é
943 referente a essa legislação européia e lembrar o seguinte, os países que baniram o
944 amianto, e hoje já são 42 que engrossam essa lista, nós temos inclusive países latino-
945 americanos, Austrália que foi aqui citada, Japão e que nesses países, e principalmente
946 exigência de como tratar o resíduo. Evidentemente que eles não são de acordo que
947 isso vá para um aterro industrial classe 1, até porque isso tem que ser tratado de outra
948 maneira. Aqui não foi apresentado, mas nós sabemos que as normativas européias de
949 outros países tratam o resíduo que devem ser vitrificados, inclusive o caso da Eternit na
950 Itália, que é um dos maiores problemas que nós temos, ocupacionais e ambientais do
951 mundo, do grupo Eternit está sendo feita a desamiantização do sítio onde, por mais de
952 60 anos existiu uma das maiores empresa da Eternit no mundo e que o resíduo vai ser
953 colocado naquele próprio sítio, após um tratamento que está sendo debatido na Itália.
954 Então, é bom deixar claro que a necessidade de nós termos aterros industriais, em São
955 Paulo nós já temos dois, que são aprovados pela CETESB como aterro classe 1 e que
956 são também cadastrados junto ao Ministério do Trabalho para atender à nossa
957 legislação trabalhista. Então, nós temos esses dois aterros em São Paulo, eu espero
958 que eles, infelizmente é uma necessidade, mas que eles aumentem inclusive a oferta
959 porque o eu sei que o custo é bastante alto de disposição, porque nesses aterros nós
960 ainda não temos uma lei que proibiu o amianto em todo o País. Então, o material está
961 sendo disposto de qualquer jeito porque no Brasil ainda o amianto crisotila é permitido.
962 Então, vou aproveitar e mostrar para vocês, fruto da experiência do dia-a-dia, do chão
963 da fábrica, como meu colega engenheiro fala, ele está trabalhando no chão da fábrica e
964 eu trabalho na linha de produção há 23 anos, eu não ocupo nenhum cargo burocrático,
965 nenhum cargo dirigente. Isso me torna uma pessoa que, eu creio, cada dia mais
966 interessada em me aprofundar no assunto. Eu vou mostrar aqui, por favor, me ajuda a
967 adiantar. Vou mostrar isso é uma introdução, vou falar, inicialmente, das obras da
968 indústria da construção civil, que é a razão da nossa presença aqui e mostrar o
969 seguinte, começar com um bom exemplo. Osasco foi um dos primeiros municípios a
970 banir o amianto. Esse prédio aqui em Osasco é um bingo, mas já foi um cinema, o
971 cinema mais importante da cidade de Osasco e foi a primeira obra que ao ser
972 substituído o seu telhado, cumpre a legislação e fazendo com telhas de fibro-cimento,
973 galvanizado, foi a escolha que eles fizeram, recuperação estrutural das tesouras porque
974 em Osasco está proibido o uso do amianto. São 17 leis municipais e 3 leis estaduais
975 que estão vigorando, evidentemente existe também a vontade da CNTA, ou CNI ou
976 CNTI de derrubar essas leis, como fizeram em São Paulo, mas nós pretendemos
977 resistir até onde for possível. Eu queria mostrar uma situação, o porque surge a 348.
978 Por conta disto, entre outras coisas. Isto aqui é o entulho de obra que fica disposto
979 nessas caçambas até que haja uma... Se isso ficar alguns dias, evidentemente que vai
980 desaparecer. No *slide* seguinte nós vamos mostrar uma outra situação. Aqui, quando o
981 colega diz que o amianto fica na massa do cimento, encapsulado e que pesquisas que
982 estão sendo realizadas de 80 anos mostram que as telhas não apresentam
983 deterioração, eu posso dizer que isso não é verdade, por quê? Porque Isso é uma
984 telha, é uma cobertura com 6 anos de existência numa região bastante agressiva do
985 ponto de vista atmosférico em São Paulo e nós podemos ver a liberação das fibras e o

986 estágio avançado de deterioração dessas fibras. Sinto muito dizer que nenhuma telha
987 que nós conhecemos, pelo menos, pode ser que telhas em laboratório tenham outro
988 comportamento. Mas, na prática, o que nós vemos é isso. situações de fibras se
989 desprendendo para o meio ambiente. Da caçamba, aquela caçamba que eu flagrarei,
990 depois de alguns dias, tinha coberto isto aqui. Então, na verdade, isso fica muito barato
991 para a indústria da construção porque eu utilizo, crio entulho e se alguém levar embora
992 dali da minha caçamba, eu estou livre, nem preciso pagar a disposição ou de 50 reais
993 que é a disposição do entulho comum ou 250 reais que é a disposição em aterro
994 industrial para lixo perigoso. Aqui, outra situação. Essa é uma situação bizarra em
995 Osasco. Isso aqui, na verdade, nós fomos lá por uma coincidência. A distribuidora da
996 Eternit em Osasco, vocês sabem que a maior fábrica de cimento amianto que nós
997 tivemos no Brasil foi Eternit Osasco que funcionou entre 1939 até 1993, deixando um
998 passivo que aqui não é o fórum, de trabalhadores e familiares que hoje têm doenças
999 relacionadas ao amianto, inclusive mães que lavaram a roupa de trabalhadores e
1000 desenvolveram inclusive o mesotelioma. Isso eu tenho dito, vocês têm acompanhado.
1001 Eu tenho sempre encontrado com o Instituto da Crisotila, Adílson e Emílio, e já repeti 50
1002 mil vezes. Isso aqui foi um trabalho que nós desenvolvemos com a comunidade com
1003 portadores do vírus HIV de Osasco. E há um conjunto que foi construído com esse
1004 objetivo para que eles não sejam segregados da família. São chalés. O problema é que
1005 a região é montanhosa, enfim, tem uma elevação e para que as ambulância e os carros
1006 atinjam os chalés, a Cobernit, que era a maior revendedora da Eternit de Osasco doou
1007 todas as telhas quebradas que ela tinha para este conjunto. Na seqüência isso foi feito
1008 como um pavimento. Na seqüência nós vamos ver as telhas dispostas para que haja,
1009 em dias de chuva, que se possa acessar esses locais mais a cima. Quando nós
1010 estivemos fazendo um trabalho de conscientização, levando a nossa cartilha e etc.,
1011 uma das pessoas me disse: “Escuta, mas eles não vão morrer de Aids muito antes de
1012 desenvolver as doenças do amianto?” Então, isso é praticamente o que foi dito aqui.
1013 Quer dizer, vai morrer antes da violência urbana, tomando água não sei das quantas,
1014 cheia de vermes e etc., mas vejam que isso se constitui na prática de racismo
1015 ambiental, de injustiça ambiental, que é condenar populações vulneráveis, social e
1016 ambientalmente a um risco consabido, nós sabemos que o amianto dá câncer. Quando
1017 eu escutei que nós temos, em média, 17 mil fibras no pulmão, eu, sinceramente, um
1018 dos maiores medos que eu tenho, doutor Milton, é que eu venha a desenvolver um
1019 câncer porque já entrei em todas as fábricas, pelos menos no Estado de São Paulo, a
1020 maioria, e me expus a condições muito graves de exposição ao amianto. Tenho muito
1021 medo de vir a desenvolver um câncer de pulmão, mesotelioma daqui a 30, 40 anos, até
1022 porque eu acho que a sociedade investiu muito em mim para que eu morra muito cedo,
1023 não que eu seja tão nova, mas não quero morrer por uma doença tão cruel. Aqui, isto
1024 aqui é próximo da minha residência. Isso aqui é um local onde o pessoal vai jogando,
1025 daquelas casas precárias, o que não aproveita e vai jogando nesse terreno baldio.
1026 Como eu digo, como no Brasil o amianto não foi proibido, ele não foi listado como um
1027 cancerígeno, como deveria ser, acompanhando a tabela da IARC, da Agência
1028 Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, o pessoal faz disso aqui como se fosse um
1029 papelão. Vejam, isso aqui, naquele terreno baldio, uma série de pedaços de telhas de
1030 cimento amianto, caixas de água abandonadas quando não podem mais servir nem
1031 para cobrir o tal do puxadinho e a casinha do cachorro. Vejam, isso aqui é um lixão em
1032 plena região sul de São Paulo, não estamos falando isso em qualquer lugar. Nós

1033 estamos numa área urbana, numa área que tem uma Administração Regional que
1034 funciona mais ou menos. Aqui no Rio de Janeiro, vejam. Isso aqui é Casalit, que é uma
1035 das associadas do Instituto Brasileiro do Crisotila e que tem um lixão também do lado
1036 de uma favela onde abandonam todo o material, rejeitos, isso é doado, é aquele festival
1037 e nós vimos isso em Osasco na demolição da empresa e acho que a Rose me
1038 acompanhou na época, quando em 95 começou a demolição da Eternit, que as chapas
1039 onduladas que estavam ainda íntegras estavam sendo doadas pelo construtor que
1040 estava demolindo para construir o Wall Mart para o pessoal da favela do Jaguaré.
1041 Essas doações são muito constantes, não é uma coisa tão rara. Isso, no Rio de
1042 Janeiro, a BREA do Rio de Janeiro esteve lá conversando com essa população. Na
1043 seqüência nós vamos ver, vejam, o solo contaminado com os resíduos, esse daqui é a
1044 Eterbras, que hoje, com a dissociação é a Eternit no Rio de Janeiro, que ficou com a
1045 empresa, e o terreno contaminado com resíduos da fábrica, nós não estamos falando
1046 agora só do rejeito da construção civil, mas resíduo do processo produtivo. Aqui vejam,
1047 as pessoas vivem no meio disso aqui, população carente, socialmente vulnerável e que
1048 acham que isso daqui não tem perigo nenhum, afinal, quanto tempo para desenvolver.
1049 Quando a gente fala que uma doença pode levar 30, 40 anos, eles riem e é normal que
1050 riam pensando na gravidade do dia, do meu dia de hoje, que é a situação dos
1051 trabalhadores de Minaçu. E vocês sabem muito bem, e a gente quase não tem
1052 oportunidade, já falei para o Adílson nos convidar para ir conversar com vocês várias
1053 vezes, que é o seguinte, dizer para vocês que nós não somos contra vocês e o
1054 trabalho, nós queremos que vocês trabalhem de maneira saudável e não numa
1055 atividade que vai acontecer em Minaçu o que aconteceu em Osasco, os doentes vão
1056 aparecer, é inevitável, e a gente quer estar junto. Agora, não adianta esperar a mina
1057 fechar gente para sair em protesto dizendo: “Olha, agora nós somos vítimas” porque
1058 onde isso aconteceu nós estávamos em São Paulo. Não se esqueçam, São Paulo e Rio
1059 estão no centro de todo esse debate. Vocês, em Minaçu, a hora que fechar essa mina,
1060 eu temo que vocês vão ficar sozinhos gritando, falando das doenças e não ter ninguém.
1061 Esses políticos demagogos que hoje vão lá e fazem discursos maravilhosos vão cair
1062 fora porque a hora que a empresa não recolhe mais e não paga campanha eleitoral,
1063 como nós vimos, os 8 políticos de Goiás que foram financiados na última campanha
1064 pela indústria do amianto, eles desaparecem. Não tenham a ilusão e a empresa não é
1065 boazinha. O muito que ela vai oferecer para vocês é o 5, 10, 15 mil reais de
1066 indenização. Cuidado com demagogia, sindicalista que faz muita conversa e tal, mas
1067 quero ver quanto tempo eles trablham como vocês respirando poeira dentro da fábrica.
1068 Pensem nisso. Esses mesmos sindicalistas, quando a gente vai debater sobre
1069 indenização lá no Ministério Público, enquanto nós pedimos 200 mil para quem está
1070 doente, eles vão lá e pedem menos do que o Ministério Público. Se quiserem
1071 documentação, a gente pode comprovar isso. Cuidado com falsas lideranças, cuidado
1072 com demagogos, que prometem, prometem mas na hora do pau pegar deixam os
1073 trabalhadores na mão. Nós vimos isso em Osasco, com exceção do nosso companheiro
1074 Edson de São Caetano que tem sido um grande companheiro na luta com as vítimas da
1075 Brasilit de São Caetano, mas em Osasco, quando fechou a fábrica, não tinha mais
1076 contribuição sindical, o sindicato se mandou e está aqui o presidente da Federação que
1077 sabe muito bem.
1078
1079

1080 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Fernanda, eu gostaria que você focasse
1081 no tema.

1082

1083

1084 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Vou entrar na
1085 Simões Filho que é mostrada como um grande exemplo. Essa fábrica da Eternit tem
1086 uma quantidade de resíduos armazenada internamente, muito grande, e é de
1087 construção civil, telhas e caixas d'água. Isso, no pátio, armazenado dessa maneira.
1088 Quer dizer, a Eternit, que é o e exemplo a ser sempre citado e que tem essas
1089 condições. Aqui lá dentro, inclusive, eu autuei a empresa quando estive na Bahia,
1090 nesse sentido, eu queria saber quanto tem de material armazenado lá dentro e a
1091 empresa não respondeu. Bom, um outro detalhe é o seguinte, cadê a Comissão de
1092 Controle dos Empregados da Bahia, por que eles não tomam atitude em relação a isso.
1093 Aí a minha pergunta, será que a Comissão que vocês tanto dizem, “a gente interdita, a
1094 gente paraliza”, eu creio que seja um avanço, mas será que funciona na prática, ela tem
1095 liberdade para exigir que essa empresa destine, isso aqui são feltros, gente, das
1096 máquinas, máscaras, equipamentos, tudo amontoado. Vocês viram isso? A Comissão
1097 Nacional dos Trabalhadores do Amianto? Resíduo industrial, isso eu vou passar
1098 rapidamente. Esse é o caso de Avaré, é a única represa do Estado de São Paulo que
1099 aparentemente não teria poluição, só que ela abriga uma situação absurda que é a
1100 antiga ALCO, empresa de pastilhas e lonas que fechou e deixou para a coletividade um
1101 passivo ambiental tremendo, inclusive contaminado com resina fenólica. Esse galpão
1102 aqui, que era antigamente uma indústria metalúrgica foi desativado e está guardado
1103 200 toneladas nessas condições, onde o galpão já foi depredado, colocaram fogo aqui
1104 nesse material para ver se conseguiam reduzir...

1105

1106

1107 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Fernanda, desculpe interromper, mas eu
1108 gostaria que você ficasse mais nas telhas, no objeto nosso.

1109

1110

1111 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Só que,
1112 desculpe, nosso colega falou uma hora e falou de vários assuntos e de resíduo eu não
1113 vi nada e eu gostaria que vocês entendessem que a gente tem de ter pelo menos
1114 igualdade. Não estou contestando a sua autoridade, mas eu quero dizer o seguinte, eu
1115 escutei uma hora, inclusive liguei o computador, eu disse: “Meu colega vai me dizer
1116 coisas que eu não sei, por que ele está dentro da indústria”. Ele falou de amianto, falou
1117 de tudo, de legislação não sei de onde, de água, de gelo e eu estou mostrando resíduo
1118 que eu acho que é o objeto. Além do que, como CONAMA, nós temos uma lei, a 9.055,
1119 e um decreto regulamentador 2.350/97 que diz que o órgão responsável iria, em 97,
1120 quase dez anos atrás, que o órgão responsável iria legislar sobre destinação de
1121 resíduos, quaisquer que fossem. O CONAMA, através da Câmara Técnica de
1122 Construção Civil, fez a sua tarefa de casa. Só que a outra Câmara Técnica, que é do
1123 resíduo industrial, não fez. Na Câmara dos Deputados está tramitando um projeto de lei
1124 do deputado Edson Duarte que tenta disciplinar também o resíduo industrial contendo
1125 amianto para que a gente tenha um tratamento igual, não só penalizando a indústria da
1126 construção civil, mas também qualquer produtor de resíduo industrial. Então, aqui vocês

1127 vêm o material abandonado, houve toda uma polêmica na cidade, é uma cidade
1128 turística, ela vive com verba de turismo, corre o risco de perder e a gente vai vendo o
1129 cuidado que se tem com o tratamento de resíduo perigoso no Brasil, por isso que é
1130 necessário a resolução 348. Nós não estamos na Europa, nós estamos vivendo em
1131 uma situação em que mendigos dormem nesses depósitos. Vejam, o estado de
1132 depredação, chuva, inclusive foram encontrados, pela CETESB da região, traços do
1133 fenol na água de abastecimento da cidade, para vocês terem uma idéia, provindo disso
1134 aqui. Aqui eles puseram os sacos de amianto , a fábrica fechou, hoje está sendo
1135 administrada por uma outra empresa que hoje não mais usa amianto e o que eles
1136 fizeram? Tentaram enclausurar esse quartinho e puseram fogo nisso aqui e que
1137 realmente não resolveu, queimou plástico, uma fumaça horrível de resina fenólica, mas
1138 o amianto ficou lá. Bom, esse foi o debate que a gente organizou na cidade, tratando
1139 isso como questão de saúde pública que é. Inclusive veio gente de Minaçu lá
1140 acompanhar o debate. Caso do amianto, a prefeitura se comprometeu que iria resolver
1141 o problema do passivo, não resolveu até hoje porque o Ministério Público diz que não é
1142 dinheiro do contribuinte que tem de resolver o problema deixado por empresas
1143 poluidoras e com isso a coisa continua. Vou falar um pouquinho da Termoid que, até
1144 recentemente, era associada do Instituto Crisotila. O que ela fez? Sob orientação,
1145 segundo ela, da CETESB, ela recolhia lonas de caminhão, de oficinas mecânicas, as
1146 lonas já usadas, para reciclar. Segundo ela isso seria uma maneira de acabar com o
1147 resíduo perigoso, uma atitude politicamente, ecologicamente correta. Só que o que
1148 aconteceu? Nós encontramos 100 toneladas desse material abandonado num galpão,
1149 tivemos que interditar junto com a saúde que é uma parceria que a gente tem no estado
1150 de São Paulo, trabalhamos em conjunto, lonas velhas, esse material era moído de
1151 noite, tal a precariedade das instalações da Termoid, foi interditada várias vezes, enfim,
1152 é um drama aquilo lá. Bom, outro problema de resíduo vindo da fábrica de São Caetano
1153 do Sul de construção civil. Doado aos trabalhadores na época que a fábrica funcionava
1154 em São Caetano, esse era o nosso líder do movimento de São Caetano, morreu de
1155 asbestose e câncer de pulmão, uma morte terrível e ele trazia para casa o que a
1156 empresa doava. Isso era muito comum nessas empresas e ainda é comum, que eu vou
1157 mostrar para vocês. Ele trazia da fábrica de tubos esse material e pavimentava a casa.
1158 A casa dele era cheia de amianto, tanto que num dos últimos depoimentos que ele deu
1159 para a TV francesa ele disse: “Tudo que eu tenho eu devo ao amianto, inclusive meu
1160 câncer de pulmão”. A fazenda São Félix do Amianto da SAMA que é hoje passivo da
1161 Eternit. O que foi o resíduo da mineração. Estou tentando mostrar que a cadeia
1162 produtiva do amianto gera resíduo e que ela trata mal esse resíduo. Não tem condições
1163 de vir aqui e dizer que é para acabar com uma resolução sendo que ela é a própria que
1164 descumpra qualquer norma, inclusive as internacionais que ela defende aqui. Isso aqui
1165 é lá na Bahia, é o passivo da Eternit, ela tem de recuperar isso ambientalmente, eu não
1166 sei como é que ela vai fazer, era a área de bota-fora, onde ela dispunha, esse material
1167 foi retirado, foi usado, foi vendido, fizeram um festival ali na região. Aqui são os atuais
1168 proprietários da fazenda e eles moram em Minaçu, conhecidos de vocês, a família
1169 Oliveira e eles mostram o que é esses 700 hectares da grande área da antiga SAMA,
1170 atualmente Eternit da mina. Isso daqui gente, vocês têm que pensar no efeito Orloff,
1171 isso aqui é Minaçu no futuro, porque na hora que ninguém cuidar e isso for abandonado
1172 e vai ficar para o Poder Público, Minaçu vai virar isso e aí é importante a gente sempre
1173 ter em mente o que nós estamos defendendo e de que lado nós estamos. Crianças

1174 brincando no meio dos resíduos, sem saber, pensando que é área de praia, na Bahia.
1175 Vejam a situação de precariedade. Com risco ambiental, vivendo, as casas são
1176 revestidas, pavimentadas com pedras de crisotila. Isso daqui é uma situação que eu
1177 encontrei na indústria de cloro soda, o trabalhador coletava teflon com amianto e vendia
1178 para uma empresa de Santa Catarina de cimento amianto. A única empresa existente
1179 que também é sócia do Instituto da Crisotila. Isso aqui foi paralisado e agora estão
1180 mandando para o Paraná como resíduo perigoso. Lógico, se eu puder doar, puder
1181 vender e não destinar como resíduo perigoso, custa muito mais barato. A política de
1182 irresponsabilidade social da Eternit SAMA em Minaçu. Ainda o resíduo de amianto está
1183 sendo doado. Esse projeto é uma verdadeira brincadeira. Isso daqui, a rocha
1184 serpentínica, como o companheiro que me antecedeu comentou, vai mudando de
1185 nome. Chamava amianto, depois virou crisotila e agora vai virar rocha serpentina. Daqui
1186 para frente eles põe um outro nome. Isso aqui vira artesanato feito lá em Minaçu com a
1187 conivência da Prefeitura de Minaçu que entende que isso gera renda, usando as pedras
1188 de amianto que não servem, comercialmente não há interesse, não são estéreis.
1189 Vamos parar com essa nomenclatura fantasiosa de doença benigna, não existe doença
1190 benigna, não existe rocha estéril, e a gente analisou esse material, o que ela tem é
1191 quantidade comercialmente de fibra e dimensões que não há interesse. Então, deveria
1192 ser disposto de maneira adequada. Não, eles doam isso daqui e quem quiser, acessem
1193 a página do Instituto do Crisotila, que eu acesso quase que diariamente e eles fazem na
1194 minha também porque eu sei, é uma troca de experiências. É resíduo. O Ministério
1195 Público de São Paulo faz uma campanha muito interessante, nós temos uma Ação Civil
1196 Pública contra a Eternit e outra contra a Brasilit, a da Eternit nós já tivemos de
1197 sentença, 170 milhões de dólares em média...

1198

1199

1200 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Fernanda, eu gostaria que você fosse ao
1201 objeto...

1202

1203

1204 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Tá bom, é que
1205 como os trabalhadores estão aqui, Presidente, é importante para eles. Estou falando de
1206 resíduo aqui. Estão enfiando telha boca abaixo da população e, terminando, eu queria
1207 dizer o seguinte, eu acho que a resolução 348 é um avanço, num País onde se trata
1208 mal resíduo, qualquer que seja, ou industrial, ou da mineração, ou da construção civil.
1209 Eu acho que nós temos obrigação de lutar pela sua manutenção, é essa a posição que
1210 a gente traz. Presidente, eu tenho mais três minutinhos? Ele teve uma hora.

1211

1212

1213 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Aqui eu quero botar uma questão de
1214 ordem porque quem define as coisas aqui é a presidência, é a coordenação. Foi dada
1215 uma palestra, você fez a palestra, inclusive eu estava preocupado com esse seu laser
1216 aqui, quase no nosso olho, eu fiquei muito preocupado e nervoso com isso. Então, três
1217 minutinhos para você, mas, por favor, no foco.

1218

1219

1220 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (Ministério do Trabalho e Emprego)** – Eu quero
1221 mostrar, só para terminar, uma questão importante que eu vejo. Eu queria só mostrar o
1222 seguinte, gente, não dá para apagar as luzes, só três minutinhos? Eu queria só
1223 comentar, esse é um documentário que foi feito pela televisão francesa, ganhou, ano
1224 passado, o Festival Internacional de Cinema Ambiental em Goiás, e que mostra um
1225 pouco da situação que nós vivemos. É quase uma hora, mas eu vou mostrar a parte
1226 que trata de Canadá e Brasil. *(Apresentação de um vídeo)* *(Reclamação do plenário*
1227 *quanto ao vídeo)* Qual é o medo de passar o filme para vocês? *(Continuação da*
1228 *apresentação de um vídeo)* É extremamente democrática, a gente escuta uma hora o
1229 outro lado e a falta de respeito, e não é dos trabalhadores, com certeza a gente já
1230 conhece de onde vem isso. Obrigada pela oportunidade.

1231
1232

1233 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – São meia hora da tarde. Eu perguntaria
1234 para o Ministério da Saúde se você quer falar agora ou faço o intervalo.

1235
1236

1237 **O SR. MARCO ANTÔNIO PEREZ (Ministério da Saúde)** – A gente poderia falar
1238 depois do almoço, mas a gente tem um problema de compromisso porque eu estou
1239 aqui suprimindo o suplente, mas devido ao valor que a gente dá a esse tema, é muito
1240 importante a nossa fala. Então, eu vou ter, no máximo, até umas 14 e 30 para estar
1241 aqui.

1242
1243

1244 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Então, faz a tua exposição agora, ela é
1245 longa?

1246
1247

1248 **O SR. MARCO ANTÔNIO PEREZ (Ministério da Saúde)** – Não, é curta, extremamente
1249 curta. Seria coisa de 20 minutos.

1250
1251

1252 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – A proposta é ouvir, não debater e à tarde
1253 a gente faz os encaminhamentos. Só para um esclarecimento, eu comecei o processo
1254 da seguinte forma, com a demanda vindo do segmento e justificando. Depois, os outros
1255 segmentos que fazem parte do CONAMA. A SQA, que é do Conselho, que analisa pelo
1256 Ministério do Meio Ambiente, depois teve APROMAC que é do Conselho também, tem
1257 assento na Câmara, teve o Conselheiro Lino do Ministério do Trabalho, a Saúde que
1258 também faz parte do Conselho nosso e depois estou abrindo aqui para o MME para
1259 falar. Então, os segmentos formalizados que eu gostaria de entender o que está
1260 acontecendo. Num segundo momento, a gente abre uma forma de debate.

1261
1262

1263 **O SR. MARCO ANTÔNIO PEREZ (Ministério da Saúde)** – Bom dia a todos, bom dia a
1264 todas. Meu nome é Marco Antonio Peres, eu coordeno a área técnica de saúde do
1265 trabalhador do Ministério da Saúde. A representação do Ministério da Saúde junto ao
1266 CONAMA é feita pela área de saúde ambiental, a professora Ana se encontra fora

1267 atualmente e a gente veio, até por um contanto feito pelo Ministério do Meio Ambiente,
1268 dada a importância e o valor que esse tema tem para saúde pública no nosso País.
1269 Gostaria de dividir minha fala em duas fases. A primeira fase diz mais respeito à
1270 valorização que nós estamos dando ao problema do amianto como um problema de
1271 saúde pública no nosso País, a ser resolvido, não se trata só de um problema de saúde
1272 ocupacional, é um problema de saúde pública mais ampla, além de envolver a saúde
1273 ocupacional e, num segundo momento, eu gostaria de fazer um comentário específico
1274 sobre a resolução 348 lá no seu art. 3º, inciso IV que é o objeto da discussão que nós
1275 estamos aqui hoje. Gostaria de iniciar minha fala reforçando um pouquinho o que o
1276 doutor Rui Inocêncio do Instituto Crisotila colocou a respeito da necessidade da
1277 objetividade dessa discussão, mas gostaria de acrescentar um pouquinho mais. Eu
1278 tenho certeza que a minha formação em medicina, estudei seis anos medicina, mais
1279 três anos de residência médica em medicina preventiva e social, mais a especialização
1280 em saúde pública, mais o mestrado em saúde coletiva e mais a concentração em saúde
1281 ocupacional dá para a gente um suporte de objetividade necessário para discutir o tema
1282 do amianto. Mas quem lida com vidas humanas e não simplesmente com caixas d'água
1283 é impossível não ter a paixão por trás. Para um profissional da área de saúde pública
1284 que tenha paixão em defesa da vida, evidentemente toda a pauta de discussão vai ser
1285 em cima de critérios objetivos e científicos, como qualquer médico deve fazer, mas a
1286 paixão em defesa da vida não está por trás e a gente faz questão absoluta de citar isso.
1287 Qual é o papel do Ministério da Saúde nessa discussão? O Ministério da Saúde não vai
1288 ter, sozinho, a competência de banir ou não banir, de prever ou não prever o uso
1289 controlado do amianto, mas é o Ministério da Saúde que tem a competência de dizer
1290 quais os danos e o impacto que isso vai trazer para a população desse País, é isso que
1291 o Ministério da Saúde está fazendo e tem feito nos fóruns que tem sido chamado para
1292 discussão do tema. Seja ele para discutir a cadeia produtiva em suas várias etapas, o
1293 processo de produção. Inclusive na última etapa que é a questão do resíduo e que nós
1294 estamos aqui discutindo. Então, a gente tem essa função, temos esse papel e temos
1295 dificuldades para lidar com esse tema. Temos uma dificuldade muito grande na área de
1296 saúde pública no nosso País para discutir com o tema do amianto, essa discussão é
1297 bastante aberta, é colocada publicamente. Quais são as dificuldades? Se vocês saírem
1298 daqui e abrirem essa porta, você vão dar de cara numa placa, "proibido fumar nesse
1299 ambiente". A gente não conseguiu banir, nem queremos, no caso do cigarro, banir o
1300 cigarro no País porque o cigarro é uma questão individual. É assim que é colocado pela
1301 sociedade brasileira, mas o Ministério da Saúde tem obrigação de falar: "Olha, é
1302 proibido fumar nesse ambiente". Por quê? Porque se o indivíduo começar a fumar
1303 nessa sala, o indivíduo ao lado vai ter o seu risco de aquisição de câncer de pulmão
1304 aumentado e a pessoa que está fumando não tem o direito de passar esse risco para
1305 outro que está ao lado e que não está fumando. Na questão do amianto é um
1306 pouquinho diferente. O amianto não é um objeto de uso pessoal em todo o seu
1307 processo, o amianto é um insumo, uma matéria prima utilizada, substituível dentro de
1308 uma cadeia produtiva. Então, a postura que o Ministério da Saúde tem e terá a respeito
1309 disso é quando a gente trata de um insumo que é utilizado como matéria prima dentro
1310 de uma cadeia que é substituível e que causa câncer, que causa asbestose, que causa
1311 problemas, que mata, amianto mata e todo mundo sabe disso aqui. Nós temos, no
1312 nosso País, uma dificuldade de lidar com o tema porque não temos, no nosso País, o
1313 custeio necessário para chegar aos diagnósticos etiológicos da relação entre o caso e o

1314 agente causador do caso. Não temos e gostaríamos de não querer investir nisso
1315 porque a gente tem outras prioridades na saúde pública. A gente não quer ter que ficar
1316 fazendo de cada caso desse País de câncer do pulmão, qual é a relação que ele tem
1317 com o amianto, isso para nós teria um custo enorme, a gente acha melhor banir o uso
1318 do amianto no País. O investimento que a saúde pública vai ter para fazer, em termos
1319 de anátomo-patologia, em termos de qualificação para a gente ficar verificando caso a
1320 caso a relação etiológica, isso não é fácil e nem sempre chega a uma conclusão, para
1321 nós, como já é sabido, ressabido, não temos mais dúvidas em relação a isso há muito
1322 tempo, da relação entre a exposição ao amianto nas suas diversas formas e os agravos
1323 que eles causam, para nós, para a saúde pública brasileira, a gente defende o total
1324 banimento do amianto, isso é a postura do Ministério da Saúde há muito tempo, não
1325 temos dificuldade em falar isso. Temos, no amianto, riscos para abestose, risco para
1326 mesotelioma, e risco para carcinoma broncogênico, que as pessoas se esquecem. Ele
1327 dá câncer de pulmão, não só aquele mesotelioma que é patognomônico da exposição
1328 ao amianto, que é específico, mas ele aumenta o risco e muito do carcinoma
1329 broncogênico que é o câncer de pulmão que está por aí. Se para cada câncer de
1330 pulmão a gente for fazer a investigação, olha, vai custar muito para o bolso meu e de
1331 vocês que são contribuintes. A taxa da saúde pública sobe, muito mais do que já está.
1332 Então, o que a gente quer realmente é que não chegue a isso, que a gente tire o
1333 cidadão brasileiro da exposição coletiva ao amianto, uma vez que, vou repetir isso três
1334 vezes, não há níveis seguros para exposição ao amianto em relação ao risco do
1335 câncer; de novo, não há níveis seguros para exposição ao amianto em relação ao risco
1336 de câncer e, pela terceira vez, não há níveis seguros entre a relação de exposição ao
1337 amianto e risco de aquisição de câncer. Não há níveis seguros, não há. Então, para
1338 nós, Ministério da Saúde, não tem que ter exposição, se não tem níveis seguros para
1339 exposição, não tem que ter exposição, é bastante lógica, a lógica indutiva. Bom, temos
1340 algumas falhas. O custo do diagnóstico é muito alto para fazer o diagnóstico etiológico,
1341 como eu falei. O custo da vigilância para você fazer a remediação, já não basta ter que
1342 pagar remédio, ter farmácia popular, a gente vai ter que ter remediação de mina, de
1343 fábrica, de resíduos que estão lá. Olha, isso custa muito caro para um País como
1344 nosso, é um luxo fazer isso num país que tem condições como as nossas. Então, eu
1345 gostaria de deixar claro, nessa primeira fase e eu já vou entrar especificamente na
1346 resolução em si, de dizer de forma bastante clara que temos dificuldades para lidar com
1347 amianto no nosso País, a saúde brasileira tem, é um problema de saúde pública não só
1348 no Brasil. Eu tive a oportunidade de conhecer Casali Monte Rato lá na Itália, morei lá
1349 alguns anos, pelo amor de Deus! Deus me livre se a gente tiver que fazer esse
1350 investimento no nosso País e eu estou vendo que a gente vai ter que caminhar para
1351 isso. Quem vai pagar essa conta, quem vai pagar? Eu gostaria de fazer uma pergunta,
1352 não vale para a Doutora Fernanda: quem aqui já viu uma pessoa morrer de
1353 mesotelioma ou de asbestose? Alguém já viu? Eu já acompanhei algumas,
1354 infelizmente. Quem já viu você chegar, que nem foi meu último caso que acompanhei
1355 de mesotelioma de pleura, chegar para um trabalhador e falar: “Olha, a esposa do
1356 senhor faleceu porque ela lavava a sua roupa contaminada com amianto”. Ele não
1357 escutou direito porque ele tinha surdez ocupacional, ele trabalhava numa indústria de
1358 lona de freios em Campinas, no Estado de São Paulo. Falar isso e a pessoa falar: “O
1359 que? Ela morreu por causa do meu trabalho?” Dar essa notícia não é uma coisa fácil e
1360 a gente não pode fazer isso completamente desprovido de paixão, porque nós não

1361 estamos lidando, eu não estou lidando com caixa d'água, estou lidando com vida
1362 humana e o valor que eu dou para uma vida humana é completamente diferente de
1363 uma caixa dáágua. Então, eu acho que essas distinções, quando a gente fala de
1364 amianto e de outras, quando falo de cigarro ou da propaganda de mulher bonita da
1365 cerveja, falo da mesma forma, não é nada contra esse agente, que é o perigosíssimo,
1366 que é o amianto. Infelizmente existem outros no País. Bom, essa é uma grande
1367 dificuldade. Outra dificuldade é o valor social que, em nosso País, se dá ao tema. A
1368 gente banaliza esse tema no nosso País. Está lá, banaliza porque as condições da
1369 população, isso foi colocado em algumas figuras aqui. Se possível, eu gostaria de ter
1370 cópias dela. A pessoa dando risada, "estou aqui em cima e estou dando risada de um
1371 negócio que vai me causar câncer daqui a 20, 30 anos", que pode causar, não
1372 necessariamente vai causar, mas existe o risco de causar. O que é isso? O valor social
1373 que se dá a esse risco no Brasil é muito baixo, existe um risco muito baixo e isso está
1374 relacionado com o valor que se dá à vida do trabalhador brasileiro que, até 100 anos
1375 atrás, era escravo, não vale uma caixa d'água. Bom, entrando na resolução em si, foi
1376 com muita surpresa que o Ministério da Saúde viu a gente reabrir essa discussão, "Meu
1377 Deus, vai rediscutir aquilo novamente? Para que?" Eu tive que desmarcar um monte de
1378 compromissos, inclusive reunião com gabinete da minha Secretaria para vir aqui para
1379 discutir isso de novo. Meu Deus do céu! Quando que se vai dar pelo menos um pouco
1380 de valor para a vida do trabalhador nesse País e para o cidadão no ambiente que ele
1381 vive, que ele trabalha? Por favor, vamos considerar isso. Olha, não estou falando, não é
1382 competência do Ministério da Saúde falar que tem que banir ou não banir, mas eu
1383 tenho total competência e autorização para falar que isso faz muito mal para saúde,
1384 isso custa para a sociedade brasileira. Entrando na resolução. Diz a resolução 348, lá
1385 no seu art. 3º, inciso IV: "Classe D: são resíduos perigosos oriundos da construção tais
1386 como tintas" Bom, o que tem tinta? Por que tinta é resíduo perigoso e amianto "não é"?
1387 Tinta pode ter alguns pigmentos, pode ter metal pesado, que pode causar problemas,
1388 que vai lá no ambiente, que vai lá no corpo humano, que vai lá para o peixe que
1389 contamina a mulher grávida, enfim, existem alguns elementos nas tintas que o tornam
1390 de risco perigoso, a tinta. Agora, por que a gente não tira tinta e tira o amianto? A
1391 indústria da tinta vai ficar prejudicada também, desculpe. Bom, "solventes". Bom,
1392 solvente pode causar mielodisplasias, que são distúrbios hematológicos, distúrbios da
1393 produção de sangue grave, podem causar leucemias, podem causar neuropatias
1394 graves, inclusive paralisias periféricas. Solventes tem que estar aqui, lógico que tem
1395 que estar, causa câncer, causa mielodisplasias, causa neuropatia, tem que estar aqui.
1396 "Óleos", alguns óleos que podem ter problemas, podem causar dermatose, podem ter
1397 contaminantes e outros ou aqueles contaminantes prejudiciais à saúde. Esse inciso é
1398 de extremo interesse para a saúde pública nesse País porque ele está aqui devido às
1399 contaminantes prejudiciais à saúde. "Oriundos de demolições, reformas e reparos de
1400 clínicas radiológicas", nem citar o caso de Goiânia, a terra lá do deputado Ronaldo
1401 Caiado, "instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais
1402 que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde". Se tiver um resíduo
1403 perigoso da construção civil, que está aqui colocado como resíduo, se tiver um material,
1404 um resíduo de construção civil, mesmo que seja mantido do jeito que está aqui, mas
1405 que a saúde pública considerar perigoso, a gente vai intervir naquilo, é obrigação
1406 nossa. Pode ser que não esteja nem citado aqui nesse inciso aqui, inciso Iv, mas pode
1407 ter porque construção civil pode ter tudo, um milhão de coisas. Eu questiono, o amianto,

1408 já falei, foi a introdução que eu fiz, do risco do amianto, justamente foi para chegar aqui
1409 no inciso IV do art. 3º da resolução 348 que é objeto de rediscussão desse fórum aqui.
1410 Por que o risco do amianto é menor do que o solvente contaminado por N Hexano?
1411 Desculpa, é maior, não tem limites seguros, o N Hexano tem, para neuropatia periférica,
1412 desculpem. Então, eu vou aqui fazer um apelo aos senhores e às senhoras aqui, pelo
1413 Ministério da Saúde, o voto do Ministério da Saúde não preciso nem expressar, acho
1414 que isso não devia nem ser objeto de discussão desse fórum porque já foi uma decisão
1415 tomada, mas o apelo que eu faço é que pensem um pouquinho no trabalho que a saúde
1416 pública faz, pensem um pouquinho quando você pensa numa caixa d'água, numa
1417 pessoa, quando você dá uma notícia que teve sua esposa morta porque a roupa dele
1418 tinha poeira de amianto, e foi por causa disso, foi um mesotelioma de pleura, um caso
1419 bastante esclarecido, pensem nisso antes de propor uma rediscussão, de prolongar
1420 uma coisa, se a gente mexer nisso agora, daqui a 20 anos, quando muitas das
1421 pessoas, inclusive algumas aqui, espero que não seja você, Fernanda, estiverem com
1422 conseqüências devido ao amianto, a gente ter que rediscutir isso de novo. Eu não
1423 quero que meu neto discuta isso, eu gostaria de deixar um legado um pouco melhor
1424 para os meus descendentes. O que eu queria falar era isso, desculpa se extrapolei o
1425 tempo, peço desculpa porque eu tive que fazer um encaixe de agenda e o Ministério da
1426 Saúde está à disposição para qualquer esclarecimento.

1427

1428

1429 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Muito obrigado pelo esclarecimento. Vou
1430 passar para o Helder, a última intervenção da manhã e depois a gente faz o intervalo
1431 para almoço e retornamos à tarde.

1432

1433

1434 **O SR. HELDER NAVES TORRES (Ministério de Minas e Energia)** – É muito
1435 interessante esse assunto voltar à tona, inclusive é uma pena meu caro amigo Lino
1436 aqui, companheiro de CONAMA, ele colocou uma coisa muito interessante e eu
1437 concordo plenamente com ele e vou levar isso para discussão nossa dentro do
1438 Ministério de Minas e Energia que as resoluções do CONAMA têm que ter um período
1439 de maturidade para ver a sua aplicação e quais são as possibilidades de alteração dela.
1440 O exemplo foi a resolução 20, que trata de enquadramento e classificação de águas
1441 que demorou quase 20 anos, 18 anos para ser analisada, foi muito discutido, muito
1442 debatido, mas se chegou a um produto. Eu lembro que inclusive a proposta de
1443 resolução que alterou a 307 não esperou maturidade alguma para que os resíduos de
1444 construção civil fossem alteradas. Então, essa sugestão de alteração que se enquadra
1445 mais ou menos nesse caso. Eu gostaria muito, não vou me alongar muito, mas eu
1446 gostaria, senhor coordenador do Grupo de Trabalho e presidente da Câmara, que esse
1447 debate, embora saibamos, o Ministério de Minas e Energia sabe que é totalmente
1448 amplo, a questão ou não do uso do amianto, isso é uma questão não de partes setoriais
1449 do Governo, é uma posição que o Governo ainda não tomou, é de uma complexidade
1450 enorme esse assunto e ele extrapola uma política de Governo para ser uma política de
1451 estado. Então, eu peço aos senhores que nós discutamos e debatamos aqui esse
1452 assunto. Como nós estamos seguindo o Regimento, cada Conselheiro pode apresentar
1453 qualquer alteração em resolução em qualquer tempo, embora eu já frisei isso, que eu
1454 concordo plenamente com meu amigo Lino, que nós temos que tomar algumas

1455 decisões, inclusive alterações no próprio Plenário do CONAMA que atrapalham muito o
1456 que o Grupo de Trabalho discutiu. Só quero voltar ao porque dessa reclassificação.
1457 Quando a gente fala do aterro sanitário, eu posso falar com muita tranquilidade porque
1458 já fui de órgão de controle ambiental, trabalhando com licenciamento ambiental e o
1459 aterro sanitário, independente se ele é, como nós classificamos aqui, na classe A, B, C
1460 ou D, obrigatoriamente tem que passar pelo licenciamento ambiental. Nós estamos
1461 falando aqui não se o amianto vai continuar ou não, isso é muito acima de uma decisão
1462 de Governo, é um decisão de estado e uma decisão de estado tem que passar pelo
1463 Parlamento. Eu gostaria de falar, qual é a destinação final? Caso o Parlamento tome
1464 que vai para o banimento do amianto, o que nós vamos fazer com os resíduos do
1465 amianto, inclusive as telhas e caixas d'água? Tem que ter uma destinação final. Então,
1466 eu gostaria de nenhuma manifestação porque senão eu me desconcentro. Eu queria
1467 manifestar que os aterros sanitários têm que ter um selamento, eu falo selamento é
1468 quando o solo, quando não vem uma manta, você tem que ter um selamento para
1469 qualquer tipo de aterro, que vá receber qualquer tipo de resíduo, no mínimo um
1470 selamento de 10 a -6. 10 a -6 é a proximidade entre os grãos. Então, você tem que ter
1471 esse selamento. Qualquer destinação final de resíduo, ou seja, não é permitido
1472 qualquer tipo de infiltração de água. Aterro de resíduo, desculpe, eu coloquei aterro
1473 sanitário que é o jargão que a gente usa, mas é qualquer aterro que vai receber resíduo
1474 tem que ter o monitoramento também da água superficial e da água que sai desse
1475 aterro, geralmente nesses aterros onde não são sanitários, a gente faz em espinha de
1476 peixe. Se vocês não sabem, são drenagens sub-superficiais que deslocam para essa
1477 água e essa água que tem fazer um tratamento e ver qual tipo de resíduo e
1478 contaminação que ela tem. Dessa forma, o Ministério da Minas e Energia já tinha se
1479 posicionado que colocar as telhas de amianto como perigoso é um exagero enorme e
1480 nós podemos usar os outros aterros de resíduos que vão estar tão seguros quanto um
1481 aterro de contaminação, um aterro de classe de resíduos perigosos porque, neste caso,
1482 não haverá contaminação do lençol freático ou da água residuária desse próprio lugar
1483 do aterro. Eu gostaria que os senhores analisassem isso bem, pensassem o que nós
1484 estamos colocando. Se é questão política e de decisão, acho que não é o fórum dessa
1485 questão aqui. Gostei muito da palestra do representante do Ministério da Saúde, nós
1486 temos que ser práticos e objetivos. Ele falou de várias questões de doença, também me
1487 assustam vários tipos de contaminação, contaminantes que nós temos aí, citou os
1488 exemplos da tinta, embora as tintas são mais solúveis, então é mais fácil a água agir e
1489 infiltrar do que o próprio amianto, mas não vamos entrar nessas questões de detalhe.
1490 Aterros têm que ter todo um cuidado e um controle ambiental necessário que as normas
1491 do CONAMA e dos estados são muito rigorosos em cima disso. Eu só gostaria, Sr.
1492 Presidente, que nós voltássemos a essa discussão da necessidade de sermos tão
1493 rigorosos com um tipo de resíduo que não há necessidade deste para sua destinação
1494 final. Se outros tipos de resíduo, vão fazer moagem dele e tal, acho que temos esse
1495 controle e a resolução trata bem disso. Então, acho que temos que ser cuidadosos com
1496 essa questão e o que nós estamos exigindo do País e o que estamos exigindo inclusive
1497 dos estados e dos municípios para a construção inclusive desses aterros para resíduos
1498 perigosos? Então, no meu entender, acho que resíduos que são, como a nossa querida
1499 Fernanda apresentou, resíduos jogados a qualquer forma sem nenhuma destinação,
1500 também não podemos admitir, mas não é numa resolução que fala que a telha de
1501 amianto tem que ir para uma aterro de resíduo perigoso vai solucionar esse tipo de

1502 problema. Acho que nós temos que ficar muito atentos, ela chamou a atenção, não
1503 podemos perder isso de vista, mas destinação de uma telha para um aterro de classe
1504 perigoso, me perdoe, quem já trabalhou com isso quem já fez análise, quem já analisou
1505 EIA/RIMA disso, nós estamos sabendo que isso é um exagero muito grande, nós
1506 estamos exagerando, para que, inclusive, essa norma não seja aplicada. Senhor
1507 Presidente, eu gostaria que o enfoque fechasse nisso, que nós voltássemos, se há
1508 necessidade de colocarmos a telha e os resíduos de telha que contêm amianto para
1509 áreas de resíduo perigosos, devido ao controle e ao cuidado que os outros aterros
1510 devem ter também, inclusive o de classe B, com chorume e aquelas contaminações às
1511 vezes é muito mais nocivo do que alguma pouca contaminação que pode acontecer
1512 com resíduos de construção civil. Eram essas as considerações nossas que o Ministério
1513 considera que é extremamente exagerado, precisamos tomar cuidado. Precisamos
1514 fazer que essas destinações que causam qualquer contaminação e quem já trabalhou
1515 em município, eu já trabalhei em município, eu fui diretor de Controle Ambiental de Belo
1516 Horizonte, superintendente do Meio Ambiente de Contagem, mantivemos isso na
1517 década do início de 90, fizemos várias áreas de aterro com cuidado, com esses rejeitos
1518 de construção civil, inclusive com moagem, com cuidados que alguns não poderiam ser
1519 moídos. Agora, destinar esse tipo de resíduo para aterros de classe perigoso, eu
1520 gostaria, algumas pessoas devem conhecer como é que são feitos esses aterros,
1521 colocar as telhas lá, nós consideramos extremamente exagerados e um custo para o
1522 País que não é necessário gastar isso. Nem por isso nós achamos que não devemos
1523 tomar os cuidados necessários com qualquer tipo de produto que cause poluição ou
1524 que cause problemas à saúde humana. Mas, neste caso agora, eu acho que é
1525 extremamente exagerado e por isso eu acho que devemos tomar esses cuidados. Se
1526 por acaso esses debates que várias pessoas se expressaram aqui, são duas correntes
1527 seguidas, o Grupo de Trabalho, foi como nós fizemos com resíduo de saúde, o senhor
1528 acompanhou muito direto, minha querida Ruth também, tínhamos duas posições, dois
1529 grupos com pensamentos diferentes e fechados, sem nenhum acordo, então, que volte
1530 para a Câmara a proposta de alteração, se não me engano a representação aqui da
1531 CNI propôs que seria para a classe A. Então, talvez seria a proposta, no artigo que saia
1532 de classe D para A e que a Câmara Técnica tome a decisão porque nós voltarmos a
1533 discutir tudo o que nós discutimos aqui eu acho, além de desgastante, pouco produtivo.
1534 Eu concordo com a Lino também, que essa matéria, talvez seja uma idéia boa, não falo
1535 especificamente do amianto porque estamos cumprindo o Regimento, se você tem
1536 dúvida, você lê e tira suas dúvidas. Mas que a Câmara Técnica tomou a decisão de que
1537 seria analisado essa solicitação do setor produtivo para que revisse essa Câmara
1538 Técnica. Como nós temos duas propostas, eu acho que essas duas propostas devem
1539 ser encaminhadas à Câmara Técnica para que ela tome a decisão. Obrigado.

1540
1541

1542 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Eu gostaria de... Mas depois a gente
1543 podia debater as propostas. Eu queria concluir e à tarde você poderia fazer a
1544 explicação, porque já é uma da tarde, se eu abrir espaço para mais pessoas agora, vou
1545 ter que abrir e aí, se vocês quiserem, a gente não almoça, fica direto e tudo bem. Mas a
1546 minha proposta é que a gente faça um intervalo de uma hora, volte às 2 em ponto,
1547 retoma e negocia um processo de diálogo nesse sentido. Eu vou fazer o recesso de

1548 uma hora e duas nós retornamos. Vou retomar os trabalhos às duas horas com a
1549 quantidade de pessoas que estiverem no Plenário. Obrigado.

1550

1551

1552 *(Intervalo para Almoço)*

1553

1554

1555 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Pessoal, vamos retomar os trabalhos da
1556 tarde. São 14h30 e conforme nós tínhamos colocado hoje de manhã, nós fizemos de
1557 manhã uma rodada ouvindo todos os entes ligados ao CONAMA, aos setores, aos
1558 segmentos. E agora à tarde nós vamos tirar... Eu proponho mais uma hora e meia no
1559 máximo, uma hora, e depois, se for preciso, mais meia hora para ouvirmos todos os
1560 segmentos que estão aqui dentro participando desta reunião, onde nós vamos poder
1561 então permitir que num segundo momento da reunião, nós possamos fazer alguns
1562 encaminhamentos sobre este assunto. Então, eu vou abrir a palavra, pois já tinham
1563 hoje quatro pessoas inscritas, e eu vou passar às inscrições. Eu tinha inscrito a Tânia.
1564 Tânia, você vai manter a inscrição? A Tânia, o José Alberto, o João Carlos. Vamos
1565 deixar as três e depois fazemos mais três. Tânia, por favor.

1566

1567

1568 **A SR^a. TÂNIA PINTO (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE)** – Boa-tarde a todos.
1569 Depois da fala do Dr. Helder, que ele estava explicando sobre a questão que eu entendi
1570 que ele colocou que o fato que estava fazendo com que o Setor Produtivo solicitasse
1571 que retirasse o Amianto do Grupo D para colocar como Grupo A, o problema crucial
1572 seria a discussão final, inclusive quando ele colocou a questão de aterros sanitários, ele
1573 fez uma confusão, talvez ele não compreenda bem essa área, a discussão final. Na
1574 realidade, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nós temos aterros Classe I e
1575 Classe II. Os aterros Classe I são aterros de resíduos perigosos, que são esses que
1576 vocês estão com medo de que Amianto seja (...) que vai onerar porque o custo é de R\$
1577 250 a tonelada. E os aterros de resíduos urbanos, que nós chegamos até a R\$ 20 a
1578 tonelada, mas você colocou R\$ 50, tudo bem. Nós sabemos que de forma nenhuma
1579 resíduos da construção civil podem ir para aterros de resíduos urbanos. Então, depois
1580 que saiu a Resolução 348... É essa a Resolução final? Então, não é essa que eu
1581 queria colocar. Por favor, é a primeira, é que tem completo inclusive o art. 10, que eu
1582 queria me referir ao art. 10 da Resolução. Eles escreveram uma nova norma e
1583 publicaram sobre especificamente o resíduo da construção civil. Nós sabemos que o
1584 resíduo do Grupo A... O art. 10 diz lá que os resíduos do Grupo A são manejados
1585 sendo dispostos do modo a permitir a sua utilização de reciclagem. Então, no Grupo D
1586 fala que os resíduos, no caso os que são considerados perigosos, deverão ser
1587 armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas
1588 específicas. Então, o que nós sabemos é que cada resíduo perigo tem sua forma
1589 específica de ser manuseado. Então, eu acho que é só um entendimento de
1590 interpretação. O Amianto deve ser manuseado com sua característica específica. Como
1591 não exista... Eu estou me referindo a outro trabalho que nós fizemos aqui ano passado
1592 no âmbito do CONAMA, inclusive coordenado pelo Dr. Bertoldo, nós tivemos um
1593 problema seriíssimo com os resíduos de saúde porque eles não podiam ir para aterros
1594 de resíduos urbanos e não eles também não estavam querendo mandá-los para a um

1595 resíduo de Classe II pelo mesmo motivo que vocês não querem mandar porque vai
1596 onerar e tal. Então, nós encontramos uma solução alternativa, que foi de escrever no
1597 anexo da Resolução – eu não estou sugerindo que nós façamos isso agora, mas que
1598 nós podemos encaminhar essa proposta - escrevemos um anexo - como não existia
1599 norma para isso - como se fosse uma norma, mas não especificamente uma norma,
1600 mas dando as características de como deve ser construído um local de destinação final
1601 para resíduos de saúde. Então, o que nós poderíamos era encaminhar uma proposta
1602 de que o CONAMA tinha que elaborar uma proposta para o manejo específico do
1603 Amianto, não precisa ser... Claro, ele não é reciclável e também é perigoso, mas ele
1604 tem uma forma específica de manejo, quer dizer, eu estou tentando encontrar só uma
1605 solução a partindo da idéia da proposta do Ministério de Minas e Energia. Obrigada.

1606
1607

1608 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – José Alberto.

1609
1610

1611 **O SR. JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DOS SANTOS** – Boa-tarde a vocês. Eu quero
1612 lembrar que eu sou ex-Conselheiro do CONAMA e participava da Câmara Técnica de
1613 Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos quando esse processo foi encaminhado. Eu
1614 queria lembrar a quem colocou que esse assunto foi muito discutido, principalmente a
1615 Gricia, que foi montado efetivamente um GT em cima da Resolução 307/2002, e entrou
1616 em exercício em janeiro de 2002. Quem pediu uma revisão imediatamente sem
1617 consolidação dessa Resolução foi o Dr. Paulo, que três meses depois ele pediu a
1618 revisão. Então, a Resolução entrou em janeiro de 2003 e em abril ele pediu a revisão, e
1619 foi avaliada na Câmara Técnica e foi feito o GT. GT esse, que agora eu quero reiterar
1620 para a Gricia se lembrar, se ela não está se lembrando, que o Setor Produtivo não foi
1621 convidado. E esse faz parte de todo o processo, isso está escrito no processo, faz
1622 parte do meu pedido de vista; o Setor Produtivo não foi convidado e não discutiu esse
1623 assunto. Baseado nesse princípio, é que nós reiteramos de novo na Câmara Técnica,
1624 apesar do parecer da SQA e apesar da CONJUR, e falamos... Está aqui o coordenador
1625 do GT para afirmar aquilo que eu falei. O Setor Produtivo não foi convidado, não
1626 compareceu e nós, depois que o Setor Produtivo se manifestou, em outubro daquele
1627 ano, na Câmara Jurídica, tentamos devolver esse processo para a Câmara Técnica; na
1628 Plenária, tentamos devolver duas vezes e pedimos vistas e consta do meu pedido de
1629 vistas essa alegação que foi ignorada. E quero lembrar também que na Plenária nunca
1630 se discutiu resíduos da construção civil, fim do cimento e controle do Amianto. Só se
1631 falou, como muito foi exposto aqui, só sobre saúde ocupacional. Então, é só para
1632 lembrar o que aconteceu aqui e por que foi reaberto este GT.

1633
1634

1635 **O SR. JOÃO CARLOS DUARTE PAES (ABIFibro)** - Boa-tarde. Meu nome é João
1636 Carlos Duarte Paes. (...) Eu presido a ABIFibro - Associação Brasileira das Indústrias e
1637 Distribuidores de Produtos de Fibrocimento O meu depoimento é no sentido mais de
1638 esclarecimento de algumas menções que foram feitas daqueles que me antecederam,
1639 inclusive uma menção feita pelo companheiro Rui, na sua explanação, que eu achei
1640 realmente bastante bom, um engenheiro muito competente e respeitável, mas na
1641 questão da representatividade. Nós de fato representávamos todo o setor de (...) até

1642 2005, quando houve um entendimento por parte das empresas - eu diria a maioria das
1643 empresas - em defender a continuidade do uso controlado do Amianto. E nesse
1644 momento como nós já tínhamos em andamento a produção de uma fibra alternativa
1645 internacional e mais: a possibilidade de uma fibra alternativa internacional, embora com
1646 custos um pouco mais elevados em termos de produto final. Nós achamos que com
1647 toda essa celeuma, com todo esse crescimento da campanha internacional, fatalmente
1648 isso iria atingir e irá atingir, eu não tenho dúvida disso, o produto fibra-cimento. Então,
1649 em termos de defesa do produto fibra-cimento, nós achamos que o desenvolvimento de
1650 uma matéria-prima que possa ter uma conotação, ambientalmente segura à saúde
1651 tanto na área de produção como na área de consumo, esse é o caminho que nós
1652 procuramos e decidimos seguir dentro da ABIFibro. Nesse momento, naturalmente as
1653 empresas, a maioria das empresas deixou de fazer parte da ABIFibro, portanto nós,
1654 não nos autodenominamos mais representantes de todo o setor. Hoje nós nos
1655 nominamos como representantes das Indústrias de Fibra-Cimento que usam as Fibras
1656 Alternativas. Isso, aliás, faz parte até de uma modificação estatutária, que é o nosso
1657 objetivo: Fibras alternativas ambientalmente seguras, tanto na produção como na área
1658 de consumo (...). Eu me permito também fazer um pequeno relato do passado, dessa
1659 história dessa Resolução 348, da qual eu ouvi agora um comentário, aliás,
1660 perfeitamente correto, porque na época eu também integrei, foi na época de 2002, 2003
1661 e 2004, nós não tínhamos conhecimento da possibilidade das fibras alternativas, e eu
1662 pessoalmente, em nome da ABIFibro, e na época, em nome de todos os fabricantes,
1663 me integrei no processo de análise dessa proposta do Dr. Paulo Nogueira Neto. Eu me
1664 lembro perfeitamente que o argumento nosso foi esse que agora mesmo o José Alberto
1665 citou que o Setor Produtivo não tinha sido ouvido. Fizemos essa solicitação para que o
1666 Setor Produtivo fosse ouvido naquela época. Posteriormente fizemos uma solicitação à
1667 Câmara Jurídica. Quando fizemos novamente a solicitação não discordando da 348,
1668 mas pedindo que ela retornasse à Câmara Técnica para uma possível participação da
1669 Indústria. Na Câmara Técnica, me lembro que foram seis votos: três a favor e três
1670 contra, e o voto de minerva do presidente da Câmara Técnica determinou que o
1671 processo fosse encaminhado ao Plenário para uma votação final; a Câmara Técnica de
1672 Assuntos Jurídicos exatamente. Isso ocorreu. Na época nós comparecemos a essa 72ª
1673 Reunião, se não se falha a memória, que foi votada a proposta de inclusão dos
1674 resíduos de produtos contendo Amianto na Categoria D. Eu me lembro que a votação
1675 foi uma votação muito expressiva porque foram 43 a favor da inclusão dos resíduos na
1676 Categoria D; foram 9 a favor e 3 abstenções. A partir daí nós passamos a aceitar essa
1677 decisão da 348 até o momento em que recentemente surgiu essa solicitação de uma
1678 revisão por parte de Instituto (...), que naturalmente também é válida, mas eu refazendo
1679 toda a nossa participação, todas as negativas que nós conseguimos na época,
1680 vencidos pelos argumentos que nos foram colocados, trabalhamos demais nisso
1681 naquela época. E hoje reconhecemos que existe uma possibilidade de um
1682 encaminhamento de um produto alternativo, nós preferimos, nós hoje, a ABIFibro, que
1683 representa apenas uma parte da fibrocimento, mas também as empresas produtoras de
1684 insumos e distribuidores dos (...), não vamos confrontar a decisão da 348, vamos nos
1685 manter na expectativa daquilo que os senhores decidirem. Faço um apelo para que não
1686 deixem a emoção vencer a razão e faço votos que tudo termine muito bem não só para
1687 todo o setor interessado como também para o próprio produto de fibrocimento, que é
1688 um produto que merece muito respeito, uma tradição de mais de sessenta anos de

1689 utilização no Brasil, necessário para as camadas de baixa renda e com a possibilidade
1690 de uma continuidade com talvez produtos alternativos que não gerem tanta polêmica
1691 como está gerando o Amianto. Era isso que eu queria comentar. Agradeço. Muito
1692 obrigado.

1693
1694

1695 **O SR. MILTON DO NASCIMENTO (Grupo Eternit)** - Boa-tarde a todos. Meu nome é
1696 MILTON DO NASCIMENTO. Eu sou o Gerente de Saúde Ocupacional das Empresas
1697 do Grupo Eternit. Eu agradeço este espaço para poder fazer aqui algumas colocações
1698 a respeito daquilo que nós ouvimos hoje pela manhã e fazer um pedido muito especial
1699 ao coordenador do grupo e ao Relator Especial no seguinte sentido: ouviu-se aqui uma
1700 série de referências a questões de fibrocimento e eu vou trazer para este meu pedido a
1701 primeira a fala do engenheiro Rui, que foi aqui reiterada pela fala do ético Dr. Marcos,
1702 do Ministério da Saúde, e agora no final, pelo João Carlos, da ABIFibro, na questão da
1703 razão e da paixão. Nós tivemos a satisfação de ver que o trabalho apresentado pelo
1704 representante do Instituto Crisotila fez questão de a cada informação, a cada afirmação,
1705 colocar qual era a fonte bibliográfica, qual era a referência, qual era o trabalho científico
1706 que permitia aquela informação. E cansamos de ouvir uma série de situações aqui -
1707 não vou nominar as pessoas, mas os órgãos - o Ministério do Meio Ambiente falando
1708 de uma revisão de todas as reuniões, mas nenhum dessas revisões fazia referência a
1709 resíduo de fibrocimento, sempre falado de revisão de questão de Amianto, que não era
1710 a discussão para cá. Mas, mais do que isso, de todas as outras falas, não ouvi que
1711 nenhuma se seguisse de o fibrocimento ou o resíduo fibrocimento faz mal e mostrasse
1712 qual era o trabalho científico que embasasse tal informação. Ouviu-se, vimos fotos,
1713 vimos uma série de coisas, mas em nenhuma delas se seguiu mostrando: “Isso aqui
1714 gera uma quantidade X de fibras do meio ambiente e essa quantidade X pode levar a
1715 um adoecimento da população, enfim de quem trabalhe lá ou more lá perto”. Então, não
1716 houve nenhuma referência dizendo que o fibrocimento é perigoso embasado em fonte
1717 bibliográfica ou trabalho científico ainda não publicado, não houve isso. De outra parte,
1718 eu gostaria de ainda nessas falas trazer a seguinte situação: houve uma fala do
1719 representante do Ministério da Saúde aqui, que eu reputo de alguma forma tendo
1720 levado um alarmismo, e se isso sai daqui de dentro, mas além do alarmismo, para
1721 aqueles que não são do meio, nós temos aqui uma série de representantes de
1722 trabalhadores que são leigos na área médica e outros, onde de uma forma, não vou
1723 chamar de teatral, mas de uma forma talvez para enfatizar, ele, por três vezes disse:
1724 “Não há limites seguros, não há limites seguros, não há limites seguros”. E nós
1725 sabemos o seguinte: em todas as situações, em todas as referências que se mostrou e
1726 que existem, o Amianto tem uma fibra presente em qualquer lugar da natureza,
1727 portanto, então, a natureza não é segura. E é isso que nós gostaríamos de deixar claro
1728 que nós entendemos que o Ministério da Saúde precisa para dizer isso, mostrar o que
1729 não é ambientalmente seguro. Além dessa situação, eu gostaria de encerrar reiterando
1730 esse pedido que tudo aquilo que venha a ser considerado neste Grupo – e por isso ele
1731 é chamado de Grupo Técnico - que não fique no “eu acho”, no “eu posso” ou numa
1732 informação, que é uma foto que nós não sabemos de quando, de onde e sem nenhuma
1733 referência de que ela represente X quantidade de fibras em suspensão ou não. E para
1734 concluir, eu gostaria de colocar uma situação aqui que acabamos de ouvir da fala do
1735 representante da ABIFibro, onde fala da fibra alternativa como ambientalmente segura.

1736 Na mesma linha das referências bibliográficas, nós gostaríamos de deixar claro: essas
1737 fibras foram objeto de discussão no período de 08 a 11 de novembro, no Lion, pelo
1738 IARC, e não há nenhuma referência deles no sentido de que essas fibras sejam
1739 ambientalmente seguras, ao contrário: as fibras que são utilizadas, elas são
1740 classificadas pelo IARC como de risco indeterminado, por que isso? Porque ainda não
1741 houve - e eu posso falar isso porque eu participei dessas discussões - tempo hábil a
1742 trabalhos em número já mostrando comprometimentos, mas insuficientes para graduar
1743 em nível maior. Então, há que se ter mais avaliação, há que se ter mais
1744 acompanhamento de quem trabalha; os trabalhadores que trabalham com essas fibras
1745 têm que saber que é uma fibra que o IARC diz: "O risco é indeterminado, nós não
1746 sabemos se podemos trabalhar com segurança". Eu gostaria de encerrar.

1747
1748

1749 **O SR. CARLOS ALBERTO CRESPO (Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional)**

1750 - O meu nome é Carlos Roberto Crespo. Eu represento o Instituto de Defesa do
1751 Patrimônio Nacional, que é uma Organização Não Governamental, que está
1752 comprometida com a parte de saúde e com a parte ambiental também. Nós
1753 participamos já há algum tempo do CONAMA, em Grupos de Trabalhos desde APPs. E
1754 eu tenho alguns comentários a fazer a respeito primeiramente sobre o Grupo de
1755 Trabalho que segundo os coordenadores do Ministério do Meio Ambiente, que me
1756 antecederam, disseram que o assunto foi plenamente discutido, amplamente discutido.
1757 Eu, pela minha modesta experiência no CONAMA, eu nunca vi um Grupo de Trabalho
1758 que numa reunião se chegasse ao consenso e na sessão seguinte da Câmara Técnica
1759 fosse aprovado. Normalmente são assuntos que demandam tempo como o caso das
1760 APPs, que foram cinco anos; nunca vi. Então, eu posso dizer que a tramitação da 348,
1761 não vou dizer regular, mas foi atípica. Então, não houve na época dado chance que o
1762 assunto fosse plenamente discutido. Então, eu acho que a reabertura realmente da
1763 discussão da 348 é plenamente correta, dando chance a que se tenha realmente amplo
1764 debate, ouvindo as partes. O outro tema é justamente contra, às vezes, o sectarismo de
1765 alguns oradores que levam a coisa para um lado que não se admite a apresentação de
1766 dados e documentos científicos. Eu acho que tudo, nós pensando aqui em termos de
1767 CONAMA, nós pensando em termos de Grupo de Trabalho, o assunto aqui deve ser
1768 eminentemente técnico, propondo soluções para que resolvam determinados
1769 problemas ambientais. No caso em epígrafe aqui que seria a gestão de resíduos da
1770 construção civil, a destinação final desses resíduos, nós poderíamos dizer que,
1771 primeiramente, não existe no mundo inteiro estudos que comprovem que o Amianto
1772 quando agregado ao cimento, agregado a resinas, venha provocar doenças.
1773 Conseqüentemente os resíduos contendo Amianto da construção civil, de telhas e
1774 caixas d'água principalmente, não procedem a destinação no aterro que é destinado ao
1775 material radioativo ou resíduos considerados perigosos. A disposição final do mundo
1776 inteiro, inclusive eu gostaria de citar a legislação americana da NPA, com relação à
1777 destinação final de resíduos de Amianto, primeiro é separado o Amianto friável do
1778 Amianto não friável. Nos Estados Unidos foi utilizada a forma de insolação ao Amianto
1779 na forma de painéis, onde o Amianto se encontra *in natura*. Realmente existe uma
1780 distração especial para esse caso. Agora, todos os artefatos contendo fibrocimento, que
1781 são canos... Nos Estados Unidos não se usa praticamente o fibrocimento na forma de
1782 telhas e caixas d'água e sim em canos para rede de água. Todos esses produtos são

1783 depositados em aterros normais, haja vista a adesividade e a alteração da
1784 característica das partículas de Amianto quando em contato com o cimento. Em termos
1785 de se falar que essas partículas seriam respiráveis, é um absurdo porque há uma
1786 mudança da aerodinâmica e das condições físicas das partículas. As partículas
1787 envolvidas com o cimento se tornam hidrofílicas, conseqüentemente com a presença de
1788 umidade das próprias vias áreas... Não são consideradas partículas respiráveis. O
1789 Amianto para se chegar à fibra natural dele, ele precisa de um processo de lixiviação de
1790 pelo menos uns quarenta anos para se chegar à fibra. Conseqüentemente, qualquer
1791 aterro sanitário a que seja destinado é suficiente para a segurança. Quanto à outra
1792 insinuação final de entulhos da construção civil, que é a moagem de entulhos, eu
1793 acredito que todos os municípios, como no caso, os municípios de São Paulo e o
1794 município de Belo Horizonte, que fazem a moagem de entulho, eles têm todos os
1795 cuidados que se têm para qualquer aerodispersóide, considerando que o entulho da
1796 construção civil também tem sílica e tem uma série de outras substâncias que podem
1797 provocar problemas pulmonares. Então, eu acredito que no caso da moagem do
1798 entulho, as próprias medidas de segurança do trabalho impostas colocam as medições
1799 e a parte realmente da utilização de equipamentos de proteção individual e proteção
1800 coletiva dos trabalhadores. Quanto ao Amianto no meio ambiente, como já foi falado
1801 exaustivamente pelos que me antecederam, não existe risco nenhum, que o Amianto é
1802 uma forramenta natural. Aqui na região de Minas Gerais, de Ouro Preto, nós temos uma
1803 forramente de Tremolita, que é o Amianto Anfibólio, que tem uma biopersistência muito
1804 maior no organismo, é muito maior do que qualquer fábrica de fibrocimento em
1805 qualquer aterro sanitário, onde se faça moagem ou se faça o beneficiamento desses
1806 produtos, a reciclagem desses produtos. Então, eu não vejo motivo nenhum para que a
1807 disposição final seja colocada em Classe IV. Eu acho que nós devemos pensar que
1808 esse é um problema que não é um problema de hoje, é um problema que independente
1809 de ter amanhã uma medida governamental de banimento ou de substituição em longo
1810 prazo, o problema do resíduo vai continuar. Então, nós não podemos legislar aqui no
1811 CONAMA com paixões, com interesses como acontece de interesses comerciais aqui
1812 no banimento de produto, para resolver um problema que vai ser para sempre. Nós
1813 temos que atuar aqui no CONAMA e pensar aqui no CONAMA uma forma de resolver
1814 o problema definitivo e uma forma que seja feita na realidade da sua concepção. Então,
1815 nós não podemos pensar em termos de transmitir aqui no CONAMA, neste Grupo de
1816 Trabalho, que é um grupo técnico, paixões pessoais. Então, a nossa proposta é que
1817 realmente cada um apresente as suas propostas no sentido de dar uma definição do
1818 problema e não no sentido de se causar qualquer impacto psicológico aqui nos
1819 presentes. Era isso que eu tinha a dizer.

1820
1821

1822 **O SR. EMÍLIO ALVES FERREIRA JÚNIOR (Comissão Nacional dos Trabalhadores**
1823 **do Amianto)** – Boa-tarde a todos, ao coordenador da Mesa, dos trabalhos. É um prazer
1824 imenso estar aqui defendendo um trabalho que nós respeitamos, nós trabalhadores e
1825 que realmente falo aqui representando o trabalhador do segmento em nível nacional,
1826 então com propriedade de representação (...). Então, eu vou usar uma frase que o
1827 Presidente Lula usou recentemente, que se ele fosse perder tempo em responder ou
1828 fizer greve de fome por todas as besteiras que ele ouve, ele perderia um monte de
1829 tempo. Então, eu vou me limitar em algumas, a questões técnicas sem responder as

1830 besteiros que, às vezes, nós ouvimos e obrigado a ficar... Tem uma questão que eu
1831 gostaria de estar aqui salientando: a Casa Lippi, que foi demonstrada aí, eu gostaria
1832 que o pessoal que falou sobre a Casa Lippi fosse fazer uma visita ou uma fiscalização,
1833 que é um direito do cargo que lhe oferece, que vá fazer e vê *in locu* a questão das
1834 condições da Casa Lippi na atual situação. Outras coisas foram mostradas através de
1835 fotografias, *slides* que foram apresentados aí, a questão dos feltros que foram
1836 apresentados. Os feltros estão armazenados em local totalmente seguro para que não
1837 seja jogado fora, por quê? Porque o feltro pode levar problemas à saúde, por quê?
1838 Porque no feltro fica armazenando poeira de Amianto, que quando vai para um aterro
1839 qualquer ou se jogado em local, é diferente das telhas: ele libera fibras de Amianto
1840 realmente. Então, isso é um risco para a saúde para quem vai para esses aterros.
1841 Então, enquanto não se der uma destinação correta àqueles feltros, eles ficavam
1842 dentro... Vocês viram que todos eles estão cobertos por lonas de plástico, armazenado
1843 dentro de uma... Que têm acesso duas ou três pessoas que andam dentro daquela
1844 localidade de trabalho perfeitamente usando EPIs. Hoje já se tem uma destinação
1845 correta aos feltros, aos feltros de manga, que é a questão de incineração nas fábricas
1846 de cimento. Foi dada destinação. Então, aquela coisa que foi mostrada aí não existe. A
1847 questão da Thermoid, que foi demonstrada aí, infelizmente está aquela porcária que
1848 está porque realmente nós da Comissão Nacional do Amianto não temos acordo com
1849 eles, por quê? Porque não pertence ao grupo do fribrocimento e não assina acordo com
1850 a CNTA. Quem é responsável pelas aquelas condições, ainda está utilizando Amianto
1851 hoje são os fiscais, são quem têm a prerrogativa de dar autonomia para que aquela
1852 empresa utilize Amianto ou não, não são nós da Comissão Nacional e nem os
1853 trabalhadores que dão autorização para eles utilizarem Amianto naquelas péssimas
1854 condições, tanto é que nós estivemos naquela Fábrica lá a convite da própria Thermoid,
1855 porque nós, há um tempo atrás, havíamos pedido inclusive a suspensão do
1856 fornecimento de Amianto pela Sama para eles. E depois, numa oportunidade, nós
1857 discutimos que eles eram sócios do Instituto, e como nós somos membros do Instituto,
1858 como parte do Instituto Crisotila, nós tínhamos conhecimento porque eu já tinha feito
1859 uma visita a eles e que eles são tinham condições de continuar como associadas
1860 porque eles desobedeciam ao estatuto do Instituto, que só são associadas empresas
1861 que têm condições seguras de manipular Amianto. E nós fizemos uma visita, eu, o
1862 companheiro Adilson e o companheiro João Reinaldo, e enviamos uma
1863 correspondência ao Instituto, que deveria no instante desassociá-la porque ela não
1864 oferecia condições, inclusive para estar utilizando, ela tem um TAC - Termo de Ajuste
1865 de Conduta assinado por algumas pessoas que têm competência para impedir que ele
1866 funcione. Não somos nós que temos competência. Essas pessoas têm competência de
1867 viabilizar, inclusive assinado por Promotorias e por pessoas que se dizem competentes
1868 para fechar qualquer fábrica e interditar qualquer setor e continua deixando funcionar
1869 aquela fábrica, tanto é que esse TAC já foi renovado por duas ou três vezes e está
1870 protelando... Por nós sindicatos, por nós membros da CNTA, aquela fábrica não pode
1871 funcionar. E esses 3% que não utilizam Amianto, podem ter certeza que não são muito
1872 diferentes disso que foi mostrado aqui não, mas a responsabilidade não cabe a nós
1873 trabalhadores, cabe às pessoas que têm autoridade para que aquelas empresas não
1874 funcionem, àqueles pessoas que têm autoridade para dar autorização para aquela
1875 empresa comprar Amianto, não somos nós da CNTA. Então, são algumas coisas que
1876 nós gostaríamos de esclarecer. Eu não ia nem falar. Eu vim aqui pensando em que

1877 dados técnicos levaria a aprimorar o nosso conhecimento. Eu trabalho há 33 anos...
1878 Sou funcionário de uma empresa de fibrocimento, a qual hoje não utiliza mais Amianto
1879 há 33 anos, prestes a completar, em novembro deste ano, 34 anos de empresa da
1880 Brasilit, como funcionário da Brasilit, e eu gostaria de estar realmente de sair daqui
1881 enriquecido com dados para levar aos nossos trabalhadores de realmente qual são as
1882 condições, porque o que nós queremos não é foto que mostra que tem uma telha
1883 quebrada ali, que tem uma caçamba... Se cientificamente forem fazer uma pesquisa
1884 que comprove que morar embaixo de casas cobertas com telhas de Amianto causa mal,
1885 se jogar em aterros... Se um caco de telha – tirar uma fotografia – jogado em
1886 determinado local faz mal à saúde do trabalhador, pode ter certeza, nós seremos os
1887 primeiros, a CNTA, a defender o banimento do Amianto no Brasil. Agora, nós não
1888 podemos nos embasar sem dados científicos, sem dados técnicos para tomar uma
1889 posição que hoje a atividade é importante sim para o segmento e tem um número de
1890 trabalhadores... Só nas minas são 2.500 trabalhadores. Só no Estado do Paraná são
1891 quase 3.500 diretos, não são indiretos não. Então, o número que nós falamos é
1892 realmente significado. E tenham certeza de uma coisa: eu acho que qualquer empresa
1893 tem que trabalhar com a matéria-prima que desejar, com segurança. Eu acho que isso
1894 é importante para nós. Eu acho que a companheira do Ministério do Meio Ambiente
1895 falou, o companheiro do Ministério da Saúde falou que estão preocupados, mas podem
1896 ter certeza, ninguém mais do que eu gosta de mim mesmo, e eu tenho certeza que
1897 ninguém mais que os trabalhadores gostam deles mesmos. Então, que gosta de nós
1898 somos nós. Ninguém está mais preocupado com a nossa saúde do que nós
1899 trabalhadores, do que os companheiros da minas. E ninguém é enganado que Amianto
1900 não faz mal não. Amianto não é vitamina. Nós sabemos disso. Tanto é que as
1901 condições que nós asseguramos no acordo e que estabelecem normas rígidas de
1902 segurança no trabalho são cumpridas ao sair. Essas comissões de fiscalização que
1903 duvidam que fazem realmente o seu trabalho de fato, que vão visitar as fábricas,
1904 conversem com os próprios trabalhadores, que dêem liberdade. Nós fizemos com uma
1905 das empresas, e isso foi uma briga durante quase um ano, para que ela fizesse um
1906 programa de portas abertas, tanto na mina como nas fábricas de fibrocimento. Nós
1907 exigimos dentro do Instituto que as empresas de fibrocimento e a mina abrissem as
1908 portas para que quem quisesse fosse visitar. Se você está com a casa suja, você não
1909 chama o vizinho para visitá-la. Eu acho que é uma questão de trabalho. Eu acho que
1910 nós devemos apresentar dados e nós gostaríamos que quando fosse discutida alguma
1911 coisa que fossem apresentados dados técnicos, dados científicos realmente, tanto é
1912 que nós dentro do Instituto Crisotila, nós fizemos, depois de um grande período de
1913 negociação, nós existimos para que houvesse uma pesquisa feita para os telhadistas,
1914 para quem mora embaixo dos telhados cobertos por telhas de Amianto e até agora tem
1915 alguns Institutos... Nós estivemos pessoalmente conversando com a Fundação porque
1916 está que nem ensaboadada, querendo escapar: “Eu não vou participar porque já tem
1917 resultados” (...). “Então, apresenta a pesquisa para nós.” Nunca foi apresentada.
1918 Fomos conversar com a Fiocruz também para que participe. São entidades íntegras.
1919 Nós temos o maior respeito pela credibilidade dessas entidades. E se nós tivéssemos
1920 algum receio ou quisermos estar enganando ou enganando os próprios trabalhos ou
1921 estarmos enganando a nós mesmos, nós não queríamos e não insistimos que essas
1922 entidades íntegras participassem de qualquer pesquisa. Há interesse maior do que o
1923 nosso em saber a verdade sobre o que nos faz mal ou não existe. Não adianta a

1924 pessoa vir aqui e se intitular como defensor da nossa saúde porque não existe ninguém
1925 mais interessado do que nós mesmos em defender a nossa saúde, porque é a nossa
1926 saúde que está em jogo. Então, é nesta linha de raciocínio que nós gostaríamos que a
1927 questão fosse técnica, nos mostrasse: “Nós temos dados científicos aqui que aquele
1928 *trem* lá depois de um determinado tempo, colocado lá em cima, aquela *porra* faz mal à
1929 nossa saúde, começa a liberar fibra e coisa e tal e vocês vão morrer. Eu acho, por
1930 exemplo, que é uma questão de seriedade. Eu não acho que quando foi feita essa
1931 norma, eu jamais acho que foi má intenção das pessoas que participaram, de forma
1932 nenhuma. Eu acho que são pessoas sérias que trabalham com o que pertence a órgãos
1933 sérios. Eu acho que houve um engano ou um certo exagero nessa questão porque se
1934 uma telha mata, nós trabalhadores do segmento estamos *fudidos*. Então, é nessa linha
1935 de raciocínio que nós gostaríamos de ter dados técnicos e científicos que nos
1936 assessorem para que realmente nós mudemos de posição, não é com blá, blá, blá que
1937 nós vamos mudar o nosso posicionamento. Obrigado.

1938
1939

1940 **A SR^a. MARIA CECÍLIA PIRES (CETESB)** – Maria Cecília Pires, da CETESB de São
1941 Paulo. Eu trabalho com resíduos sólidos na Divisão de Resíduos Sólidos da CETESB.
1942 Eu ouvi aqui várias afirmações sobre formas de aterros e várias coisas que fica difícil eu
1943 não levantar e falar. Então, a primeira questão que eu queria colocar é que em relação
1944 a riscos ambientais, qualquer risco ambiental, ele é avaliado do ponto de vista de saúde
1945 pública, é saúde do ser humano que nós estamos lidando. Algumas questões hoje já se
1946 começam a avaliar o risco ecotoxicológico, o risco a fauna, mais tudo isso ainda de
1947 uma forma bastante embrionária. Toda a avaliação de risco lá no final da linha tem um
1948 ser humano e é ele que está exposto. E tudo que nós cuidamos em termos ambientais
1949 visa preservar a qualidade da saúde humana. Esse é o primeiro aspecto. O segundo,
1950 eu vejo que tem aqui uma série de conflitos em relação a outras questões de outros
1951 fóruns que não o da Resolução em si, onde a Resolução acabou no final da linha com
1952 uma questão de uma telha que tem Amianto. Então, eu não sou especialista em
1953 Amianto, eu devo declarar isso aqui, sou uma especialista generalista em resíduos,
1954 digamos assim, mas o que eu percebo é que existe uma necessidade muito grande de
1955 se resolver este âmage da questão: onde nós vamos ficar com asbestos e artefatos que
1956 contenham asbestos ou Amianto, fibrocimento, seja o que for. A literatura internacional
1957 se divide bastante em relação a essas questões e existem várias fontes, é só consultar
1958 as maiores agências de meio ambiente, quer seja dos Estados Unidos e da Europa, nós
1959 vamos encontrar posicionamentos em relação a tudo isso, mas eu vejo que nós
1960 precisamos resolver essa questão, e não é neste Fórum, isso está claríssimo para
1961 mim. Talvez nós tenhamos que passar pela questão de distinguir ou não se é friável ou
1962 não friável, eu também não vou me ater a essa questão, mas eu sei que ela é uma
1963 pauta importante e o que é principal: nós temos que começar a estabelecer critérios,
1964 que eu acho que aí tem a ver numa outra fase de ampliação dessa Resolução, que são
1965 critérios para demolição. Nós não temos critério para demolir, para fazer reformas e
1966 nada disso. Isso, nos países desenvolvidos é feito com plano aprovado, ninguém faz
1967 uma demolição sem aprovar o seu plano e dizer o que vai fazer. Então, nós temos aí
1968 uma Agenda 21 que nos diz que nós devemos aproveitar o máximo dos materiais, que
1969 nós temos que reciclar o que for possível. Então, dentro desse critério, nós vamos ter
1970 que separar aquilo que representa algo nocivo do não nocivo. E nisso nós vamos entrar

1971 com tintas, solventes, plastificantes, impermeabilizantes e outros tantos resíduos que
1972 fazem parte de uma construção civil, que têm uma gama maior um pouco. Nós
1973 precisamos estabelecer critérios para isso, nós precisamos estabelecer critérios na
1974 medida em que esse materiais podem representar algum risco; critérios para que nós
1975 tenhamos o transporte e o destino desses resíduos. O que acontece? A Resolução
1976 trata do problema lá no final. Então, se a telha quebrando ou não vai ser um problema,
1977 é o que nós precisamos discutir. O fato é que nós (...) o princípio de um aterro da
1978 Indústria da construção civil, ele foi feito não para ser um aterro nos moldes de um
1979 aterro de lixo doméstico, de um aterro de resíduo Classe II ou de um aterro de resíduo
1980 perigoso. Ele é feito basicamente dentro da premissa que aquilo que está lá nós vamos
1981 recuperar. Então, ele não tem toda essa segurança ambiental de proteção como rezam
1982 os outros aterros. Ele tem uma norma um pouco mais flexível. E ele é desenhado de tal
1983 forma que eu vou retirar aquele material, vou remoer e vou usar para preservar os
1984 nossos recursos naturais. Nós ainda não chegamos aí? Não. Mas o que nós fizemos?
1985 Nós fizemos uma legislação prevendo o futuro lá na frente, onde esse material pode ser
1986 usado para a construção de estradas, pode ser reusado em outras obras de
1987 construção civil e essa é a finalidade. Então, colocar materiais com asbestos nessa
1988 forma como é feita essa instalação, parece-me que é o centro da questão e me parece
1989 um pouco preocupante. Eu concordo com a Tânia que talvez nós possamos buscar um
1990 outro desenho de uma instalação para receber asbestos, com certeza não é um aterro
1991 de resíduo doméstico, como falou o nosso colega aqui da manhã, porque o aterro de
1992 lixo doméstico, na maioria dos municípios, ele é bastante precário; na maioria dos
1993 municípios, ele não tem a proteção ambiental que se faz, ele preserva basicamente a
1994 saúde pública evitando vetores de doenças, mas ele não evita a poluição do meio
1995 ambiente, do subsolo, da água subterrânea. Então, nós temos exposto um trabalhador
1996 que vai passar com o maquinário em cima, se isso representa um risco e qual o
1997 tamanho desse risco, eu não saberia dizer aqui, mas são coisas que não podem deixar
1998 de ser pontuadas para discussões futuras. Talvez o que precise são aterros
1999 desenhados para receber isso ou buscarem-se novas formas de tratamento. Então,
2000 quando a Tânia fala do item D, ele só está dizendo que pode ter outras soluções, não
2001 precisa ir num aterro de resíduo perigosos, mas precisa ter um tratamento diferenciado,
2002 e não pode ser misturado com o resto dos entulhos da construção civil, que vão ser
2003 moídos, infelizmente, de uma forma que não tem todo esse controle ambiental que o
2004 senhor gostaria que tivesse, nem lá em São Paulo. Ainda temos muito que caminhar
2005 para ter essa proteção. Pode ser que se uma ATT tenha que... Eu não sei, pode ser
2006 que seja bom colocar os asbestos ali no meio e moer também, só que aí nós vamos ter
2007 uma ATT transformada numa instalação que vai tratar produtos que na sua essência
2008 têm na composição coisas perigosas e precisa de um outro grau de licenciamento, um
2009 outro grau de avaliação e tudo mais. Então, eu não posso deixar de pontuar tudo isso
2010 porque nós só estamos aqui pegando o gancho dessa Classificação D para tentar
2011 resolver um problema que é maior. Então, num primeiro momento, parece-me ainda
2012 prematuro solicitar simplesmente essa mudança de classificação em função do que nós
2013 temos. E tem bastante dado de literatura inclusive falando de materiais que contêm
2014 fibrocimento e como eles devem ser manuseados, separados e cuidados. Então, dá
2015 para fazer procedimento? Dá. Agora, precisa olhar para tudo isso e ter o devido
2016 cuidado. E para mim, parece que não cabe talvez, sei lá... Na Classe A eu imagino que
2017 não seja lá que ele deva ficar num primeiro momento, requer mais cuidados que isso.

2018 Era só isso. Obrigada. Se precisarem de literatura, nós temos uma porção de coisas
2019 assim, do ponto de vista ambiental, por favor, que é a minha área.

2020

2021

2022 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Obrigado, Cecília, vamos precisar
2023 mesmo.

2024

2025

2026 **O SR. EDSON LUIS BERNARDES (Sindicato da Construção e do Mobiliária**
2027 **Solidariedade)** - Boa-tarde a todos. Meu nome é Edson Luis Bernardes. Eu sou do
2028 Sindicato da Construção e do Mobiliário Solidariedade. Ele pega doze cidades no
2029 Estado de São Paulo. E nós temos acompanhado esse debate da questão do Amianto
2030 desde 1987, aliás, se eu não me engano começou na nossa região, começou em São
2031 Caetano o debate sobre a proibição no movimento sindical. Nós começamos a levantar
2032 a bandeira da proibição do uso do Amianto. Fomos um dos sindicatos que começaram
2033 a levantar essa discussão. E é lógico que aqui, quando nós olhamos, quase todos nós
2034 já nos conhecemos, com exceção de alguns trabalhadores da Mina Sul e de alguns
2035 empresários, que eu nunca tinha visto, mas nós sempre temos nos encontrado em
2036 eventos o pessoal que defende o uso seguro e nós que temos uma posição muito clara
2037 pelo banimento do Amianto. Temos uma posição clara pelo banimento porque nós não
2038 fizemos pesquisa. Eu estou falando para vocês que nós não fizemos pesquisa
2039 nenhuma. O Sindicato não tem capacidade financeira para fazer uma pesquisa. Nós
2040 temos 250 doentes lá. Nós não temos pesquisa. O médico, de manhã, que fez a
2041 apresentação, ele perguntou se alguém já tinha visto um trabalhador morrer de câncer
2042 no pulmão. Eu já vi muitos lá morrerem e é muito feio, mas eu não me escrevi para
2043 falar isso porque eu acho que o debate hoje não é sobre a proibição ou não do uso do
2044 Amianto, é sobre uma manutenção e que nós estamos convencidos da manutenção
2045 dessa Portaria porque nós não podemos... Aqui dentro desta sala, a maior parte de
2046 quem está aqui acompanhou já esse debate. Vir aqui fazer uso da palavra e dizer que
2047 quer convencimento, cada um já está convencido da sua posição: eu sou pelo
2048 banimento e têm outros que são pelo uso seguro; dizer que aqui tem posição sectária,
2049 eu não sou sectário, mas também não também não sou conformista, eu quero discutir,
2050 eu quero ter mudanças nisso. Dizer que quando uma empresa fecha, ela cuida dos
2051 trabalhadores, é mentira, não cuida, nós vimos isso na pela. Então, se nós temos toda
2052 essa situação é responsabilidade do Governo proteger a população porque a população
2053 de forma geral não faz essa discussão que nós fazemos. A população mais pobre,
2054 como foi falado aqui, é a que mais se utiliza (...) porque é a telha mais barata que tem,
2055 e as condições para você fazer uma construção popular é o que tem de mais barato.
2056 Quando nós entramos nos bairros pobres, muitos aqui talvez nunca tenham entrado,
2057 mas você vê a situação que é do reaproveitamento das terras: se joga numa caçamba e
2058 daí a pouco não tem mais. Então, na dúvida, qualquer dúvida que paira se é ou não é
2059 doente é responsabilidade do Estado proteger a população. E se têm dúvida, se é
2060 objeto de pesquisa ainda com o número de doentes, com toda essa discussão que se
2061 deu em nível internacional, que não foi só aqui no Brasil, é obrigação do Estado manter
2062 a norma até que se tenha pesquisas que se apure se é ou se não é. Não pode a
2063 população... Porque nós não estamos discutindo... Eu ouvi muito nessa discussão da
2064 proibição ou não do Amianto que a questão do Amianto é questão de soberania

2065 nacional, que a questão do Amianto é questão de Estado. Pode ser tudo isso, mas não
2066 pode a população pagar por causa dessa discussão que não está... Essa portaria não
2067 está proibindo o uso do Amianto. Essa portaria não está dizendo se o Amianto vai ser
2068 proibido em cinco, dez, vinte anos, essa portaria tem uma função de proteger a
2069 população leiga no assunto. Então, a nossa posição é de defender essa portaria e
2070 achamos que o Estado Brasileiro deveria reafirmar essa portaria para proteger a
2071 população. (Palmas).

2072

2073

2074 **O SR. DIÓGENES DEL BEL (ABETRE)** – Diógenes Del Bel, diretor da ABETRE –
2075 Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos Sólidos. Talvez o que
2076 eu vá falar aqui, para ser mais objetivo, vai destoar de todas as conversas de hoje, que
2077 elas na maior parte do tempo, 90% aqui versou sobre... A discussão foi sobre a
2078 produção e a utilização de Amianto, sobre uso seguro versus banimento. E eu vou focar
2079 aqui no aspecto de destinação final, que é o objeto da nossa associação. A ABETRE
2080 reúne empresas de tratamento de resíduos que são focadas em resíduos industriais,
2081 resíduos de processos industriais. São quinze associadas, com 25 unidades de
2082 processamento pelo Brasil. Nós não representamos todo o setor, mas talvez uns 70%
2083 ou mais das empresas de tratamento. E eu queria frisar que nós não atuamos, não faz
2084 parte das nossas atividades os resíduos de construção civil. Esse é um setor que as
2085 nossas atividades, as nossas associadas não atuam nisso. E tipicamente por essa
2086 razão os resíduos de fibrocimento, não de Amianto, eu estou me referindo
2087 especificamente ao fibrocimento, eles não eram tipicamente destinados ao setor, ou
2088 seja, cacos de telhas, caixas d'água e resíduos de construção em geral normalmente
2089 eles iam para os bota-fora, para os aterros de inerte na situação geral que nós temos
2090 pelo País, alguns poucos adequados e muitos na situação que a Fernanda mostrou.
2091 Com o advento da Resolução, uma parte disso começou a vir para o setor, para os
2092 aterros de resíduos perigosos. Se não me falha a memória, nós devemos ter uns dez
2093 aterros no máximo no Brasil que recebem resíduos industriais perigosos. Então,
2094 algumas empresas do setor passaram a receber isso, mas cabe dizer aqui: em
2095 quantidade que são muito pequenas em relação ao que nós vemos por aí. O que nós
2096 vemos muito comum por aí são os resíduos nas caçambas. Mas eu não quero me
2097 estender aí à questão... Voltar atrás na cadeia que vem desde a produção até a
2098 utilização e no final da vida isso vai para um aterro para algum tipo de processamento.
2099 A posição do nosso setor, da ABETRE, à luz das informações atuais, considerando até
2100 todas as controversas que foram demonstradas aqui, os aterros de resíduos perigosos -
2101 aliás, Classe I e Classe II são os resíduos, não são os aterros, para ser um pouco
2102 mais preciso – eles são seguros para receber os resíduos de fibrocimento, tais quais
2103 nos moldes da Resolução. No nosso ponto de vista, os aterros industriais de resíduos
2104 não perigosos, os ditos Classe II, os que recebem os resíduos Classe II, eles também
2105 são seguros, quer dizer, nós conseguimos manter os resíduos confinado sob condições
2106 controladas. As Empresas têm todo um procedimento de engenharia de controle disso
2107 e têm uma operação controlada para manter o resíduo no confinado ali final. Eu não
2108 posso me pronunciar muito aqui sobre os aterros de inertes ou os bota-fora ou outras
2109 condições que há por aí, eles não fazem parte da nossa associação, não são do setor,
2110 mas eles em geral são menos controlados, quer dizer, aí você tem um tipo de
2111 destinação que vai para essa cadeia que ela não tem o mesmo grau de controle, o

2112 mesmo tipo de operação, o mesmo tipo de atividade e de gestão que nós encontramos
2113 no setor de tratamento de resíduos industriais. Na realidade, o (...) está iniciando e
2114 reiniciando. Eu só gostaria de frisar que esta nossa posição independe do que se
2115 decida quanto a banimento ou não ou o uso controlado do Amianto. Isso não tem nada
2116 a ver. Nós estamos falando da disposição final, que eu acho que nós deveríamos focar
2117 esse aspecto no trabalho do GT e da Câmara Técnica. É isso. Muito obrigado.

2118
2119

2120 **O SR. TARCÍSIO DE PAULA PINTO (Ministério das Cidades)** - Eu queria começar só
2121 chamando atenção de duas frases aqui que ficaram na cabeça, uma é do rapaz do
2122 Ministério da Saúde, uma boa formulação dele, poética, não dá para evitar a paixão
2123 naquilo que nós trabalhamos com ênfase. E de outro lado, a pontuação que vários
2124 fizeram aqui é de se buscar um equilíbrio correto entre a paixão...

2125
2126

2127 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Tarcísio, só para efeito de gravação, o
2128 seu nome completo.

2129
2130

2131 **O SR. TARCÍSIO DE PAULA PINTO (Ministério das Cidades)** – Tarcísio de Paula
2132 Pinto. Eu estou aqui como consultor do Ministério das Cidades. Num passado recente,
2133 eu acompanhei a produção da Resolução 307 do CONAMA, fui coordenador das
2134 normas técnicas para aterros de resíduos da construção civil, áreas de triagem e áreas
2135 de reciclagem, produzidas pela ABNT em seqüência à Resolução 307, e tenho
2136 participado de um esforço de construir a gestão específica desses resíduos. Mas
2137 voltando então, a paixão sendo inevitável, buscando um equilíbrio correto entre razão e
2138 paixão. O que eu estou sentindo das falas, em vários momentos, é que nós temos
2139 ainda um espaço muito carente de informações sólidas para se tratar corretamente
2140 essa questão. A informação tecnológica correta para se definir de uma forma mais
2141 acabada a questão da destinação desse tipo de resíduo específico tratado pela 348,
2142 parece-me que ainda não está num ponto ótimo. Vou ressaltar uma questão prática
2143 que andou acontecendo conosco: na implantação da ATTs – ATTs são Áreas de
2144 Transbordo e Triagem, NBR 15.112 - é sempre um passo necessário antes do aterro
2145 de resíduos da construção civil, antes da reciclagem do resíduo da construção civil, é
2146 sempre necessário se fazer a triagem prévia entre A, B, C e D para daí dar o destino
2147 correto a cada um dos componentes. No trabalho prático de colocar em pé essas áreas,
2148 no tocante a resíduos Classe D, nós começamos a enfrentar alguns problemas que não
2149 poderiam ser resolvidas no âmbito a 307. A 307 classifica resíduos Classe D aqueles
2150 que são perigosos e cita rapidamente tintas, solventes, etc. Na hora em que você
2151 começa um processo de triagem desses resíduos, no âmbito das tintas, nós vamos
2152 pegar tintas base óleo, base esmalte, tintas látex comum, látex acrílico e tintas base cal.
2153 São materiais completamente diversificados. Tinta base cal, com certeza não é um
2154 resíduo perigoso, mas dentro da Resolução CONAMA nós tivemos que tratar de uma
2155 forma genérica, não tinha outro jeito de acontecer. Eu estou trazendo com isso uma
2156 preocupação de que nós persigamos um processo de caminha com paixão usando a
2157 razão para saber dizer detalhar de forma correta aquilo que ainda tem que ser
2158 detalhado. Em algumas falas aqui, a Cecília fez essa referência, a Tânia também, da

2159 mistura de conceitos do aterro sanitário, aterro de resíduos perigosos, a figura
2160 abominada hoje em dia dos aterros de inertes e bota-foras. Esses termos, uma boa
2161 parte do setor técnico está tentando limar e jogar no lixo isso. Existe hoje a NBR
2162 15.113, desde 2004, está com dois anos de vida, que é específica para resíduos da
2163 construção civil, cumprindo essa Resolução do CONAMA, a 307. Então, não temos
2164 mais por que falar em aterros inertes e bota-foras, isso tudo está normatizado com
2165 segurança adequada, não é um aterro de menor proteção, é um aterro com proteção
2166 adequada para o resíduo Classe A, que vai ser disposto ali. E isso foi tratado
2167 corretamente na ABNT, mas nas falas isso ficou misturado. Por outro lado, nós temos
2168 indefinições do tipo: o próprio setor produtivo, parte considera que a fibra alternativa é
2169 de uso seguro; parte considera que é uso de risco indeterminado. Isso são
2170 dissonâncias, precisam ser resolvidas com certeza. Há ainda uma divergência que ficou
2171 patente aqui: nós estamos tratando dos resíduos, dos artefatos produzidos com
2172 Amianto ou não conseguimos distinguir a solução para esses resíduos da solução para
2173 a fibra Amianto. Isso também não está claro. De qualquer forma, fica me parecendo que
2174 inclusive na hora em que se definir a solução para resíduos de fibrocimento com
2175 Amianto, isso de certa forma, quase que inevitavelmente vai contaminar a solução para
2176 os novos fibrocimentos que estão surgindo. Nós, às vezes, fazemos um pouco de
2177 confusão conceitual no seguinte sentido: cimento Amianto é fibrocimento com Amianto.
2178 Fibrocimento não significa que tenham= Amianto. Hoje está na linha de produção
2179 alguns fibrocimentos na cadeia de produção nacional com PVA. São novos materiais
2180 para os quais inclusive nós não sabemos que risco traz para a saúde. Eu ouvi notícias –
2181 eu não posso falar mais do que nesses termos – de que aquelas caixas d'água que nós
2182 estamos usando de forma acelerada, aquelas azuis, são Fenóis ou fibras de vidro.
2183 Ouvi notícias de que esse material é muito mais perigoso do o possível dano de uma
2184 caixa de cimento Amianto. Quem vai esclarecer isso, quem vai esclarecer essas
2185 questões? Então, tem um imbróglio aí de referências tecnológicas que a mim me
2186 preocupa enquanto técnico. Parece-me que o buraco é mais embaixo, a questão é mais
2187 complexa. E a partir disso eu queria colocar, Bertoldo, uma proposta de início, de cunho
2188 pessoal, depois que o Sérgio Gonçalves, do Ministério das Cidades, chegar, eu tento
2189 colocá-la num patamar um pouco mais alto de que nós lancemos uma provocação
2190 talvez a três instituições de pesquisas: o IPT, não a Mirian Cruxên, o IPT enquanto
2191 instituição, não ela pessoalmente, lógico, o IPT, a Politécnica da USP e a COP do Rio
2192 de Janeiro com a seguinte questão: até que ponto resíduos de artefatos de fibrocimento
2193 com Amianto são classificáveis como perigosos para a disposição em aterros de
2194 resíduos da construção civil NBR 15.113. Uma segunda questão: até que ponto esses
2195 resíduos são classificáveis como perigosos para trituração em áreas de reciclável, de
2196 acordo com a NBR 15.114. São duas operações distintas que nós não sabemos de fato
2197 o que acontece com esse material. Então, eu estou propondo que nós, de alguma
2198 forma, viabilizemos um contato formal entre as instituições, questão que têm que ser
2199 resolvidas com certeza via CONAMA e Ministério do Meio Ambiente para que essas
2200 instituições forneçam informações um pouco mais seguras para que se trabalhe essa
2201 questão e se leve isso como decisão; IPT, COP e Politécnica da USP.

2202

2203

2204 **O SR. ADILSON SANTANA (Sindicato dos Mineiros de Mina Sul/Goiás)** - Boa-tarde,
2205 presidente Bertoldo, boa-tarde a todos os companheiros e companheiras presentes e

2206 obrigado, Bertoldo, por estar nos dando um espaço dos trabalhadores, como o Emílio já
2207 colocou aqui, que me antecedeu, da representação dos trabalhadores, com relação a
2208 essa questão de resíduos que aparentemente quem olha no primeiro momento avalia:
2209 “O que os trabalhadores têm a ver com resíduos?” Eu Adilson Santana. Sou diretor-
2210 presidente do Sindicato dos Mineiros de Mina Sul, em Goiás. Nós representamos os
2211 trabalhadores da mina de Amianto, a única em atividade no País. Continuando a minha
2212 fala: num primeiro momento nós podemos avaliar as pessoas, os trabalhadores... Bom,
2213 o que o trabalhadores têm a ver com a relação à questão de resíduos? Muitos que me
2214 antecederam aqui, e eu gostaria de reafirmar isso, que nós, no processo de 2003 e
2215 2004 e até 2005, quando culminou com a aprovação da resolução considerando o
2216 Amianto como resíduo perigoso, da nossa parte da representação dos trabalhadores,
2217 reafirmando o que o Emílio também colocou, nós não participamos desse processo, nós
2218 ficamos alheios, não por decisão nossa, mas por falta até de conhecimento, nós nem
2219 sabíamos que estava sendo discutida a questão de resíduos com Amianto, porque num
2220 primeiro momento a representação nossa, que nós temos um Conselheiro dentro do
2221 CONAMA, era a discussão de resíduos da construção civil. De repente se aflorou a
2222 questão de resíduos com Amianto e, como foi colocado aqui, foi aprovado que os
2223 resíduos, telhas mais precisamente, telhas e caixas d'água teriam que ter uma
2224 destinação específica conforme a legislação que já está aí. Na realidade, eu acho que
2225 nós temos que voltar um pouco atrás, primeiro que a questão do uso do Amianto no
2226 Brasil, nós temos a questão maior - se usa ou se não usa não está em questão aqui - o
2227 que está aqui é só com relação a resíduos, mas eu não poderia deixar, como os que
2228 me antecederam, de colocar que o uso do Amianto no Brasil, se nós ficássemos
2229 aguardando as decisões do Poder Institucional se vai banir o Amianto ou não e que tem
2230 trabalhador expostos a poeira do Amianto acima dos limites ou não e os trabalhadores
2231 estão ficando doentes, nós estaríamos na condição de 1980, antes da década de 80,
2232 onde realmente... Eu sou um trabalhador do Amianto, que fui para Mina Sul, Goiás, eu
2233 era paulista e fui para lá há 20 anos atrás e há vinte atrás realmente se trabalhar com
2234 Amianto, nós tínhamos algumas situações do tipo: eu estando aqui e alguns
2235 trabalhadores mais ou menos a uns oito ou dez metros, ficava até difícil de você
2236 verificar quem era o companheiro que estava ali presente: “Será que o João, o José?”
2237 Quem era aquele lá. E alguns que estão aqui, que trabalham na atividade de mineração
2238 de Amianto e na atividade do Amianto nas fábricas, lembram muito bem o que eu estou
2239 dizendo, o que era a realidade do Amianto há 20 ou 15 anos atrás, que não reflete
2240 mais a realidade de hoje; isso não reflete a realidade de hoje. E conseqüentemente eu
2241 estou colocando isso, que eu acho importante colocar num Fórum como este aqui, que
2242 esse trabalho de forma inadequada, esse trabalho que foi feito pelos trabalhadores de
2243 onde não se tinha controle nenhum, foi o que ocasionou o número de doentes que nós
2244 temos hoje. E daí nós da Comissão Nacional do Amianto, dos trabalhadores, os
2245 sindicatos que estão envolvidos com a fábricas na mina, nós temos aí quinze anos
2246 brigando com os empresários para termos melhores condições de trabalho. E hoje nós
2247 conseguimos, hoje, 2006, condições seguras para todos os trabalhadores do
2248 fibrocimento e na mina. Agora, você vir aqui dizer que os doentes que existem hoje, as
2249 pessoas que estão acometidas com algum tipo de problema relacionado com Amianto é
2250 por causa da telha e da caixa d'água, pelo amor de Deus, gente. Eu sei que este aqui é
2251 um Fórum técnico, mas eu acho... Eu espero e nós aqui, a representação dos
2252 trabalhadores, companheiros que estão aqui da mina e da construção civil, que estão

2253 aqui também, uma representação significativa, nós viemos para cá porque nós
2254 acreditamos que este é o Fórum para discutir do ponto de vista técnico e científico. E
2255 daí eu reforço a posição nossa que é a seguinte: pelo que eu estou vendo e pelo pouco
2256 que eu conheço da questão do Amianto, estão querendo utilizar a Resolução do
2257 CONAMA sabe para quê? Para reforçar o banimento do Amianto, que não tem nada a
2258 ver uma coisa com a outra. Uma é resíduo com Amianto; a outra coisa é a discussão do
2259 Amianto, como o Lino colocou aqui, que é uma questão muito mais ampla, que isso é
2260 decisão de Governo, e nem este Fórum aqui em questão para nós estarmos discutindo
2261 isso. Eu só reafirmo que nós, enquanto representação dos trabalhadores, precisamos
2262 de dados técnicos e científicos que realmente comprove: bom, ficar de baixo de casa
2263 com telha de Amianto faz mal à saúde das pessoas, faz mal à população, é um
2264 problema de saúde pública, é um problema de saúde ocupacional ou como é que nós
2265 vamos resolver esse problema? Agora, vir aqui e colocar e determinadas informações
2266 sem sustentação, os trabalhadores não vão permitir. Nós precisamos ter pesquisas e
2267 dados técnicos para subsidiar a decisão do CONAMA. E muito obrigado por essa
2268 oportunidade. (*Palmas*).

2269

2270

2271 **O SR. WANDERLEI COELHO BAPTISTA (CNI)** - Meu nome é Wanderley Coelho
2272 Batista. Eu sou analista da CNI, e analisei todo o processo. Estou aqui representando o
2273 Dr. Maurício Mendonça, que é o titular desta Câmara Técnica. E eu queria fazer
2274 algumas pequenas observações do ponto de vista da aplicabilidade da resolução que
2275 nós estamos discutindo, que é a 348. Essa resolução ao classificar o resíduo contendo
2276 Amianto como perigoso, implica-se necessariamente a da posição decisiva se for
2277 aprovada pelo órgão ambiental em aterros para resíduos perigosos Classe I. Eles não
2278 poderiam de forma alguma, a não ser que haja legislação específica (...) para que ele
2279 tivesse uma outra destinação. E qual é a grande preocupação que eu tenho? Nós
2280 sabemos muito bem que a legislação foi feita para ser cumprida, ninguém quer fazer
2281 uma legislação que não possa ser cumprida. No caso da Diretiva Européia, eu acho
2282 que os europeus são a base, eles que criaram o movimento de banimento do Amianto
2283 em (...), nós sabemos disso; são os que têm mais trabalhos e pesquisas na área. E eu
2284 tomei a curiosidade de ver o que eles tratam os resíduos contendo Amianto porque com
2285 a Diretiva Européia, o nosso colega falou a respeito disso, mas eu acho importante falar
2286 o que está escrito na Diretiva, no item 233 de resíduo de Amianto, eles dizem o
2287 seguinte: “Os materiais de construção que tenham Amianto e outros resíduos com
2288 Amianto adequados podem ser depositados sem verificação em aterros para resíduos
2289 não perigosos nos termos previstos nesta Diretiva”. E quando ele fala adequado, ele se
2290 refere que ele não esteja contaminado com substâncias perigosas quaisquer que sejam
2291 elas. Então, é importante dizer por que os europeus são os mais rigorosos no mundo ao
2292 adotarem uma diretiva específica para classificar o resíduo de Amianto fizeram dessa
2293 maneira. Nós entendendo como aplicar essa norma no Brasil da maneira que ela está
2294 hoje, imaginamos Estados como o Ceará, Maranhão, Amazonas, Estados que não têm
2295 aterro Classe I e certamente teriam uma dificuldade muito grande de dar destinação a
2296 esses resíduos. São resíduos gerados normalmente na vida cotidiana e nós achamos
2297 que essa questão tem que ser mais bem embasada. Quando você examina a questão
2298 do resíduo sob a ótica da 10.004, que é a norma brasileira que classifica resíduos, foi
2299 apresentado aqui, o Amianto no estado puro, sem em pó ou fibra, ele é realmente

2300 perigoso. O cimento Amianto, se for submetido aos testes que a norma preconiza, não
2301 dá, até porque a lixiviação, (...) do Amianto não é perda, até porque ele não é
2302 classificado como perigoso, mas o produto está na inalação, a forma como ele é
2303 inalado. E a Norma 10.004 não consegue classificar. O que foi sugerido aqui e eu acho
2304 interessante é que nós temos que pensar no que os mais rigorosos no mundo fazem
2305 hoje que é em relação a possibilidade sem verificação, quer dizer, a aceitar dos
2306 resíduos contendo cimento e Amianto que podem ser recebidos em aterros sanitários,
2307 no caso da Europa. Nós temos que pensar também em como fazer e estudar a
2308 possibilidade de aterros de resíduos de construção civil dentro dos trabalhos técnicos
2309 evidentemente embasados com conhecimento científico possa também nos dá essa
2310 segurança. Então, eu acho interessante, senhor presidente, essas questões que eu
2311 estou levantando aqui, que não são novidades, como foram faladas aqui, mas é
2312 importante nós vermos o que é feito hoje no mundo em relação a esses materiais que
2313 são descartáveis. O Brasil estaria hoje assumindo a liderança mundial em termos de
2314 rigor ao encontrar nesse tipo de material uma coisa que em minha opinião talvez não
2315 seja, mas a minha opinião não vale, eu que o que vale são trabalhos técnicos bem
2316 embasados. Os europeus são uma ponta de comparação, nós temos que levar em
2317 consideração, não pode ser desprezado, e há outras possibilidades que possam ser
2318 colocadas. Somente isto. Eu agradeço. Obrigado.

2319

2320

2321 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – A palavra está aberta. Alguém mais
2322 gostaria de fazer uso em termos de acrescentar mais alguma discussão, quem não
2323 falou ainda? Não. Então, dando continuidade, eu tinha colocado no primeiro momento
2324 que nós íamos ouvir todos os questionamentos e todas as preocupações e todos os
2325 posicionamentos tentando fazer o encaminhamento desta discussão. Aqui foi falado -
2326 eu falei de manhã – e depois foi objeto de discussões, não vamos aqui entrar nos
2327 detalhes, mas realmente um dos motivos que reabriu a discussão foi que todo o
2328 segmento, que na época, se sentiu prejudicado ou não participou do processo no
2329 âmbito do GT realmente no dia não apareceu e houve outros motivos que já foram
2330 amplamente discutidos, não quero entrar no mérito, e esse foi um dos motivos que
2331 levou à Câmara a reabrir a discussão porque o CONAMA é um Conselho também
2332 democrático, ele ouve e se ele realmente cometeu um engano em alguma coisa, ele
2333 volta atrás. Ele é soberano para isso. E se fosse (...) ele mantém a posição. Então, a
2334 questão, eu acredito (...) que reabrir esta discussão para que para que de uma vez por
2335 todas nós pudéssemos esclarecer esse assunto, se a decisão na época foi tomada
2336 certa ou não, se foi adequada ou não. E é por isso que nós estamos aqui hoje. É por
2337 isso inclusive que eu assumi coordenar o trabalho porque na época eu estava à frente
2338 da Câmara naquele momento. Então, o meu encaminhamento é o seguinte: eu vejo a
2339 necessidade de nós - isso já foi discutido - separarmos os nossos assuntos. Nós não
2340 podemos discutir aqui dentro a questão do banimento do Amianto, não é o nosso
2341 objeto, não é nosso Fórum, não é nossa competência. Nós temos que discutir é a
2342 questão da classificação do Amianto como resíduo perigoso ou não dentro daquele
2343 grupo que está ali dentro; e se é, as formas de controle; ou se não é, o que fazer, como
2344 (...). Então, é nesse sentido o enfoque que a Câmara Técnica pediu para criar o Grupo
2345 de Trabalho e poder ter uma base técnica para ajudar a tomar uma decisão. A minha
2346 proposta de encaminhamento é a seguinte: é nós marcarmos mais uma reunião

2347 ouvindo alguns cientistas, algumas pessoas especializadas que pudessem trazer mais
2348 argumentos e contribuições, um Fórum técnico, e nós não entrarmos em hipótese
2349 alguma nas discussões. (...) Então, eu vou antecipar um pouquinho, que eu ia te pedir
2350 um favor: eu ia te pedir para ver se você poderia contribuir na próxima reunião nossa
2351 com documentos técnicos e poderia fazer uma exposição um pouco mais aprofundada
2352 na tua experiência e na tua vivência na CETESB na questão desse resíduo
2353 especificamente e dos riscos que ele pode causar à questão ambiental. Se for possível
2354 você poder dar uma contribuição técnica para nós nesse sentido.

2355

2356

2357 **A SR^a. MARIA CECÍLIA PIRES (CETESB)** – O que ainda é uma situação um pouco -
2358 pelo menos para nós no Estado de São Paulo - nova de se olhar é a questão do
2359 resíduo causando um problema, mas não dentro da classificação do resíduo dele no
2360 solo, toda essa coisa que você falou da lixiviação e tal, mas sim da possibilidade de ele
2361 emitir via ar - e estou me referindo a telhas, qualquer coisa, solventes; solvente
2362 volatiliza e emite via ar poluentes – outros, tem uma série de produtos que são
2363 resíduos, mas via um outro meio que não o solo e onde ele vai ficar disposto no aterro,
2364 ele pode emitir uma poluição, e por conta disso ele merece uma forma de tratamento
2365 diferenciada porque essa via que é o meio ar representa um risco real ou potencial à
2366 saúde do ser humano. E risco é uma probabilidade, é um número que varia de zero a
2367 um. Então, risco zero não existe e um pode acontecer o dano que nós não queremos.
2368 Então, o que nós percebemos? É que como uma série de outros resíduos também essa
2369 questão de declarar alguma coisa como perigosa, não pelo resíduo em si, mas pelo que
2370 ele pode representar como poluente do ar, como poluente da água, é algo que precisa
2371 ser melhor avaliado e estruturado nas agências ambientais e no próprio Ministério do
2372 Meio Ambiente, que é uma coisa que não é usual. Eu vou dar um exemplo totalmente
2373 fora, mas só para que vocês possam ver: nós temos resíduos que pela norma de
2374 classificação de resíduos são resíduos não perigosos, mas que apresentam
2375 radioatividade num nível que nós não sabemos se ele é perigoso ou não. E a norma de
2376 resíduos sólidos não permite falar se essa radioatividade confere periculosidade a ele
2377 ou não. Então, nós vamos ter que usar de outros artifícios para resolver essas
2378 questões. Eu imagino que aqui nós estamos com um problema um pouco semelhante
2379 que não vai ser só o que está NBR 10.004, que classifica resíduos sólidos, que vai
2380 resolver essa questão. Eu acho que nós temos muito por onde caminhar ainda para
2381 criar um sistema para poder gerenciar toda essa questão, que vai além dessa simples
2382 resolução aqui.

2383

2384

2385 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – A forma de encaminhamento que eu
2386 estava propondo é a seguinte: nós temos um enquadramento dele hoje, é um contexto
2387 se é perigoso ou não, como está ali classificado. E temos a outra questão da forma de
2388 controle para isso ser feito, quer dizer, o próprio Lino, que colocou, é a posição do
2389 Governo em dois pontos bem distintos, uma questão que defende que há a
2390 necessidade de controle e outra é banir, mas banir, como não é nosso Fórum de
2391 discussão, nós não estamos discutindo isso. Então, o CONAMA, o Conselho, verificar
2392 se a resolução trabalhou a forma de controle específica desse material, se podemos
2393 trabalhar um pouco mais, foi uma posição que o próprio Tarcísio colocou isso de uma

2394 forma também clara. E eu queria pelo menos saber se nós temos documentos
2395 científicos hoje desse produto que vai virar resíduo de telha pós-uso e caixa pós-uso
2396 quais os níveis e se existem documentos técnico-científicos que mostram os riscos que
2397 vai causar ao ambiente, se nós temos documentos que trabalhem esse assunto, se
2398 tem mais algum documento técnico que trabalhe esse assunto. Esse é um
2399 encaminhamento. O outro é se temos ou não tipos e que tipo de forma de controle
2400 podem ser feitos para esse material específico dentro dessa cadeia desse
2401 gerenciamento que existe...

2402

2403

2404 **A SR^a. MARIA CECÍLIA PIRES (CETESB)** – E o que eu estou querendo dizer é um
2405 pouquinho diferente disso que você está falando. Talvez o problema não seja o meio
2406 ambiente e sim a saúde do ser humano, que é a razão pela qual nós protegemos o
2407 meio ambiente. Então, tem um pouco das duas coisas, tem literatura de monte nas
2408 agências internacionais e tudo, só que a questão não é fechada, então ela requer que
2409 nós passemos por algumas discussões que talvez extrapolem este Fórum mesmo, mas
2410 dentro do que podemos fazer aqui, nós vamos...

2411

2412

2413 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Mas nós temos que levar à Câmara e à
2414 Plenária um pensamento, mesmo que seja divergente, não importa, eu não quero
2415 aqui... Eu sei que está sendo difícil (...), não estou querendo consenso. Eu estou
2416 querendo entender. Permitir buscar subsídios para na Câmara Técnica e na Plenária ter
2417 um maior esclarecimento e maior conhecimento sobre o assunto dentro do que é
2418 possível hoje, dentro do limite de disponibilidade de cada um, ter um trabalho voluntário
2419 também aqui dentro. Então, entender um pouco mais porque senão nós vamos num
2420 Fórum depois maior... E eu não vou repetir num Fórum maior uma discussão sem todos
2421 nós estamos mais afinados, claro, cada um com sua ideologia, com suas teses, suas
2422 convicções, isso faz parte, mas levar para a Câmara, e depois esta Câmara teria que
2423 levar à Plenária, alguma discussão que tenha pelo menos um embasamento. Eu não
2424 quero sair daqui e votar sem ter esse entendimento. Eu tenho as minhas convicções,
2425 mas não quero aqui finalizar, mas eu gostaria que nós aprofundássemos um pouco
2426 mais a discussão na natureza técnica e na natureza científica no foco da discussão, se
2427 é possível isso, se não for possível...

2428

2429

2430 **A SR^a. MARIA CECÍLIA PIRES (CETESB)** – Eu não sei se vale a pena nós... E aí eu
2431 tenho o interesse do setor todo que aí pode ser questionado, eu não sei se vale a pena
2432 gastar energia - me desculpe usar essa expressão - para alterar essa resolução ou se
2433 nós poderíamos gastar a nossa energia aprimorando complementações dessa
2434 legislação e aprimorando algumas formas de encaminhamentos para que pudesse dar
2435 um destino adequado e simplesmente não indo numa forma simples de mudar a
2436 classificação do resíduo. Talvez nós tenhamos a necessidade de criar... Outro dia eu
2437 até falei assim: criar um outro grupo ou uma outra forma, mas buscar formas de
2438 solucionar o problema que do ponto de vista gerencial vão independem da classificação
2439 precisa do resíduo. Agora, se a classificação do resíduo for uma questão de honra, aí
2440 nós temos que seguir em frente com isso. Eu só estou colocando aqui uma sugestão:

2441 talvez valesse mais a pena nós investirmos a nossa energia em aprimorar e aprimorar e
2442 propor alterações que caminhassem para a solução do problema do gerenciamento
2443 desses eventuais materiais. *(Palmas)*

2444

2445

2446 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Então, Cecília, nós estamos falando
2447 quase a mesma coisa. Eu coloquei isto: justamente conhecer pouco mais (...) forma de
2448 gerenciamento. Eu sei que pode ser do Grupo de Trabalho, mas só que nós temos que
2449 encaminhar uma forma consultiva, não vazia apenas no discurso numa reunião
2450 dessas, e gerar um documento que me permita tomar uma decisão, e até propor à
2451 Câmara um encaminhamento diferente para haver um consenso, mas isso tudo
2452 trabalhando com hipóteses, se for esse o encaminhamento. Então, o que eu estou
2453 propondo aqui é que possamos ter uma nova rodada, aprofundar um pouco mais,
2454 baixar um pouco o nível, olhar um pouco mais de perto o problema, em termos de
2455 documentos, aproveitando, inclusive, todas essas entidades: o Ministério do Trabalho, o
2456 próprio setor que tenham documentos específicos sobre o assunto para que nós
2457 possamos trabalhar; se tem, vamos trazer aqui para a Cara e vamos trabalhar o
2458 assunto, aquilo que tenha a questão ambiental, risco saúde, conseqüências e questão
2459 da sociedade, até que se a sociedade, se é que é possível, se você afirma que não tem
2460 é outra história. Eu gostaria de poder avançar um pouco mais nessa discussão para
2461 que possamos então tomar um encaminhamento, uma decisão.

2462

2463

2464 **A SR^a. MARIA CECÍLIA PIRES (CETESB)** – Bertoldo, a questão não é isso. Então,
2465 talvez nós pudéssemos resolver esse problema do gerenciamento dos artefatos
2466 contendo fibrocimento ou buscar uma solução mais factível dentro do que é possível
2467 agora porque nós vamos ter que guardar decisões que extrapolam este Fórum. É só
2468 nesse sentido que eu estou falando. Agora, se quiserem continuar nessa discussão, aí
2469 cada um vai defender a sua opinião e vamos ver o que...

2470

2471

2472 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Eu não vou discutir novamente o mérito.
2473 Eu gostaria de nós termos mais uma rodada de discussão para podermos ter alguns
2474 fundamentos para tomar decisão, porque eu não vou levar para a Câmara, eu como
2475 presidente da Câmara, sem eu ter... Apenas com o nosso discurso aqui, eu vou levar
2476 para a Câmara para repetir isso, eu não vou fazer isso. Então, eu quero verificar a
2477 possibilidade de nós termos elementos para uma próxima rodada de discussão, uma
2478 clareza focada em soluções. Encaminhamentos. Eu posso até chegar à conclusão que
2479 não é este Fórum deste GT, é outro GT, mas tenha uma forma de encaminhamento que
2480 permita levar um encaminhamento para isso.

2481

2482

2483 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)** – Eu
2484 acho que daqui, conhecendo esse Fórum, que eu não sei se o senhor conhece, mas
2485 somos sempre nós os maiores debatedores desse assunto, não vai ampliar muito além
2486 daqui. Eu acho que se não há fatos novos a serem trazidos para a questão, e me
2487 parece que as partes aqui trouxeram todo... Na defesa da manutenção ou da mudança,

2488 eu acho que todas as partes se pronunciaram dentro do espírito da democracia que
2489 consideraram não ter sido adequada no outro debate. Eu acho o seguinte: enquanto
2490 não trouxerem fatos novos que desconstruam a questão do perigoso, de ser perigoso,
2491 eu acho que não tem que modificar a resolução. Eu acho que o que foi colocado pela
2492 colega da CETESB é como nós vamos sistematizar, como é que nós vamos fazer
2493 procedimentos para isso. E ela colocou muito bem ou alguém colocou que nós não
2494 temos no Brasil normas para demolição, porque na hora em que acontecer o banimento
2495 do amianto, que não vai ser decidido aqui, certamente, nós vamos ter manutenções,
2496 nós vamos ter demolições, nós vamos ter remoções, e isso no Brasil não tem a não ser
2497 um item do Anexo 12 da ANR 15, que fala que temos que ter um plano de demolição, é
2498 o único item de legislação que trata do assunto. Então, eu acho que nós vamos ter que
2499 caminhar, mas no momento, uma proposta que eu acho que é o anseio de parte dos
2500 presentes é: mantenha-se a resolução nos termos que está, a não ser que alguém
2501 traga algum fato novo que prove que é seguro se fazer a disposição de outra forma,
2502 porque ninguém conseguiu provar aqui. Eu acho que a sua dúvida é a minha dúvida.
2503 Quem defende a mudança disso não consegue comprovar que isso não vá trazer algum
2504 dano à coletividade, aos trabalhadores que estão envolvidos. E aqui eu queria comentar
2505 Diógenes: na reunião da ABETRE, qual foi o maior problema que os empresários do
2506 setor levantaram? Eles querem receber sim o resíduo, mas eles não querem se
2507 adequar à legislação trabalhista, não é isso? Muitos dos empresários disseram: “Nós
2508 não queremos fazer exames até 30 anos após porque...”

2509
2510

2511 **O SR. DIÓGENES DEL BEL(ABETRE)** – Não foi exatamente dessa forma.

2512
2513

2514 **A SR^a. FERNANDA GIANNASI (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)** – A
2515 proposta que eu faço é que não se modifique a resolução até que haja um fato novo
2516 que comprove que não há risco à coletividade essa disposição que não seja num aterro
2517 totalmente controlado de Classe I. (Fernanda)

2518
2519

2520 **A SR^a. MARIA GRICIA GROSSI (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu somar ao que a
2521 Cecília já tinha falado e ao que a Tânia já tinha falado: nós não estamos discutindo o
2522 banimento e nem o uso controlado, mas se nós queremos discutir o uso controlado,
2523 como é que nós não vamos controlar os materiais contendo Amianto. É essa a
2524 questão. Então, eu acho que nós temos que estar discutindo sim quais os
2525 procedimentos que vão ser necessários para nós termos essa destinação, esse
2526 armazenamento dos resíduos e dos artefatos contendo Amianto. E eu acho, Bertoldo,
2527 se nós tivermos mais uma reunião para discutir o que todo mundo sabe, que todo
2528 mundo já tomou o seu posicionamento, é só mais uma reunião. Então, que essa
2529 reunião fosse realmente realizado no âmbito da Câmara Técnica para esclarecer aos
2530 Conselheiros para nós não termo que repetir mais uma vez, porque eu acho que não
2531 vai resolver. Com mais uma reunião aqui, nós vamos sair do jeito que nós estamos
2532 entrando. Então, que isso seja feito no âmbito da Câmara Técnica que pelo menos os
2533 Conselheiros vão poder estar ouvindo as partes e nós vamos ganhar tempo.

2534

2535

2536 **O SR. DIÓGENES DEL BEL (ABETRE)** – Eu só queria fazer um reparo ao que a
2537 Fernanda falou: em momento algum, quando nós conversamos na Mesa Redonda na
2538 ABETRE foi para dizer que a Associação, as empresas não queriam cumprir a
2539 legislação, de modo algum. O trabalho nosso é essencialmente... Nós temos um
2540 trabalho material que é receber e tratar resíduos, mas o nosso trabalho é
2541 fundamentalmente garantir proteção ambiental, garantir proteção técnica e
2542 conformidade legal. O que nós colocamos foi o seguinte: as exigências que são feitas
2543 no Anexo 12 da ANR 15 elas não eram para nós suficientemente claras como elas se
2544 aplicavam à disposição final porque elas cobrem toda a cadeia, desde a mineração até
2545 a industrialização e distribuição do produto, até comercialização, como nos foi dito. E
2546 para nós não era muito claro como isso se aplicaria à disposição final, que para nós é
2547 um trabalho que você recebe, encapsula e não tem tanto manuseio. E ademais era o
2548 seguinte: tais obrigações implicam em certos custos para a empresa que podem ser
2549 assumidos ou não, como algumas assumiram, mas isso não era claro como você
2550 diluiria isso ao receber e cobrar pelo tratamento porque a nossa expectativa é que isso
2551 viria em quantidades tão pequenas que seria difícil você mensurar uma obrigação de
2552 monitoramento por trinta anos, tudo isso, em cima de quantidades muito pequenas. Foi
2553 esse o teor da nossa colocação e não deixar de cumprir ou não. Nós fizemos algumas
2554 sugestões de como tentar fazer alguns procedimentos, mas eu acho que o problema é
2555 bastante ainda conturbado. Algumas estão recebendo. Tem toda aquela questão de se
2556 cadastrar no Ministério, e a questão de receber ou não, alguns geradores têm
2557 procurado as empresas, é mais pela questão comercial do que pela questão
2558 operacional. Obrigado.

2559

2560

2561 **O SR. RUI INOCÊNCIO (Instituto Brasileiro do Crisotila)** – Na nossa apresentação
2562 de hoje, nós tentamos buscar uma luz sobre a questão que deveria ter sido a questão
2563 mais abordada durante toda a discussão da Resolução 348, que é a busca de uma
2564 resposta para a seguinte pergunta: os resíduos de fibrocimento com Amianto
2565 representam um perigo à saúde humana ou não? Eu não acredito que ninguém nesta
2566 sala está habilitado a responder sim ou não. Essa é uma pergunta que cabe aos
2567 cientistas. Eu pelo menos não me considero habilitado. Porém como essa resolução foi
2568 aprovada e hoje está sob um pedido de revisão, e aqui foi apresentada uma proposição
2569 que enquanto não se provar que esse resíduo não é perigoso que se mantenha, eu
2570 deixo como sugestão a mesma proposição, mas de outro ponto de vista: enquanto não
2571 se provar cientificamente à luz da Ciência de que o resíduo de fibrocimento é perigoso,
2572 que se mantenha como Classe A, como era. E se houver uma prova de que esse
2573 resíduo representa um risco, aí sim se classifique como resíduo perigoso. O Anexo 12
2574 da ANR 15 estabelece um limite de duas fibras por centímetro cúbico para jornada de
2575 trabalho de oito horas dos trabalhadores expostos a poeiras minerais asbestos. Nós
2576 demonstramos hoje em trabalhos que nós mostramos a origem – não é uma opinião,
2577 são trabalhos que nós mostramos a origem - que apontam que no meio ambiente,
2578 inclusive em áreas de bota-fora, os valores encontrados de medições de fibras de
2579 Amianto em suspensão são muito menores do que isso. E isso é uma indicação de que
2580 quando se está envolvendo esses resíduos no meio ambiente, o grau de exposição é
2581 mil ou mais vezes menor do que aquilo que acontece no ambiente de trabalho. Eu acho

2582 que isso é uma indicação muito forte de que não há necessidade de recorrer a esse
2583 princípio da precaução. E eu gostaria aqui só, antes de mais nada, de registrar o meu
2584 apoio à proposição do Tarcísio, que eu acho que é uma proposição muito pertinente e
2585 que traz à luz desta discussão aquilo que deveria ter havido desde o começo:
2586 discussão de fatos e evidências e do conhecimento científico sobre essa questão. Muito
2587 obrigado.

2588

2589

2590 **O SR. TARCÍSIO DE PAULA PINTO (Ministério das Cidades)** - Tentando ajudar,
2591 Bertoldo, eu reafirmo a proposta que eu fiz de nós tentarmos ouvir de instituições de
2592 uma forma oficial, e por isso que eu frisei que não é a opinião da Mirian, é a opinião do
2593 IPT, com certeza, muito mais técnica do que a da Mirian, vão ter que falar pelo IPT,
2594 inclusive, o novo superintendente do IPT é talvez o maior especialista em fibrocimento
2595 no Brasil hoje, e isso vem a colaborar no processo. Então, eu reafirmaria a proposta. Eu
2596 acho que quem tem que ficar convencido com o resultado desse pareceres científicos
2597 de instituições de peso não somos nós aqui no grupo, realmente ninguém vai ser
2598 demovido aqui de posições que têm uma carga de paixão bastante grade, de lado a
2599 lado. Quem tem que ser convencido, como você falou, é o Plenário do CONAMA. Ele
2600 vai tomar a decisão lá. Talvez nem a Câmara Técnica. Então, essa informação vai se
2601 agregar à informação precisa no estágio de conhecimento que nós temos hoje e vai ser
2602 levado para quem tem direito e atribuição de tomar a decisão no Plenário do CONAMA,
2603 provavelmente. Bertoldo, eu coloquei essa proposta até mesmo pela nossa experiência
2604 quando tivemos que discutir o caso específico do gesso no tocante à Resolução 307.
2605 Depois da Resolução 307 – Resíduos da Construção Civil aprovada, o pessoal da
2606 produção de gesso fez uma demanda ao CONAMA de remoção do resíduo gesso de
2607 classe C passando a Classe A. O nosso primeiro passo foi trazer a maior especialista
2608 brasileira em gesso, da Politécnica da USP de novo, você se lembra, Maria Alba
2609 Cincotto, professora e Doutora, ex-IPT; trouxemos; ela deu parecer e embasou toda a
2610 nossa... Foi na Câmara Técnica. Isso é questão de encaminhamento. Mas eu acho que
2611 esse procedimento de trazer quem trabalha com método científico sobre a questão, só
2612 temos a ganhar, com certeza.

2613

2614

2615 **O SR. NILTON ALVES (Sindicato da Construção Civil e imobiliário de Brasília)** –
2616 Sr. Coordenador, este meu pedido de fala é no sentido de me alinhar com a sua
2617 primeira propositura de uma nova reunião, onde outros fatos e outros artigos ou relatos
2618 de pessoas mais técnicas, mais cientistas falassem porque o assunto não está
2619 esgotado. A quem prestou atenção na exposição do Instituto Crisotila hoje de manhã,
2620 ficou muito claro: há um trabalho em andamento, aliás, ele está praticamente concluído,
2621 tendo sido realizado no IPT, e haveria chance desse trabalho ser colocado sim numa
2622 outra reunião. Muito ao contrário, e aqui reiterando as palavras que o Rui colocou, há
2623 que se fazer sim retorne à Comissão anterior até que se prove que resíduo de
2624 fibrocimento faça mal, porque até agora não houve nenhum relato de trabalho científico
2625 trazido aqui comprovando isso. Eu diria que provar ou atribuir ao Amianto, enquanto
2626 integrante de fibrocimento, o risco que está se colocando aqui é o mesmo que nós
2627 queremos proibir a circulação de moeda de níquel porque tem níquel lá dentro. É a
2628 mesma coisa. Ele está como carcinogênico, está na mesma relação e está dentro da

2629 moeda. Então, não é inversão não, nós estamos tendo que provar a inocência; é muito
2630 aço contrário, quer dizer, provem que faça mal, que se muda. É só isso.

2631

2632

2633 **O SR. CARLOS ALBERTO CRESPO (Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional)**

2634 - Nós colocamos o seguinte: nós concordamos com a proposta do Tarcísio. Realmente
2635 eu acho que o assunto tem que ser levado em nível técnico, em nível profundo e devem
2636 ser ouvidas instituições idôneas a respeito do problema. E outro detalhe: eu concordo
2637 que a proposta de resolução, a partir do momento em que ela está *sub júdice* e está
2638 sendo questionada, ela não pode se manter em vigor. Eu acho que realmente o
2639 Amianto tem que voltar a ser depositado em aterros Classe A até se que se prove que
2640 realmente existe o dano ambiental. Outro detalhe que eu queria propor é realmente que
2641 sejam feitas quantas reuniões do Grupo de Trabalho possíveis, que aqui é o Fórum
2642 adequado para realmente se sair uma proposta para a Câmara Técnica, seja uma
2643 proposta de consenso, seja dois ou três cenários, e daí sim caberá à Câmara Técnica
2644 resolver.

2645

2646

2647 **O SR. RAIMUNDO SILVA DA LUZ (Sindicato de Mina Sul)** – Eu estou vendo aqui

2648 com muita contrariedade, e eu fico até um pouco a desejar pelo seguinte: que nós
2649 representamos uma categoria, representamos o município, representamos o Estado do
2650 Goiás, na nossa mineradora. O que eu vejo aqui é um segmento que tem alguém que
2651 está querendo induzir que essa medida seja aprovada, e eu acho que isso para nós,
2652 para o trabalhador e para o município de Mina Sul e para o Governo, para o Estado do
2653 Goiás, isso é uma vergonha o que está acontecendo, principalmente quando nós
2654 vemos aqui e têm pessoas que têm a opinião marcada, igual ao nosso companheiro
2655 Lino, que nós já conhecemos há vinte anos, do movimento sindical, que ninguém tira,
2656 chega no nosso sindicato, visitou a mina junto com os Ministérios, chega ao nosso
2657 sindicato, senta conosco e diz plenamente para nós claramente para todos os
2658 companheiros que se fosse ele, a pessoa dele, se fosse ele o Amianto não era banido
2659 ontem, era banido hoje. Isso para nós nos deixa a desejar porque quem tem que
2660 resolver essa questão são vocês, é o CONAMA, são os técnicos daqui que têm que
2661 tirar uma medida concreta para que isso aconteça ou não aconteça. Agora, ficar
2662 pessoas induzindo que tem que sair uma medida hoje ou amanhã, isso me deixa
2663 envergonhado. E o movimento e o trabalhador em si, o que nós vamos chegar ao nosso
2664 município falando, vamos chegar ao nosso Estado comentando o quê? Que nós
2665 estamos vendo aqui pessoas querendo induzir para se banir hoje ou banir amanhã. Isso
2666 para nós nos deixa triste. Obrigado.

2667

2668

2669 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu acho que é uma situação muito difícil para o
2670 presidente - eu não queria estar na pele dele - porque essa situação não é a primeira
2671 vez que nós passamos por isso. Presidente, não é a primeira vez que isso acontece. Eu
2672 não sei quantas vezes o senhor presidiu uma reunião do Amianto. Eu não me lembro o
2673 ano, teve uma audiência pública. Na audiência pública se repetiu a mesma coisa:
2674 apresentam-se documentos, veio alguém dos Estados Unidos, veio alguém do
2675 Canadá; duas posições científicas, não eram posições de trabalhadores, são científicos.

2676 Lembra, Emílio, você estava presente, nós estávamos presentes? É a mesma coisa.
2677 Acontece que se for para ficar fazendo reunião, não tem importância, nós vemos. Se
2678 tiver que fazer cem reuniões, nós vamos fazer cem reuniões. O problema é o seguinte:
2679 quem tem que provar? Seria a mesma coisa nós falarmos para um morto provar quem
2680 matou ele. Ora, se a fibra está fazendo mal na concepção e na concepção deles não
2681 tem problema nenhum no aterro, então, cientificamente que o cientista venha e prove.
2682 A questão de documentos sempre se apresentou. Para justificar, doutor, o senhor
2683 apresentou muito bem aí uma recomendação européia, uma diretiva européia falando
2684 sobre o resíduo. Nós também poderíamos estar apresentando uma diretiva européia
2685 que fala sobre o banimento do Amianto. Cada um ler a parte que lhe interessa das
2686 coisas. Então, a nossa proposta, que eu acho que é uma proposta que contempla todo
2687 mundo porque todo mundo vai poder fazer apresentação, mas já para não ficar fazendo
2688 reuniões, vamos direto para o Grupo Técnica, que aí o pessoal apresenta e os
2689 Conselheiros tiram uma posição. Eu acho que isso daí nós não precisamos ficar nos
2690 reunindo. Haja vista que essas reuniões, que eu me lembre, talvez venham de antes,
2691 desde 1989, estamos fazendo reuniões, inclusive no CONAMA fizemos muitas reuniões
2692 e quase chegamos a um acordo pelo banimento. A divergência que houve não foi entre
2693 empresas, naquela época, foi entre os trabalhadores. Pelo menos quem representava a
2694 empresa naquele momento assinava por todas as empresas dizendo que apoiava o
2695 banimento. Foi entre os trabalhadores que não houve consenso naquela época. Então,
2696 isso é uma coisa que vem se arrastando há muito tempo. Se forem trazer cientistas,
2697 tanto vão trazer de um lado como o do outro e vão apresentar argumentos dos dois
2698 lados.

2699
2700

2701 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Vamos fazer um intervalo de cinco
2702 minutos para o café e voltaremos para encaminhar.

2703
2704

2705 *(Pausa Para Café)*

2706
2707

2708 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Vamos retomar, pessoal, para nós
2709 concluirmos os trabalhos? Vamos retomar a conversa. Dr. José Alberto... Eu conversei
2710 agora no intervalo com a Mirian e vai rapidamente colocar o trabalho que a IPT... Que
2711 ela vai fazer uma reunião lá para nós. Em poucas palavras, Mirian.

2712
2713

2714 **A SR^a. MIRIAN CRUXÊN BARROS DE OLIVEIRA (IPT – Instituto de Pesquisas**
2715 **Tecnológicas)** - Meu nome é Mirian Cruxên Barros de Oliveira. Eu sou geóloga e
2716 trabalho no IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. E já faz alguns anos que eu
2717 venho estudando Amianto. Estudei o Amianto Crisotila, do ponto de vista mineralógico,
2718 petrográfico e tecnológico. Estudei bastante realmente. Foi a minha tese de Doutorado.
2719 Estudei também o Amianto de São Félix, tanto o Crisotila quanto o anfíbolito. E há um
2720 ano e meio mais ou menos a equipe da qual eu faço parte, no IPT, está estudando a
2721 questão de alterabilidade de telhas de cimento Amianto. É um trabalho feito em equipe.
2722 Nós temos na nossa equipe geólogos, engenheiros, químicos, biólogos, e nós estamos

2723 fazendo um trabalho realmente bastante detalhado em relação a esse assunto. O
2724 método que nós utilizamos foi buscando verificar as condições que poderiam favorecer
2725 a alterabilidade de telhas de cimento Amianto nos mais diversos locais do Brasil. Então,
2726 nós procuramos pegar regiões com climas diferentes, clima quente úmido, por exemplo,
2727 na região amazônica; clima que sofre maresia, o Rio de Janeiro; locais em que existe
2728 uma poluição urbana acentuada, como São Paulo; locais que assista uma poluição
2729 industrial importante, no caso, metalúrgica, uma empresa que nós também pegamos
2730 amostras de telhas. E esse estudo é um estudo bastante aprofundado, e se for julgado
2731 interessante pelo nosso presidente, nós poderemos vir numa outra ocasião e
2732 apresentar os resultados desse estudo, que nós já estamos finalizando. Então, eu me
2733 coloco à disposição para estar apresentando o resultado desse estudo. Obrigada.

2734
2735

2736 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Obrigado, Mirian. Mais alguém? Roberto,
2737 você quer falar alguma coisa.

2738
2739

2740 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (Membro Honorário)** - Esse é um dos temas
2741 efetivamente que me deixa bastante desconfortável pelo meu pouco conhecimento
2742 sobre a matéria, mas na tentativa de nós podermos fazer o encaminhamento, não está
2743 interessando agora para mim se o resíduo é inerte ou não inerte, perigoso ou não
2744 perigoso, o problema é: é um resíduo, e esse resíduo tem que ser gerenciado. Já há
2745 experiência na nossa Casa com resoluções específicas de processos de gerenciamento
2746 de diversos resíduos: pneus, pilhas e baterias, resíduos radioativos, os da construção
2747 civil de uma forma geral, no qual esse aí acabou sendo incluído e depois ressalvado.
2748 Então, num sentido mais de condução do problema, eu acho que talvez fosse
2749 conveniente, senhor presidente, que nós pudéssemos pensar também, dadas as
2750 características específicas de telhas e de resíduos contendo Amianto, dadas as
2751 diversas colocações feitas da periculosidade do Amianto propriamente dito para
2752 problemas de câncer e problemas de saúde, talvez fosse mais adequado nós partirmos
2753 para uma resolução específica sobre gerenciamento desse resíduo específico. Talvez
2754 seja um excesso zelo, um excesso de aprofundamento, mas dada toda essa situação
2755 que está presente, talvez seja o caminho mais adequado nós trabalharmos com
2756 procedimentos para esse resíduo específico e não jogá-lo numa panela de generalidade
2757 como resíduos de construção civil, que o gesso também é um outro que é problemático,
2758 de repente, sei lá, mais à frente, com melhor aprimoramento talvez até se possa fazer
2759 uma resolução de gesso também, mas eu acho que essa talvez seja necessária nós
2760 aprofundarmos uma coisa detalhada e específica para isso. Obrigada, senhor
2761 presidente.

2762
2763

2764 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Roberto, você está dizendo para fazer um
2765 encaminhamento, uma proposta, uma resolução inteira, tirando apenas a questão da
2766 construção civil? Eu acho que a proposta fica registrada aqui. Eu vou fazer o seguinte
2767 encaminhamento: eu conversei com todos, ouvi todos, e no intervalo, eu conversei
2768 novamente, de uma maneira bem isenta no processo, procurando ser isento no sentido
2769 de não tomar nenhuma posição favorável a A ou a B segmento em função também da

2770 minha condição de coordenador mesmo. Eu entendo o seguinte: existe o segmento que
2771 coloca que existem documentos técnicos e científicos, a própria Mirian colocou que está
2772 concluindo um trabalho pelo IPT. Na próxima reunião nós podemos dar novas
2773 contribuições. Então, existindo essa hipótese, existindo esse documento, vamos fazer o
2774 seguinte: vou propor que todos os setores, todos os segmentos, todos que estão aqui
2775 ou outros que vocês conheçam que possam também contribuir que possam
2776 efetivamente ter técnicos e científicos relacionados ao tema cimento Amianto na
2777 construção civil, que possa ter estudos que mostrem a questão dos riscos ambientais,
2778 dos riscos à saúde, todo esse contexto que nós conversamos que encaminhem para
2779 nós, para a Câmara Técnica, para a presidência do CONAMA para que nós possamos,
2780 com base nesses documentos, dar uma olhada rápida (...) e tomarmos
2781 encaminhamentos da motivação de uma segunda reunião. Então, uma segunda
2782 reunião, e nós temos seis meses... Eu posso deixar este GT aberto até seis meses,
2783 regimentalmente. Então, vai ficar a segunda reunião condicionada a nós termos
2784 elementos técnicos e científicos, repito, relacionado ao cimento Amianto, aos riscos ao
2785 ambiente, à saúde, à sua degradação, a todos esses aspectos que foram colocados. E
2786 com base nessa motivação (...), vamos fazer uma reunião interna com a Secretaria
2787 Executiva do CONAMA ou a própria Câmara informalmente para fazermos uma
2788 segunda reunião. Se não houver nenhuma motivação nesse sentido, eu vou dar um
2789 prazo de dois meses para que sejam encaminhados os documentos para a partir dessa
2790 data nós possamos marcar a reunião. Se até essa data - eu gostaria que a Ruth
2791 deixasse registrado isso - não tivermos nenhuma posição, nós damos por concluído os
2792 trabalhos e eu levo para à Câmara Técnica e relato à Câmara Técnica esse
2793 encaminhamento. Está certo? Todos de acordo? Então agradeço a todos. Eu briguei
2794 muito hoje. Apesar de toda a riqueza e calores, eu acho que faz parte do contexto. Mas
2795 amanhã estão todos convidados, mas não vamos falar sobre Amianto, vamos falar
2796 sobre pneus, que é muito mais tranquilo.

2797

2798

2799 **O SR. CARLOS** - Essa documentação científica que foi pedida, ela é especificamente
2800 com referência a resíduos da construção civil contendo Amianto, estudos de impactos e
2801 ambientais e impactos à saúde humana, especificamente a resíduos, não ao Amianto
2802 como um todo.

2803

2804

2805 **O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** - Exatamente (...), isso não tem dúvida.
2806 Isso, vocês vão encaminhar isso para nós, nós vamos olhar, se ela estiver no contexto,
2807 nós encaminhar e nós vamos responder, inclusive. Se fugir do objeto, ela não vai ser
2808 considerada. Eu Agradeço a todos o momento. Espero nos vermos num próximo
2809 momento.